



Cosme Batista dos Santos
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz
Organizadores

As palavras e as culturas

Estudos da relação entre léxico
e cultura na realidade baiana



As Palavras e as Culturas



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

José Bites de Carvalho

Reitor

Carla Liane N. dos Santos

Vice-Reitora



Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB

Diretora

Sandra Regina Soares

Conselho Editorial

Atson Carlos de Souza Fernandes

Liege Maria Sitja Fornari

Luiz Carlos dos Santos

Maria Neuma Mascarenhas Paes

Tânia Maria Hetkowski

Suplentes

Edil Silva Costa

Gilmar Ferreira Alves

Leliana Santos de Sousa

Mariângela Vieira Lopes

Miguel Cerqueira dos Santos

Cosme Batista dos Santos
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz
Organizadores

As Palavras e as Culturas

**Estudos da relação entre léxico e
cultura na realidade baiana**

Salvador
EDUNEB
2016

© 2016 Autores

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.

Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional

Impresso no Brasil em 2016.

Coordenação Editorial e Normalização

Ricardo Baroud

Coordenação de Design

Sidney Silva

Diagramação e Capa

Henrique Rehem Eça

Revisão Textual

Reinaldo Alves de Miranda

Ficha Catalográfica - Sistema de Bibliotecas da UNEB

As palavras e as culturas: estudos da relação entre léxico e cultura na realidade baiana/ Organizado por Cosme Batista dos Santos e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz. – Salvador: EDUNEB, 2016.

172 p.: il.

ISBN 978-85-7887-320-2

1. Lexicografia. 2. Lexicologia. 3. Culturas. 4. Semiárido baiano.
I. Santos, Cosme Batista dos. II. Queiroz, Rita de Cássia Ribeiro de.

CDD: 413.028

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB

Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula

41150-000 – Salvador – BA

editora@listas.uneb.br

www.uneb.br

Esta Editora é filiada à



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Seção I – Lexicologia e Culturas	
ENTRE UM MANUSCRITO E “SUAS” AÇÕES SEXUAIS: edição filológica e estudo lexicológico do processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus (1907)	17
<i>Daianna Quelle da S. Santos da Silva</i> <i>Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz</i>	
“SAMBAMBÁ. CONHECE SAMBAMBÁ?”: o estudo do léxico nas comunidades de Bananal e Barra dos Negros (Rio de Contas-BA)	35
<i>Lécia de Almeida Pena Silva</i> <i>Norma Lucia Fernandes de Almeida</i>	
UM ESTUDO LEXICULTUROLÓGICO DA PALAVRA “PERNAMBUCANO” EM NARRATIVAS DO SEMIÁRIDO BAIANO	69
<i>Cosme Batista dos Santos</i>	
Seção II – Lexicografia, Culturas e Formação	
CAMINHOS DA GALÍCIA: o léxico no semiárido baiano	99
<i>Gracielli Fabres de Araújo</i> <i>Norma Lucia Fernandes de Almeida</i>	
A PRODUÇÃO DE IMAGENS PARA / NA EDIÇÃO LEXICOGRÁFICA	119
<i>Márcia Guena Santos</i>	
LEXICOGRAFIA, CULTURAS DO SEMIÁRIDO E FORMAÇÃO DE EDUCADORES	139
<i>Cosme Batista dos Santos</i> <i>(e colaboradores)</i>	
SOBRE OS AUTORES	169



APRESENTAÇÃO

Os estudos sobre o léxico e sobre as culturas – mais particularmente sobre a relação que as palavras estabelecem com as diferentes culturas – têm nos desafiado bastante; no entanto, entre as muitas descobertas que tais pesquisas divulgam, estamos cada vez mais convictos de que a palavra é uma dimensão da língua que permite revelar as culturas no espaço e no tempo: os seus lugares, as suas práticas, as suas línguas, os seus comportamentos e os seus posicionamentos. Nesta coletânea, os pesquisadores de diferentes linhas, a saber: linguística história, sociolinguística, linguística aplicada, comunicação social e estudos culturais, estão reunidos com o objetivo de fazer revelar, por meio dos seus trabalhos de pesquisas, a relação entre o léxico e as culturas na Bahia, a partir de documentos históricos, obras literárias e narrativas orais.

Os capítulos apresentados são resultantes das pesquisas sobre o léxico e as culturas realizadas na base do projeto Estudos Lexicográficos do Semiárido, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), no período de 2012 a 2015. Os estudos foram realizados a partir de *corpus* da língua falada e escrita de diferentes contextos baianos e, particularmente, no contexto do semiárido, tendo em vista o pressuposto de que estudar o léxico é, também, investigar as implicações culturais explícitas e às vezes implícitas e que, para isso, torna-se imprescindível integrar as contribuições de diversas disciplinas interessadas nos estudos da

linguagem e da cultura. Nessa perspectiva, partimos de um esforço de integrar ou de, ao menos, disponibilizar para o leitor os recortes diacrônicos e sincrônicos acerca do léxico e, por isso, os materiais analisados são bem variados. A opção é, portanto, justa, uma vez que todos os trabalhos se debruçaram no léxico naturalmente falado ou escrito em diferentes épocas no território semiárido, e não somente no léxico, mas também nos elementos do contexto sociocultural que ele inscreve, refuta ou afirma. Logo, na obra constam trabalhos que analisam os manuscritos históricos do início do século XX e há trabalhos que focalizam entrevistas orais muito recentes coletadas em diferentes comunidades rurais e semiurbanas do semiárido baiano. Por fim, há trabalhos focados na análise lexicográfica, na edição de imagens e de verbetes das culturas.

A coletânea aqui proposta contém 6 capítulos, distribuídos em 2 (duas seções), escritos com o objetivo central de divulgar resultados de pesquisas realizadas durante a execução do projeto, e que foram objeto de apresentações orais no III LEXISS - Encontro de Lexicografia Intercultural do Sertão Semiárido, ocorrido em setembro de 2014, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em Feira de Santana-BA. Na ocasião, os participantes do evento propuseram a publicação de uma coletânea capaz de divulgar os resultados dos estudos lexicológicos e lexicográficos do semiárido baiano e, ao mesmo tempo, capaz de levar alguma contribuição às pesquisas em curso e divulgadas sobre o léxico e, mais particularmente, sobre a relação entre o léxico e as culturas no passado e no presente, no estado da Bahia e, notadamente, no semiárido baiano.

Na **Seção I: Lexicologia e Culturas**, os três primeiros textos partem da lexicologia em sua abordagem sociocultural e apresentam

resultados de pesquisas realizadas em documentos históricos e em *corpus* de língua escrita e falada.

O texto **Entre um manuscrito e “suas” ações sexuais: edição filológica e estudo lexicológico do processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus (1907)**, das autoras Daianna Quelle da S. Santos da Silva e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz – constitui-se de uma análise do processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus cujo documento manuscrito foi lavrado em 1907, como *corpus* para breves análises filológicas e lexicológicas. No âmbito filológico, as autoras oferecem uma apresentação concisa do *corpus*, focalizando aspectos extrínsecos e intrínsecos do documento por meio das edições fac-similada e semidiplomática; no cerne lexicológico, expõem, por meio da Teoria dos Campos Lexicais, estudada por Coseriu (1977), o Macrocampo Semântico das Ações Sexuais, como parte do vocabulário referente à sexualidade contido no *corpus*. As autoras concluem que os escritos das épocas pretéritas nos permitem conhecer um povo, seus costumes, seu vocabulário. A partir dessa premissa, o estudo permite demonstrar o processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus como *corpus* para a Filologia – no que se refere à restituição do texto, do conteúdo linguístico; e para a Lexicologia – ao estruturar as ações sexuais circunscritas no processo. Trata-se, portanto, de mais um trabalho em que fica evidente a relevância cultural do léxico e a emergência de pesquisas sobre as culturas por intermédio de seu universo léxico-semântico, tal como é proposta no conjunto dos artigos deste volume.

O texto **“Sambambá. Conhece sambambá?”: O estudo do léxico nas comunidades de Bananal e Barra dos Negros (Rio de Contas-BA)**, de Lécia de Almeida Pena Silva e Norma Lucia Fernandes de Almeida – investiga o léxico do semiárido a partir de uma abor-

dagem sociocultural da lexicologia. Como parte dos resultados, as autoras descobriram que, nas comunidades rurais de Bananal e Barra dos Negros, localizadas no município de Rio de Contas, região do sertão/semiárido baiano, o vocabulário que compõe os campos lexicais “meio ambiente” e “atividades laborais” é representativo do modo de vida das pessoas dessas comunidades, observando que elas convivem diariamente com as adversidades climáticas e, por isso, precisam criar estratégias para sua sobrevivência. Os habitantes vivem da agricultura e da criação de animais, comercializando produtos nos povoados vizinhos e na sede do município, de modo que as práticas rurais são representadas pelo léxico, sugerindo então uma importante iconicidade entre o léxico e a realidade social em questão. Para as autoras, portanto, analisar o léxico de uma comunidade revela informações importantes sobre a cultura e a história daquele grupo. Ao ler, selecionar e analisar os vocábulos utilizados pelas comunidades de Bananal e Barra dos Negros, as pesquisadoras puderam constatar algumas marcas da identidade cultural e social dos sujeitos envolvidos.

O texto **Um estudo lexicoculturológico da palavra “pernambucano” em narrativas do semiárido baiano** –, de Cosme Batista dos Santos, é resultante de uma investigação de pós-doutoramento realizado no Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos (CEFH) da Universidade Católica Portuguesa (UCP, Braga, PT), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal – CAPES-MEC, 2015-2016. O estudo aponta as contribuições e as limitações da lexicografia tradicional no tratamento dos significados implícitos em certas palavras em uso no semiárido ou, mais especificamente, em narrativas escritas do e no contexto. Para essa demanda e para analisar o significado implícito e suportado na palavra “pernambucano”, tal como se manifesta em narrativas do semiárido baiano, o autor re-

corre à abordagem lexicoculturológica, conforme as conceituações de Galisson (2000) e de Silva e Silva (2013). Do ponto de vista metodológico, há uma seção que destaca os modos de fazer a pesquisa com o léxico na cultura, contendo ainda a descrição das condições de pesquisa, o material e as categorias de análise dos dados. Para tanto, o autor procede à análise da *carga cultural partilhada* (CCP) e suportada na palavra “*pernambucano*”, em que uma representação implícita do pernambucano sertanejo é evocada na obra *De frente pra trás: lembranças de um catingueiro*, do escritor Esmeraldo Lopes.

Na **Seção II: Lexicografia, Culturas e Formação**, os textos estão focados na lexicografia cultural do/no semiárido. Os trabalhos apresentam resultados de estudos sobre o léxico do semiárido, destacando as influências europeias, sobre a edição de imagens e sobre a produção de uma lexicografia das palavras em uso em certas comunidades do semiárido baiano com a participação de educadores em formação.

O texto **Caminhos da Galícia: o léxico no semiárido baiano**, de Gracielli Fabres de Araújo e Norma Lúcia Fernandes de Almeida – justifica sua relevância, inicialmente, recorrendo sobre o semiárido como uma área bastante diversificada, ou seja, que apresenta diferenças não somente climáticas, mas também culturais, assim possibilitando estudos em diversas áreas do conhecimento, como a do léxico que representa a janela por meio da qual uma comunidade pode ver o mundo (cf. ISQUERDO, 1998). A partir da necessidade de explorar esse inventário lexical, as autoras debruçam o olhar sobre o seguinte questionamento: o léxico encontrado nas comunidades sertanejas do semiárido baiano apresenta influências do Galego e/ou do Português Arcaico? Diante disso, verificam se existem, no léxico usado no semiárido baiano, influências ibéricas, principalmen-

te se há manutenção dos chamados arcaísmos. A hipótese inicial é da existência desse tipo de léxico, sobretudo na fala dos mais velhos. Nesse sentido, as autoras procedem ao levantamento, através de fichas lexicográficas, do léxico sertanejo, verificando se existem influências da Língua Espanhola, do Galego e do Português Arcaico, baseando-se no *corpus* da coleção “Amstras da língua falada no semiárido baiano”, UEFS/FAPESB, coletado no âmbito do projeto “A língua portuguesa falada no semiárido baiano”. Utilizam a metodologia de pesquisa qualiquantitativa e, como resultados, indicam que há manutenção de alguns termos arcaicos, de modo especial nas comunidades mais isoladas do semiárido.

O texto **A produção de imagens para / na edição lexicográfica**, de Márcia Guena Santos – discute conceitualmente a produção de imagens no projeto “Estudos Lexicográficos do Semiárido” (<www.lexiss.uneb.br>). A discussão proposta pela autora está organizada a partir de três aspectos: o primeiro é o sentido da produção de imagens em seus contextos culturais e de uso; o segundo é a autoria das imagens, levando em conta estas que são produzidas pelos sujeitos culturais e também pelos pesquisadores, sujeitos externos aos espaços culturais; e, como terceiro aspecto, a articulação entre linguagem escrita e linguagem imagética, propondo uma estrutura que permita o diálogo entre as duas linguagens. O marco teórico-metodológico do artigo consiste na “fotografia expressão”, de André Rouillé, e no “paradigma indiciário” no campo da imagem, a partir de abordagens contemporâneas presentes em autores como Phillipe Dubois, incluindo ainda o conceito de “imagem técnica”, de Villém Flusser. Em sua discussão central, a autora traz uma das fotografias produzidas pelos pesquisadores: trata-se de uma casa indígena (casa de taipa), com uma motocicleta na frente, cuja imagem provocou

longos debates nos encontros do grupo de pesquisadores do projeto, gerando a seguinte polêmica: deveria-se eliminar ou não a moto, por meio de um programa de edição? Na discussão, o texto aponta, com base em seus referenciais, que o conceito de interculturalidade, fortemente recorrido no projeto, é pertinente com a manutenção da moto na imagem, visto que a moto nos fala claramente de outro índio, ou seja, de um índio que vive e interage com vários aspectos do cotidiano da sociedade contemporânea. Como conclusão, a autora afirma que a autoria é diversa e complexa e, portanto, deve ser discutida a partir de suas subjetividades e de sua capacidade de produção de sentidos. E, destacando o terceiro aspecto da discussão, defende que a articulação entre linguagem escrita e linguagem imagética deve primar pela independência das linguagens, como ela acentua, sem subordinações e de forma complementar.

O texto **Lexicografia, cultura do semiárido e formação de educadores**, de Cosme Batista dos Santos e colaboradores – apresenta resultados da formação em lexicografia para professores na Plataforma Freire (PARFOR-UNEB) e na Licenciatura Intercultural de Educação Escolar Indígena (LICEEI-UNEB), no semiárido baiano. O trabalho está centrado na lexicografia cultural, atualizada a partir de pressupostos metodológicos da linguística aplicada à formação de professores. A metodologia consiste na pesquisa-formação (MARIANO, 2014), tendo como focos a formação continuada, a oficina de lexicografia cultural e a edição lexicográfica de palavras culturalmente relevantes nas comunidades rurais e urbanas do sertão semiárido baiano. Os resultados da pesquisa-formação se converteram na produção de dicionários editados pelos colaboradores.

Seção I
Lexicologia e Culturas



ENTRE UM MANUSCRITO E “SUAS” AÇÕES SEXUAIS: edição filológica e estudo lexicológico do processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus (1907)

*Daianna Quelle da S. Santos da Silva
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz*

Não há novidade em dizer que textos que estão sob a guarda de acervos públicos e/ou privados se constituem como mananciais sócio-linguístico-histórico-culturais. No acervo do CEDOC/UEFS, ao nos depararmos com o processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus, constatamos que tal documento foi lavrado em 1907, possuindo 50 fólios e que foi catalogado sob a cota: Estante 04, Caixa 100 e Documento 2108. Vale destacar que no documento consta a informação de que a vítima de estupro foi Maria Possidonia de Jesus e o acusado do crime é João Barboza, conhecido como João do Poço Escuro.

Ao lermos o documento, compreendemos que o estupro de Maria Possidonia de Jesus ocorreu na cidade de Feira de Santana. A vítima do crime contava com onze anos de idade, era filha de Manoel Maximo Dias e, em 8 de março de 1907, em torno das dezoito horas, foi para uma reza, na casa de Manoel Lopes. A vítima estava na companhia de sua irmã, Rozenda Possidonia. Após a reza,

ambas foram seguidas por João Barboza e Rosendo Gonçalves, os quais invadiram a casa das irmãs; João Barboza, um homem de vinte e dois anos e conhecido como João do Poço Escuro, estuprou Maria Possidonia; Rosendo Gonçalves utilizou-se de “conversas” e desvirginou Rozenda Possidonia.

ANÁLISES FILOLÓGICAS

Por ser um documento jurídico, o *corpus* é um documento monotestemunhal, ou seja, possui apenas um registro. Nesse contingente, preservá-lo é a maneira de deixar para a posteridade parte da história dos envolvidos. Como estudo filológico desenvolvido com o *corpus*, designamos a edição, a fim de promover o acesso de todos os que se interessarem pelo documento e pelas características intrínsecas e extrínsecas contidas nele.

Aspectos extrínsecos e intrínsecos

O processo crime estudado encontra-se em bom estado de conservação, escrito em papel almaço, com os fólios em sua maioria numerados, porém os fólios 1v e 50v estão totalmente em branco. O Quadro 1 foi construído para expor algumas características extrínsecas.

CARACTERÍSTICAS EXTRÍNSECAS	FÓLIOS	EXEMPLO
Carimbo	1r	Figura 1
Rasgos nas bordas	1r, 1v, 2r, 2v, 14r, 14v, 44r, 44v, 45r, 45v, 49r e 49v	Figura 2
Manchas de tinta	37r e 37v	Figuras 3 e 4

Quadro 1 – Aspectos extrínsecos

Fonte: Processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus, 1907 / CEDOC / UEFS.

Elaboração: Daianna Quelle da Silva, 2014.

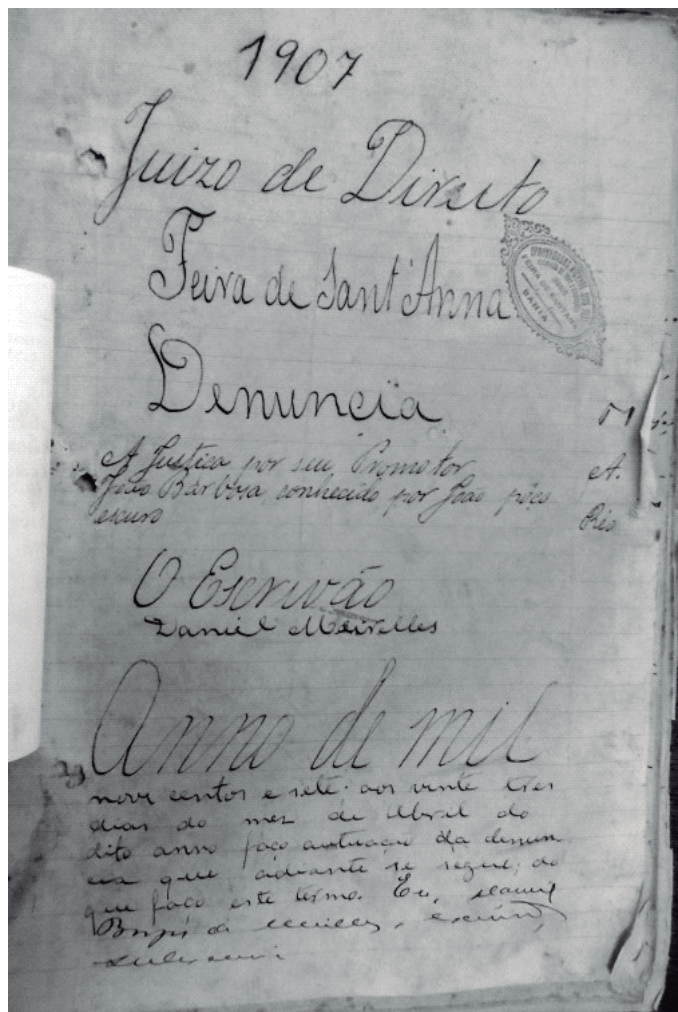


Figura 1 – Fólio 1r, destaque para o carimbo

Fonte: Processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus, 1907 /
CEDOC / UEFS.

Fotografia: Daianna Quelle da Silva.

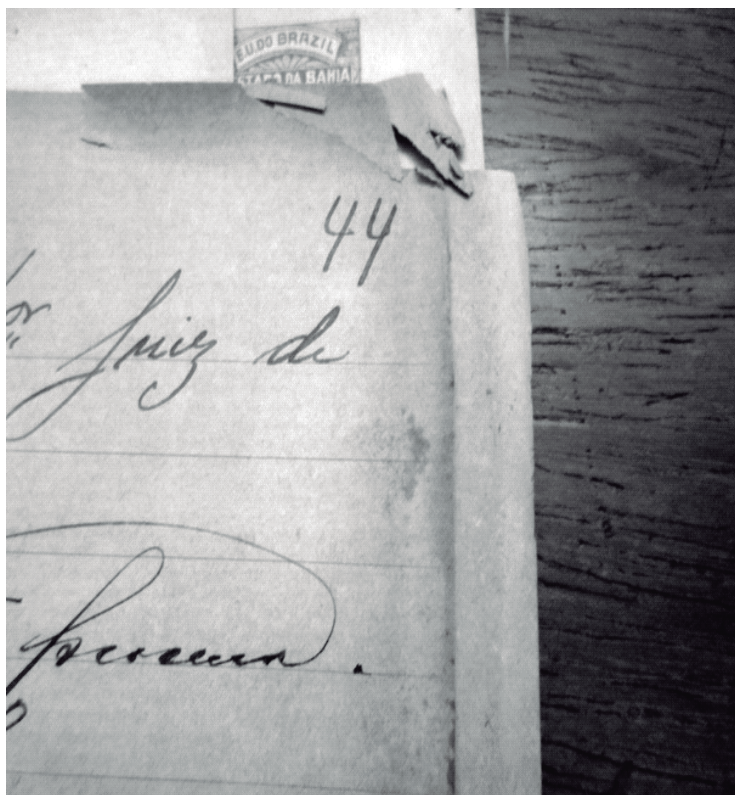


Figura 2 – Destaque para os rasgos na borda do fôlio 44r

Fonte: Processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus, 1907 /
CEDOC / UEFS.

Fotografia: Daianna Quelle da Silva.

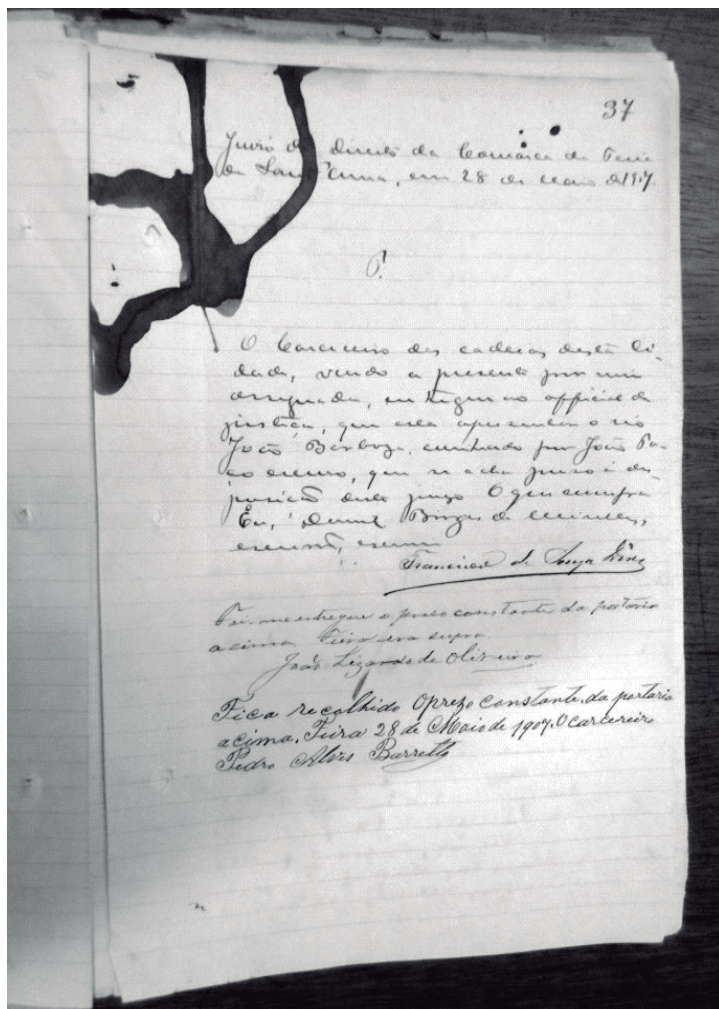


Figura 3 – Fólio 37r, destaque para a mancha de tinta
 Fonte: Processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus, 1907 /
 CEDOC / UEFS.
 Fotografia: Daianna Quelle da Silva.

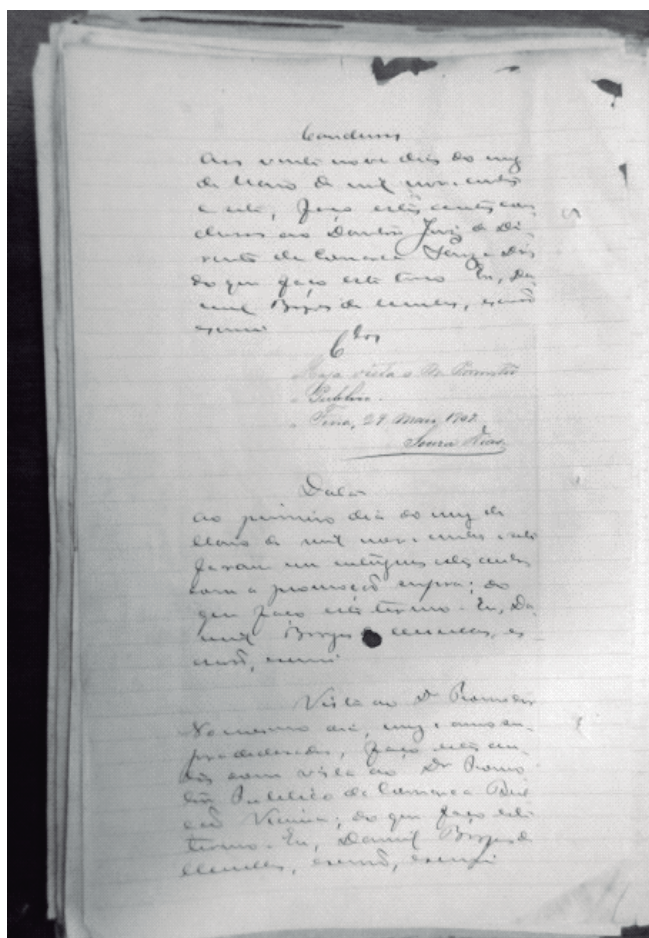


Figura 4 – Fólio 37v, recorte para as manchas

Fonte: Processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus, 1907 /
CEDOC / UEFS.

Fotografia: Daianna Quelle da Silva.

Os tipos de edição

Fixar um texto pretérito por meio do ato de editar se constitui tarefa inerente ao filólogo. Cambraia (2005) nos adverte que um crítico textual pode fixar um texto de maneira fac-similar, diplomática, paleográfica e interpretativa (CAMBRAIA, 2005).

Neste trabalho apresentamos parte das edições fac-similar e semidiplomática. A edição fac-similar (conhecida por fac-símile, fac-similada e também por mecânica) não permite que o crítico textual intervenha de maneira alguma no texto, visto que somente a imagem do testemunho é reproduzida por meio da fotografia, da xerografia e outros (CAMBRAIA, 2005).

Já na edição semidiplomática ou paleográfica o editor interfere pouco no texto, realizando, por exemplo, o desdobramento das abreviaturas encontradas no modelo e, geralmente, conservando-se a paragrafação, as características linguísticas e ortográficas do texto.

Salientamos que, para a edição semidiplomática, adotamos os critérios desenvolvidos e utilizados pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos do Manuscrito - NEMa e do Grupo de Edição de Textos - GET, correlacionados com os de Queiroz (2007). Desse modo, na descrição do documento, verificamos:

- número de colunas;
- número de linhas da mancha escrita;
- existência de ornamentos;
- maiúsculas mais interessantes;
- existência de sinais especiais;
- número de abreviaturas;
- tipo de escrita; e,

- tipo de papel.

Quanto ao exercício da transcrição, cumprimos o dever de:

- respeitar fielmente o texto: grafia, linhas, fólhos etc.;
- fazer remissão ao número do fólho no ângulo superior direito;
- numerar o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco;
- separar as palavras unidas e unir as separadas;
- desdobrar as abreviaturas, usando itálico;
- utilizar colchetes para as interpolações: []; e
- indicar as rasuras, acréscimos e supressões por meio dos seguintes operadores:
 - ✓ ((†)) rasura ilegível;
 - ✓ [†] escrito não identificado;
 - ✓ (...) leitura impossível por dano do suporte;
 - ✓ / / leitura conjecturada;
 - ✓ < > supressão;
 - ✓ () rasura ou mancha;
 - ✓ [] acréscimo; e
 - ✓ * * interferências de terceiros.

Exemplos de edições fac-similada e semidiplomática

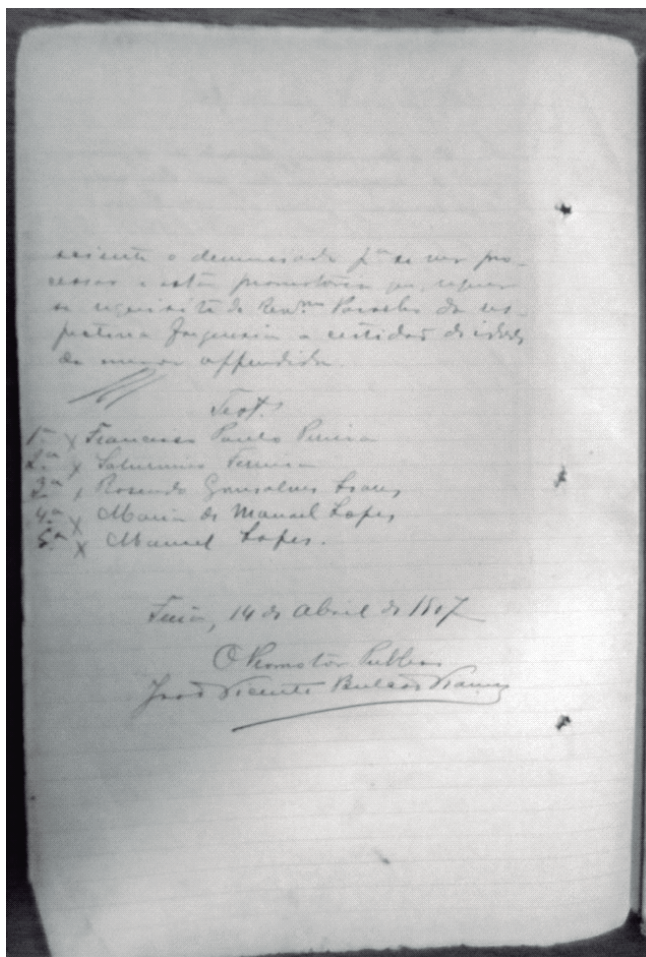


Figura 5 – Edição fac-similada do Fólio 2v

Fonte: Processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus, 1907 /
CEDOC / UEFS.

Fotografia: Daianna Quelle da Silva.

5	sciente o denunciado <i>para</i> se ver pro- cessar e esta promotoria que, requer se requisito do Reverendo Parocho da res- pectiva freguesia a certidão de /idade/ da menor offendida.
10	<i>Testemunhas</i> 1ª Francisco Paulo Pereira 2ª Saturnino Ferreira 3ª Rosendo Gonsalves Soares
15	4ª Maria de Manoel Lopes 5ª Manoel Lopes.
20	Feira, 14 de abril de 1907 O Promotor Publico João Vicente Bulcão Vianna

Quadro 2 – Edição semidiplomática do Fólio 2v

Fonte: Processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus, 1907 /
CEDOC / UEFS.

A TEORIA DOS CAMPOS LEXICAIS APLICADA AO CORPUS

Notamos nas linhas anteriores que o *corpus* é valioso para o campo filológico, uma vez que foi possível realizar as edições supracitadas, assim como explicitar aspectos paleográficos do documento. Sabemos também que os estudos, em sua maioria, não são exaustivos e que em um mesmo documento podemos dar ênfase a outras áreas do saber, a exemplo da Lexicologia.

Lexias, segundo Abbade (2006), são palavras em seu uso social. No processo crime de estupro estudado, algumas lexias como “deflo-

rar”, “ofender”, “ofender a honra”, “tirar de casa” e “desvirginar” foram notadas e associadas a questões da sexualidade, já que por meio das lexias é possível desvendar algumas posições sociais, culturais, históricas e linguísticas da época extraídas de cada uma dessas palavras.

Tratamos palavras referentes à sexualidade como lexias a partir da Teoria dos Campos Lexicais, estudada por Eugenio Coseriu em 1977, o qual nos permite considerar o léxico de maneira estrutural, demarcando o campo lexical de acordo com as estruturas lexemáticas e os lexemas (COSERIU, 1991).

O macrocampo das ações (sexuais): passos, padrões adotados e o seu vocabulário

Estruturamos o campo lexical da sexualidade obedecendo às seguintes etapas:

- 1ª – Levantamento das lexias referentes à sexualidade;
- 2ª – Consulta a alguns dicionários de língua portuguesa, a fim de auxiliar nas definições das lexias elencadas;
- 3ª – Definição de macrocampos e microcampos lexicais correspondentes às lexias levantadas.

Definimos, posteriormente, os macros e microcampos lexicais correlacionados ao campo lexical da sexualidade e, conforme as normas lexicográficas, estabelecemos o seguinte:

- as lexias foram dispostas em negrito, seguida de natureza gramatical, da definição e do contexto (constando algumas ocorrências, o número de fólios e linhas);
- em relação à natureza gramatical da lexia, os substantivos e/ou adjetivos foram apresentados no singular, e os verbos foram explanados no infinitivo;

- as lexias elencadas no presente trabalho foram apresentadas de acordo com a norma ortográfica vigente, porém, nos exemplos mantivemos essas lexias grafadas tal qual constam no documento.

Fizemos um recorte do Campo Lexical da Sexualidade ao expor, neste artigo, o Macrocampo das Ações Sexuais (Figura 10), no qual explicitamos as lexias correspondentes às atitudes sexuais dos ofensores (João Barboza e Rozendo Gonçalves) para com suas vítimas, a exemplo das lexias como seduzir, deflorar, ofender a honra, entre outras.

Macrocampo Das ações	Lexias	Ocorrências	Total 39
	Seduzir	2	
	Deflorar	22	
	Ofender	1	
	Ofender a honra	1	
	Desvirginar	1	
	Tirar de casa	3	
	Estuprar	2	
	Imolar	2	
	Reparar o mal	4	
	Desagravar a honra	1	

Figura 10 – Relação de Lexias que compõem o Macrocampo das Ações
Fonte: Processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus, 1907.
Elaboração: Daianna Quelle da Silva, 2014.

Macrocampo das ações

SEDUZIR – v.t.d. ‘Conduzir ao ato sexual através de promessas de vantagens’

“[...] Perguntado se elle accusado tentara / ja algum tempo a menor **seduzir** [...]” (f.12r, l.25-26)

“Disse que a quinze dias anteriores / ao em que deflorou a menor ja pro- / curara **seduzil=a**” (f.12r, l.28-30)

DEFLORAR – v.t.d. ‘fazer perder a virgindade da mulher de menoridade ou não através de sedução e/ou de promessas de casamento’

“[...] no logar denominado Munguzá / desta comarca **deflorado** a menor de / nome Maria Possidonia de Jesus [...]” (f.2r, l.13-15)

“[...] satisfez os seus dezejios **deflo=** / **rando=a** a mesma” (f.12r, l.5-6)

“[...] conseguiu elle o seu intento **deflo=** / **rando** a mesma menor (f.12r, l.12-13)

“[...] procurou a caza / deste e **deflorou** a sua filha menor. (f.12r, l.23-24)

“Disse que a quinze dias anteriores / ao em que **deflorou** a menor ja pro- / curara seduzil=a” (f.12r, l.28-30)

“[...] na noite de oito do corrente alguma / outra **deflorara?**” (f.12r, l.33 e f.12v, l.1)

“Disse que seguramente a dois annos / **deflorara** uma irmã da menor [...]” (f.12v, l.2-3)

“[...] João **de=** / **florara** tambem uma irmã da refe= / rida menor, e que o procedimento / desta ultimamente offendida é o mi= / lhor possível [...]” (f.16v, l.19-23)

“[...] dia oito do / corrente a noite havia **deflorado** a / menor de nome Maria Possidonia [...]” (f.17r, l.16-18)

“[...] já em tempo **deflorara** tam- / bem uma irmã de sua recente victima [...]” (f.17v, l.4-5)

“[...] elle depoente vio que João **deflorou** / a referida menor [...]” (f.18r, l.17-18)

“[...] Disse que a exemplo de João elle / depoente por sua vez tambem levou pa= / ra o matto Rozendo e ahi **defloro**-a [...]” (f.18r, l.21-23)

“[...] Disse que João já um tempo **deflorou** / uma irmã de Maria [...]” (f.18r, l.28-29)

“[...] seguramente dois annos **deflo**- / **rara** uma irmã de sua inno- / cente e recente victima.” (f.19r, l.10-13)

“[...] no logar acima referido, / **deflorado** a menor de nome Maria Possi- / donia de Jesus [...]” (f.23r, l.24-26)

“[...] as condusiram para os mattos, / e ahi; por meio de violenci- / a as **deflora** [...]” (f.25r, l.21-23)

“[...] e ahi / as **defloraram**, a saber: / o primeiro a ella Maria, / e o segundo - a Rozenda, [...]” (f.26r, l.28-31)

“[...] a **deflorara**, e com / ella tem dois filhos.” (f.27r, l.23-24)

“[...] ha tempos vive com / uma irman da menor Ma- / ria, a quem tirara da casa de / seu pai, a **deflorara** e com / ella tem tido dois filhos” (f.28v, l.12-16)

“[...] no lo- / gar acima referido, **deflorado** a menor / de nome Maria Possidonia de / Jesus.” (f.33r, l.23-26)

“[...] que fora o / mesmo que **deflorara** Maria Pos- / sidonia [...]” (f.34v, l.7-9)

“[...] o acusado ha tempos **deflorara** / uma irman da paciente, / com esta tem vivido já ten- / do dois filhos [...]” (f.34v, l.20-23)

OFENDER – v.t.d ‘ver **deflorar**’

“[...] o dito Rozendo que, como ja disse / a pouca distancia della **offendeo** a/ mesma Rozenda a sua irmã [...]” (f.11r, l.6-8)

OFENDER A HONRA – loc. verb. ‘ver **deflorar**’

“[...]Maria / Possidonia de Jesus, **offendida em sua / honra** pelo indevidou de nome João / Barboza [...]” (f.5r l.15-17)

DESVIRGINAR – v.t.d ‘ver **deflorar**’

“[...] as condusiram pa- / ra os mattos e ahi ás **desvir- / ginaram**, ele depoente a de / nome Rosenda, e o acusado / a de nome Maria Possido- / nia” (f.35v, l.20-25)

TIRAR DE CASA – loc. verb. ‘ver **deflorar**’

“[...] João / do Pôco escuro **tirara de casa** / de Manoel Maximo, uma fi- / lha deste de nome Alixandri- / na irman da ofendida [...]” (f.27r, l.18-22)

“[...] ha tempos vive com / uma irman da menor Ma- / ria, a quem **tirara da casa** de / seu pai, a deflorara e com / ella tem tido dois filhos” (f.28v, l.12-16)

“[...] a **tirara da casa** de seus pais / isto fazendo cum o cunsenti- / mento da paciente” (f.34v, l.10-13)

ESTUPRAR – v.t.d. ‘Forçar (alguém) a ter relações sexuais, usando de violência física’

“[...] **estruprou** a menor Maria / Possidonia de um modo brutal [...]” (f.18v, l.31-32)

“[...] o indiciado João / Barboza, por ter **estuprado** a / menor Maria Possidonia de / Jesus e ser vagabundo.” (f.22r, l.16-19)

IMOLAR – v.t.d. ‘Refere-se à condição de massacre conferida à vítima através do ato sexual forçado’.

“[...] pelo qual satisfaz a bestialidade de / seu instinto, **immolando** uma / creança de 11 anos” (f.19r, l.3-5)

“[...] não / podia absolutamente resis- / tir a ferocidade do Saty- / ro que a **imolou**.” (f.19v, l.7-10)

REPARAR O MAL – loc. verb. ‘Reparar a ofensa do defloramento e/ou estupro. Suavizar as consequências, perante a sociedade, do crime sexual praticado’.

“[...] João / Barboza conhecido como João do Pôço /este nega-se **reparar o / mal** que cometteo [...] (f.5r l. 17-20)

“[...] Rozendo vai cazar-se / com sua irmã para **reparar o mal** que / fez a esta. (f.11r , l.9-11)

“[...] mais está disposto para a **reparação do / mal** que commetteu [...]” (f.18r, l.24-25)

“[...] ficando, assim, **repa- / rado o mal** que fizera” (f.35v, l.32-33)

DESAGRAVAR A HONRA – loc. verb. ‘ver **reparar o mal**’

“[...] punirá a sua perversidade / **desaggravará a honra** da me- / nor ofendida [...] (f.19r, l.23-25)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os escritos das épocas pretéritas nos permitem conhecer um povo, seus costumes, seu vocabulário. A partir dessa premissa intentamos demonstrar o processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus como *corpus* para a Filologia – no que se refere à restituição do texto, do conteúdo linguístico – e para a Lexicologia – ao estruturarmos as ações sexuais circunscritas no processo.

Referências

ABBADÉ, Celina Márcia de Souza. O estudo do léxico. In: TEXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos (Org.). **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos**. Salvador: Quarteto, 2006. p. 213-225.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CEDOC. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA. Disponível em: <www.uefs.br/cedoc>. Acesso em: 30 nov. 2016.

COSERIU, Eugenio. **Princípios de semántica estructural**. Versão para o espanhol de Marcos Martinez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1991.

QUEIROZ, Rita Cássia Ribeiro de. Documentos jurídicos como fonte de investigação filológica. **Cadernos do CNLF (CiFEFil)**, v. 12, n. 8, p. 37-45, 2009. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xiicnlf/08/04.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

QUEIROZ, Rita Cássia Ribeiro de (Org.). **Documentos do acervo de Monsenhor Galvão**: edição semidiplomática. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007.

SILVA, Daianna Quelle da S. Santos da. **Entre a escrita e a sexualidade**: edição semidiplomática e estudo léxico-semântico do processo crime de Maria Possidonia de Jesus (1907). 2004. 172 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2004.



***“SAMBAMBÁ. CONHECE SAMBAMBÁ?”:* o estudo do léxico nas comunidades de Bananal e Barra dos Negros (Rio de Contas-BA)**

*Lécia de Almeida Pena Silva
Norma Lucia Fernandes de Almeida*

O estudo do léxico de uma língua abre caminhos para o (re) conhecimento da história e da cultura de um povo. Não há parte da língua que mais se aproxime dos aspectos extralinguísticos; portanto, é em virtude dessa referência ao mundo cultural e social que o estudo do léxico se torna imprescindível para quem envereda por esse caminho.

Segundo Abbade (2009, p. 213),

[...] estudar o léxico de uma língua é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias. É mergulhar na vida de um povo em um determinado período da história, através do seu léxico.

O presente estudo, ao trazer uma abordagem do léxico e suas relações com a cultura, tem como objetivo descrever e analisar o léxico utilizado pelas comunidades do semiárido baiano: Bananal e Barra dos Negros, comunidades remanescentes de quilombos,

localizadas no município de Rio de Contas, no estado da Bahia. Ao investigar o léxico utilizado por uma determinada comunidade, pode-se perceber parte de sua história e de sua cultura.

De acordo com Oliveira e Isquardo (2001, p. 8), “[...] o léxico de uma língua conserva uma estreita relação com a história cultural da comunidade, pois nela se deixa transparecer seus valores, suas crenças, seus hábitos e costumes”. Ao descrever e analisar o léxico utilizado pelas comunidades de Bananal e Barra dos Negros, percebeu-se a intrínseca relação que o léxico estabelece com a história e a cultura locais, na medida em que as comunidades, enquanto quilombolas, deixaram transparecer tais aspectos por meio dos depoimentos dos seus habitantes.

Isquardo (2009, p. 43), em sua trajetória de pesquisa sobre o léxico, diz que esse é o

[...] nível da língua que melhor evidencia as pegadas do homem na sua trajetória histórica. É por meio dele que o homem nomeia o espaço que o circunda e consubstancia a sua visão de mundo acerca da sociedade.

Enfim, no que se refere aos estudos da língua, é por intermédio do léxico que percebemos as formas de uma comunidade ver o mundo e de que modo sua gente pode nomeá-lo a partir de suas necessidades.

O presente estudo não se limita à análise da língua em seus aspectos internos, mas amplia o leque de análise para as questões extralinguísticas. O estudo do léxico de uma determinada comunidade desvinculado de seu contexto se configura em uma lista de palavras. Entretanto, “[...] muitas palavras necessitam do contexto das culturas para serem completamente entendidas, sinalizando a exis-

tência de uma interdependência entre língua, sociedade e cultura” (TEIXEIRA, 2009, p. 133).

Nesse sentido, levando em consideração as questões colocadas, esta investigação se baseia nos pressupostos teóricos da Lexicologia, ciência que estuda cientificamente o léxico. E dentre a diversidade de aspectos que podem ser objeto de interesse dessa ciência, como a formação do léxico e as relações de sentido, aqui o enfoque recairá sobre os campos léxicos.

Segundo Abbade (2009, p. 219), “[...] a lexicologia é a ciência que estuda o léxico em todas as suas relações linguísticas, pragmáticas, discursivas, históricas e culturais”. Logo, o estudo do léxico, nessa perspectiva, não se restringe às questões da língua, mas vai além, ao se interessar por aspectos extralinguísticos, como a história e a cultura, que são reveladas por meio do léxico. É por isso que, ao estudar o léxico de uma comunidade, o pesquisador deve estar atento para o contexto em que ele, o léxico, se insere, o que é ratificado por Isquerdo (2001, p. 91), ao afirmar que no “[...] exame de um léxico regional analisa-se e caracteriza-se não apenas a língua, mas também o fato cultural que nela se deixa transparecer”.

A descrição e a análise do léxico utilizado pela comunidade de Bananal e Barra dos Negros terão como foco os campos lexicais. Conforme apontam Genouvier e Peytard (1985, p. 366), “[...] o campo lexical reúne em torno de uma noção todas as palavras que permitam definir-lhe a extensão e a compreensão”. O trabalho com os campos lexicais se torna interessante, pois tais campos se estruturam como uma rede de significações. Cabe ao lexicólogo estabelecer os critérios de delimitação de cada campo, mas é imprescindível não perder de vista as relações que se estabelecem entre eles. Nesse sentido, os aspectos sociais e culturais deverão ser observados para a demarcação dos cam-

pos. Para Vilela (1979, p. 60-61), cada campo “[...] compreende um conjunto de unidades léxicas que dividem entre si uma gama comum de significação com base em oposições imediatas”.

UM POUCO DE HISTÓRIA: AS COMUNIDADES DE BANANAL E BARRA DOS NEGROS

As comunidades de Bananal e Barra dos Negros estão localizadas no município de Rio de Contas, na Chapada Diamantina, região do semiárido baiano. Entre elas havia a comunidade de Riacho das Pedras, que fora inundada pela Barragem Luiz Vieira, do açude Brumado. Essas comunidades receberam da Coordenação de Desenvolvimento Agrário o título das terras e o de comunidades remanescentes de quilombos no ano de 1999.

São escassos os estudos sobre a história dessas localidades, o que dificulta o acesso a documentos com informações acerca da sua origem. Entretanto, alguns achados revelam aspectos históricos, sociais e econômicos da região no período colonial. Segundo relatos de Almeida (2006, p. 22-23):

A vila de Minas do Rio de Contas – atual cidade de Rio de Contas – situava-se na região outrora denominada Alto Sertão da Bahia, hoje parte da Chapada Diamantina, e distava 94 léguas de Salvador. Conquistada de diversos povos indígenas, a região teve sua colonização concretizada com a criação extensiva do gado, que adentrava o sertão, margeando o curso do rio São Francisco e seus afluentes. O seu desenvolvimento econômico expandiu-se a partir da exploração aurífera, no decorrer do século XVIII.

O povoamento da região está associado ao desenvolvimento da pecuária e da exploração de ouro. Os primeiros povoados a serem criados foram os de Creoulos, Mato Grosso e de Livramento, no século XVIII. Este último passou à condição de vila em 1725, devido ao grande número de exploradores e aventureiros que ali se fixaram em busca do ouro. Em 1745, o povoado de Creoulos elevou-se à condição de vila, passando a se chamar Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento de Minas do Rio das Contas, Minas do Rio de Contas em 1840 e Rio de Contas em 1876.

A mão de obra utilizada na região de Rio de Contas para os serviços de agricultura, artesanato e pecuária se baseava no trabalho escravo africano. Almeida (2006, p. 34-35) relata que

os cativos trabalhavam nas plantações de algodão e na produção de alimentos, como a mandioca, cana-de-açúcar, milho, feijão e outros produtos de subsistência e consumo interno, exercendo atividades de limpeza do solo, plantio e colheita. Por sua vez, alguns desses produtos demandavam outras atividades, como, por exemplo, a transformação da mandioca em farinha nas casas de farinha, a da cana-de-açúcar em rapadura e aguardente.

A autora citada demonstra também que a escravidão nessa região teve características peculiares. Os escravos eram posse não apenas de grandes e médios proprietários, mas também de pequenos e até de outros escravos.

A propriedade de escravos em Rio de Contas esteve presente em diversas faixas de riqueza, não se restringindo aos senhores mais abastados, brancos e livres. Diversos proprietários tinham no escravo seu único patrimônio, e cativos também eram donos de outros

cativos, com os quais compravam suas alforrias por meio da substituição. (ALMEIDA, 2006, p. 42).

Muitos escravos conseguiam sua alforria por meio do trabalho nas roças, plantando milho, feijão, mandioca, cana e algodão, na criação de animais e no trabalho da mineração. “Acreditamos que as roças e a criação de animais criaram condições para que os escravos sertanejos elaborassem projetos de vida independentemente dos senhores” (ALMEIDA, 2006, p. 54).

Poucos são os estudos sobre a formação de quilombos e sobre o período pós-abolição na região de Rio de Contas. Porém, alguns autores que estudaram a história do município até o final do século XIX trazem informações sobre a transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre na região. Capinan (2009, p. 140-141) explica que “[...] os negros escravizados situados no Alto Sertão da Bahia formaram quilombos como forma de resistência ao jugo da escravidão” e acrescenta que

[...] após a abolição, o *ethos* e a economia riocontense mantiveram o ritmo e valores similares aos anteriores. Por um lado, os negros livres da escravidão passaram a trabalhar como agregados ou meeiros dos antigos senhores. Por outro, alguns optaram por constituir uma vida nova, longe de onde tinham sido subjugados à escravidão.

Muitas são as lacunas que existem no período pós-abolição na Bahia. Entretanto, ao se observar o modo de vida de algumas comunidades remanescentes de quilombos, presume-se que é permeado de muitas mudanças e sobretudo de permanências. As comunidades de Bananal e Barra dos Negros, atualmente reconhecidas como rema-

nescentes de quilombos, vivem como seus antepassados, no que diz respeito à forma de sobrevivência, plantando milho, feijão, mandioca, arroz, cana e produzindo farinha, rapadura e cachaça para abastecer o comércio local e para o sustento de suas famílias. Suportam conviver com as adversidades, notadamente a falta de água. Sofrem com a quase ausência do poder público nas questões relacionadas à saúde, à educação e à infraestrutura. As casas em que vivem são, na sua maioria, construídas com tijolos feitos artesanalmente, chamados de adobe. E constantemente necessitam migrar para outros municípios da Bahia ou para outros estados, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Por conseguinte, ao fazer a seleção e análise do léxico utilizado pelas comunidades, podem ser delineados alguns aspectos referentes ao seu modo de vida, sua economia, sua cultura, enfim, sua história.

O corpus

Para este estudo utilizamos o material transcrito da coleção “Amstras da língua falada no semiárido baiano”, organizado em 2008 pelas pesquisadoras Norma Lucia Fernandes de Almeida e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Analisamos as amostras do volume II dessa coleção, as “Amstras da língua falada na zona rural de Rio de Contas (Chapada Diamantina)”, especificamente sobre as comunidades de Bananal e Barra dos Negros. Trata-se de 12 entrevistas realizadas com pessoas da zona rural, sendo seis homens e seis mulheres de três faixas etárias, a saber: Faixa 1: 18-38 anos; Faixa 2: 39-58; e Faixa 3 a partir de 59 anos.

Para a organização dos dados, incluímos os itens selecionados em campos lexicais, sendo estes subdivididos em subcampos, obser-

vando sempre o contexto em que se refere cada item, focalizando os aspectos não apenas linguísticos, mas também os culturais e sociais. Na escolha dos itens lexicais, optamos por selecionar aqueles mais específicos, ligados ao cotidiano do povo do sertão/semiárido baiano (meio ambiente e atividades laborais), bem como os mais gerais da língua, mas que fazem referência à sua realidade.

Os campos lexicais contêm a entrada, a categoria gramatical, a definição e o contexto em que foi retirado o vocábulo. Na análise dos itens, selecionamos a divisão proposta por Isquerdo (1998, p. 98):

- a) seleção das unidades lexicais - palavras nocionais: substantivos, adjetivos, verbos e respectivas locuções;
- b) formação e organização de campos [...]; c) análise dos itens lexicais agrupados nos diferentes campos, apresentando-se a significação de cada um [...].

A sistematização dos dados teve como ponto de partida a verificação dos itens nos dicionários de Caldas Aulete (2011), Borba (2011), Houaiss (2011), Nascentes (1998) e Cunha (1997), bem como a verificação do significado apresentado pelo informante e/ou pelo contexto apresentado por ele, já que se utilizou o material escrito das “Amostras da língua falada em Bananal/Barra dos Negros”, sem que houvesse a possibilidade de verificar o significado pessoalmente com os informantes.

No universo dos 83 itens lexicais selecionados, 24 são lexias não dicionarizadas e 59 pertencem ao vocabulário geral da língua, sendo que, dessas lexias, seis são consideradas brasileirismos: *quentão*, *paina*, *araruta*, *joão congo*, *sessar* e *cravo do mato*, e 1 regionalismo: *saruê* (Nordeste). As lexias não dicionarizadas se referem a atividades bem específicas, como o cultivo de plantas e instrumentos

de preparo da terra, atividades relacionadas ao preparo da farinha, do *adobo* e da cachaça, fauna e flora da região.

O significado de algumas palavras revela o conservadorismo que ainda persiste na língua, como *alqueire*, que é utilizado como medida para secos, conforme atesta Aulete (2011, p. 88): “Antiga medida de capacidade para secos e líquidos, variável de lugar para lugar”, diferente do que se utiliza hoje como medida de área, em alguns estados.

As lexias *capoeira*, *garfo*, *carro*, *capacete* e *rodo*, que fazem parte do vocabulário geral da língua, aqui assumem um sentido específico, relacionado às suas atividades laborais e culturais. Sendo assim, alguns desses itens lexicais sofreram um processo de especialização do significado e perderam seus traços semânticos básicos, a exemplo de *capoeira*, *carro* e *capacete*. Outros itens, como *garfo* e *rodo* mantiveram seus traços semânticos.

Foram encontradas algumas lexias dicionarizadas, no dicionário de Borba (2011) e, principalmente, no de Aulete (2011), de modo que estes acrescem as mudanças que se apresentam no léxico.

Os campos léxicos se referem ao meio ambiente e às atividades laborais. A análise dos itens desses campos deixa transparecer o cotidiano das pessoas que vivem no sertão/semiárido baiano e, mais especificamente, no caso do presente estudo, as comunidades de Bananal e Barra dos Negros, remanescentes de quilombos, localizadas no município de Rio de Contas. Por serem descendentes de africanos, os membros dessas comunidades vivem da agricultura e moram em casas feitas com adobo, que é produzido com o barro, um material muito comum nessa região; sofrem com a falta de chuva; são muito católicos e fazem devoção aos santos, por acreditarem que estes são instrumentos de Deus e, portanto, podem amenizar os pro-

blemas como a seca, a fome, a falta de oportunidades e tantas outras mazelas de que são vítimas.

Os habitantes dessas localidades vivem numa situação difícil, devido ao isolamento. A quase ausência do poder público – no que se refere a aspectos educacionais, de saúde e de transporte –, somada às questões climáticas, como a irregularidade de chuva, faz com que muitos migrem para outros municípios baianos e também para outros estados, como São Paulo, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Vale ressaltar que esse cenário de migração vem mudando aos poucos, por conta das políticas sociais que propõem a fixação do homem na sua terra de origem.

ANÁLISE DOS DADOS

O campo lexical meio ambiente

- Subcampo Vegetação Cultivada

1. Feijão de arranque (Arranca)- feijão comum/ tipo mulatinho.

“Em junho, depois da fogueira de antes, a gente num pranta não. Depois da fogueira de São João aqui a gente pranta feijão da...de arranque.” (p. 219)

2. Feijão catador- também conhecido como feijão de corda.

“(Doc) - Que feijão é o que o senhor planta? (Inf) - O de arranca e catador.” (p. 277)

3. Manaíba (tupi) s.f. pequeno tolete do caule de mandioca para ser plantado.

“Mas eu planto meu feijão. Planto manaíba, mandioca.” (p. 254).

4. Mandioca brava- s.f. mandioca

“Agora pra lá que não tem a mandioca braba tudo é mandioca mansa, né? (p. 255).

5. Mandioca mansa- s.f. aipim

“Agora pra lá que não tem a mandioca braba tudo é mandioca mansa, né? (p. 255).

6. Pranta das água- cultivo de plantas entre os meses de novembro e dezembro, devido ao período de intensas chuvas.

“A gente planta primeiramente são causado de nov... de oitubo...até dezembro a gente pranta. Chamada a pranta das água.” (p. 176).

7. Pranta de coresma- cultivo de plantas entre os meses de fevereiro e abril, devido ao período de chuvas propícias ao cultivo do milho, do feijão, do amendoim, etc e por estar ligado ao período da quaresma, para os católicos.

“Agora a gente chama de pranta de coresma. Dessa época agora de fevereiro até mauço.” (p. 176).

“Aí agora, quonde é agora no mês de mauço, abril, agora a gente pranta, que aqui a gente pranta de coresma.” (p. 219).

8. Milho- s.m. planta tropical, anual, de folhas longas e finas, de cor verde-clara, com um pendão amarelo claro e cujas sementes amarelas se reúnem em espigas.

“Planta feijão, milho, mandioca, arroz.” (p. 73).

9. Cana- s.f. caule de várias plantas tais como o bambu e a cana de açúcar.

“Aqui na lavoura mehmo é feijão. Teve um tempo que foi o... o arroz que a gente plantava muito, o milho, a cana.” (p. 137).

10. Arroz- s.m. planta gramínea que cresce em touceiras, folhas verde-escuras, finas, com um pendão em cuja extremidade se formam cachos.

“Planta feijão, milho, mandioca, arroz.” (p. 73).

O subcampo “vegetação cultivada” apresenta uma variedade de vocábulos de origem tupi, como a mandioca e a manáíba, e também latina, como o feijão e o milho. Observa-se a influência de povos indígenas e europeus na origem desses vocábulos. A classificação das plantas em “planta de água” e “planta de quaresma” – nomes descritivos – demonstra a relação do homem do semiárido com os problemas relacionados à seca, mas também com a religiosidade. As expressões “feijão de arranque” e “feijão catador”, usadas para designar respectivamente o feijão comum e o feijão de corda, demonstram a maneira como se faz a colheita do feijão, ora arrancando toda a planta para retirar os grãos, no caso do feijão comum, ora catando as vagens com os grãos, no caso do feijão de corda. O vocábulo “mandioca”, de origem tupi, apresenta algumas variantes, como “mandioca brava” e “mandioca mansa”, o que evidencia a diversidade de uso desse vegetal pela comunidade, como a produção de farinha, beiju, tapioca, maniçoba, dar de comer aos animais etc. O vocábulo *cana* tem origem no latim, mas o vegetal cana-de-açúcar se origina da Ásia, e o vocábulo *arroz* tem origem árabe, mas o grão, assim como o vegetal cana, se origina da Ásia. A entrada dessas plantas na Europa se dá com a dominação moura na Península Ibérica a partir do século VIII, e no Brasil veio a ocorrer no século XVI, com a vinda dos portugueses.

A região Nordeste apresentava condições favoráveis ao cultivo da cana, sendo utilizada em larga escala a mão de obra escrava africana, que servia para a produção de açúcar, com a finalidade atender ao mercado externo, e na produção de rapadura e cachaça, que abastecia o mercado interno. Atualmente, as comunidades de Bananal e Barra dos Negros produzem artesanalmente a rapadura e a cachaça a partir da cana, visando abastecer o comércio local.

- Subcampo Ervas Medicinais

1. Poejo- s.m. erva aromática, de folhas odoríferas, de uso medicinal no tratamento de afecções pulmonares.

“Nós arranja de fazer um chá de poejo, manjerona, alumã.” (p. 33).

2. Manjerona- s.f. arbusto de pequeno porte que forma touceiras, de ramos finos, folhas pequenas ovaladas, flores em buquê de tons rosa, branco ou lilás, geralmente usada como tempero.

“Nós arranja de fazer um chá de poejo, majerona, alumã.” (p. 33).

3. Alumã- Arbusto grande, pouco ramificada. Folhas com sabor amargo.

“Nós arranja de fazer um chá de poejo, majerona, alumã.” (p. 33).

4. Imburana- s.f. árvore nativa da caatinga, de folhas alternas, flores pequenas, madeira resistente.

“Ela deu chá de imburana a ele e foi embora, e ela ficou preocupada de ter saído comigo.” (p. 292).

5. Cravo do mato- s. m. (Bras.) o mesmo que craveiro-do-maranhão. Nome comum a várias plantas bromeliáceas. O mesmo que congonha-do-rio. Casca dessas plantas, usada como especiaria. É uma erva vivaz usada como isca para atear o fogo.

“Coloco um pedacim de casca de canela, coloco um dente de aio, coloco um pouquinho de cravo do mato, inda melhor.” (p. 209).

6. Novalgina- s.f. Planta herbácea perene originária da Europa. É amplamente cultivada em hortas domésticas em quase todo o Brasil. Tem propriedades diurética, anti-inflamatória, antiespasmódica e cicatrizante.

“As foinha de nevalgina, da nevalgina, um talito de maçã do algodão tombém.” (p. 107).

7. Macela- s.f. Erva aromática campestre, de pequenas flores amarelas, usada para chás com efeito estimulante e digestivo e para encher travesseiro e almofada.

“Deus ajuda que ela não deu, ela vivia, você não sabe o que é não, é coisa do mato, macela, sambabá, capim, que nem era aqui atrás, num teve aqui?” (p. 183).

8. Sete sangrias- s.f. arbusto de caule e ramos revestidos de penugem avermelhada, folhas peludas, flores pequenas de cor rosa, raiz com propriedades medicinais.

“Mas meu menino se deu muito bem com a raiz que... que tem no mato que chama sete sangria.” (p. 108).

Nesse subcampo, observou-se que o vocábulo “poejo” é de origem europeia e que o vocábulo “imburana” é de origem indígena (tupi). Segundo Houaiss (2011) e Aulete (2011), o vocábulo “manjerona” tem origem duvidosa. O vocábulo “alumã” não aparece no dicionário, constando em seu lugar o vocábulo “assa-peixe” em Houaiss, Borba e Aulete. Nesse caso, o vocábulo “alumã” possui designações diferentes nas regiões brasileiras. O vocábulo “novalgina” também não é dicionarizado. Aulete traz o nome científico *milefólio*; já Houaiss e Borba não trazem informação sobre essa erva. Para além das questões linguísticas, o que fica patente é que as comunidades de Bananal e Barra dos Negros utilizam ervas medicinais no tratamento de diversas enfermidades, pois há uma tradição na comunidade na utilização de ervas na cura de doenças, como uma herança indígena e africana, mas também porque a assistência à saúde é muito precária na comunidade.

- Subcampo Local de Cultivo

1. Capoeira (tupi)- s.f. terreno em que o mato foi roçado ou queimado, para cultivo da terra ou outro fim.

“Todo ano a gente roça assim capoeira aqui pra poder prantar, mas...” (p. 19).

2. Roça- s.f. terreno cujo mato foi cortado e/ou queimado, pronto para ser cultivado.

3. (Bras) Pequena lavoura de mandioca, milho, feijão; (Bras) Campo, zona rural, por oposição à cidade; (Bras) 5. pequena propriedade rural para o cultivo de hortaliças e frutas.

“O trabalho na roça vem, perde muito tempo tombém.” (p. 296).

Entre os vocábulos encontrados, “capoeira” é de origem tupi e “roça” é de origem europeia. Aulete traz “capoeira” e “roça” com a mesma definição, porém para este último, a autora aponta outros sentidos, atribuindo-lhe brasileirismos, como “pequena lavoura de mandioca, milho ou feijão”, “campo, zona rural” e “pequena propriedade rural”, já que são estes os sentidos que os informantes dão ao vocábulo. O vocábulo “roça” aparece com mais frequência entre os informantes do que “capoeira”, mas há distinção no significado.

- Subcampo Fenômenos Naturais

1. Água regadia- adj. (terreno) que tem água de rega ou fica na margem de um curso de água regadio.

“Mas se num chover, num tem nem condições de prantar, que na parte que não tem água regadia.” (p. 20).

2. Água minada- local onde há pequena nascente de água natural.

“Tem as mina aí em cima nessa rua...porque em cima tem umas casas aí, aí no fundo, no brejo, tem uma água minada.” (p. 58).

3. Chuva- s.f. precipitação atmosférica por efeito da condensação de vapor; queda de água das nuvens, na forma de gotas.

“Não, que a época de chuva aqui foi esse mês de fevereiro, mauço e até este mês de abril.” (p. 177).

4. Seca- s.f. falta de chuva, estiagem.

“Por que de quando da barragem pra cá, ficou só as terra seca, ninguém tem período de água regadia não” (p. 296).

Os itens que compõem esse subcampo são reveladores da situação das pessoas que vivem nessas comunidades e identificam um meio ambiente marcado pelas adversidades do clima sertão/semiárido. As comunidades de Barra dos Negros e Bananal convivem diariamente com a seca e a falta de chuva. Durante a maior parte do ano, a população necessita criar estratégias de sobrevivência, tanto para alimentar-se quanto para dar alimento aos animais. A construção da Barragem Luiz Vieira, do Açude Brumado em Rio de Contas, que se iniciou em 1977 e foi finalizada em 1983 pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), trouxe drásticas consequências para a economia dessas comunidades. Milhares de áreas plantadas foram destruídas e outras áreas inundadas, como o povoado de Riacho das Pedras, e por isso muitos moradores foram obrigados a migrar para outras áreas da região.

As expressões “água regadia” e “água minada” são muito comuns na fala dos informantes, numa demonstração do quanto a falta de “água regadia” impossibilitou o cultivo do milho, do feijão e da mandioca, produtos que são a base da alimentação dessas pessoas. E após a construção da barragem, os problemas com a falta de água foram agravados.

- Subcampo Flora Nativa

1. Cagaiteira/Cagaita- s.f. Bot. Árvore da família das mirtáceas, nativa do Brasil, de folhas forrageiras, flores brancas e frutos comestíveis

(bagas amarelas), dos quais se fazem sucos, geleias e, por fermentação, álcool e vinagre e tem efeito laxante.

“A foia da cagaita tombém. (...) É fresca, é bom pra dor de barriga tombém.” (p. 108).

2. Taquara- s.f. Bot. Nome comum a várias plantas altas da família das gramíneas, cujo caule é geralmente oco, como o bambu.

“Nós fazia de taquara assim, fazia esse prástico assim, fazia o rabo.” (p. 81).

3. Pindobal/pindoba- s.f. palmeira com folhas em forma de penas e com flores amarelas em cachos, de cujas sementes se extrai óleo.

“Somente quando vai tirar assim {pindobar}, né?” (p. 29).

4. Braquiária- s.f. gênero de gramíneas de folhas lanceloadas e espigas lineares, cultivada como forrageira; espécie de capim.

“(Doc) - Aquele capim ali qual é? (Inf) - Baquiara.” (p. 31).

5. Anapiri- espécie de capim utilizado para dar ração ao gado.

“- E o grande que parece cana, é o que ali? - O nome é anapiri.” (p. 31).

6. Samambaia/Sambabá/sambambá- s.f. nome comum à maioria das plantas pteridófitas, que vegetam em local úmido e fresco, de pequeno caule erigido, parcialmente subterrâneo, do qual brotam raízes, folhas completas e inteiras, e muitas das quais de valor ornamental. (p. 183/184).

“Deus ajuda que ela não deu, ela vivia, você não sabe o que é não, é coisa do mato, macela, sambabá, capim, que nem era aqui atrás, num teve aqui?” (p. 183).

“Sambambá, conhece sambambá?” (p. 184).

7. Temporão/Temporão-de-coruche- Bot. forma cultivada de trigo mole da variedade ferrugineum Alef., caracterizada por planta nova

de porte subprostrado, folhas com aurículas grandes celheadas, na planta imatura revestidas, bem como o colmoespigas, de polvilho ceroso e por isso verde-glaucos; espiga fusiforme, de mediana a muito alongada, frouxa, barbada, glabra, arruivada, com o dente apical das glumas geralmente pouco alongado e grão escuro, elíptico no corte longitudinal e mediano.

“Mas aqui nim nosso quintal só tem um pé de temporão ali embaixo, mas tombém num dá quase não.” (p. 206).

8. Pequizeiro- s.m. árvore nativa do Brasil, própria do cerrado, de boa madeira, flores grandes e frutos comestíveis.

“Piquizeiro. Serve pra fazer óleo, pra comida, pra comer.” (p. 36).

9. Pau de óleo- s.f. também conhecido como copaíba, copaibeira, óleo de copaíba; árvore frondosa de madeira avermelhada, usada em marcenaria, e que produz um óleo medicinal.

“Não aí... pau de óleo.” (p. 37).

10. Licurizeiro- s.m. palmeira típica do semi-árido nordestino, de drupas comestíveis que fornecem fécula e sementes de que se faz óleo; também conhecido como ouricuri.

“A casa daquela muié ali qu’eu tou...como eu to mostrano ali naquele pé que é pé de lucurizeiro, ele mehmo foi ele que fez aquela casa p’aquela muié.” (p. 221).

11. Camará/cambará- s.m. arbusto com folhas verdes ovaladas e ásperas, flores miúdas, com tonalidades que vão do amarelo ao vermelho de onde se extrai óleo medicinal.

“A gente coloca poejo, amajerona, uma florzinha que tem no mato que chama flor do camará (...), o alho, a cebola, cravo, canela.” (p. 107).

12. *Palmatória*- planta da família das *cactáceas*, cultivada por suas propriedades sedativas.

“Nós ia panhar *palmatória* aculá pra cortar um cortado pra comer.” (p. 313).

13. *Maniçoba*- s.f. árvore da família das *euforbiáceas*, nativa do Brasil.

“Aqui nós ia panhar *maniçoba* e *palmatória*, não tinha nada de comer não.” (p. 313).

14. *Paina*- s.f. Bras. Material fibroso, semelhante ao algodão, que se forma em torno das sementes de várias plantas, como as *bombacáceas*, e que podem ser aproveitadas industrialmente.

“Moça de pra trás ieu ia no mato rapa *marcela* pra vender, rapa *paina* pra vender, buscar *baxim* pra vender, pra comer moça, se não nós morria de fome.” (p. 313).

15. *Candombá*- planta típica do cerrado que ocorre em altitude acima de 600 metros.

“Pra cima de *jiló* ia buscar na cabeça *condombá* na cabeça pra levar pro Rio de Conta pra vender.” (p. 313).

16. *Araruta*- s.f. Bras. Erva da família das *marantáceas*, de que se obtém um tipo de farinha comestível.

“Pra dor de cabeça e pra dor de barriga, a gente tem um remédio assim pra dor de barriga que a gente faz, a gente tem a *tapioca* de *araruta*.” (p. 108).

Nesse subcampo, os vocábulos “*candombá*”, “*palmatória*”, “*temporão*” e “*anapiri*” não são dicionarizados. Alguns deles são considerados *brasileirismos*, como “*araruta*” e “*paina*”, e outras, de origem *tupi*, como “*taquara*”, “*pindoba*”, “*samambaia*”, “*pequi*”, “*maniçoba*” e “*camará*”. Segundo Cardoso (2005, p. 176), o vocabulário

da flora brasileira de origem tupi é muito grande. Aulete traz “paina” como sendo de origem malaiala. O vocábulo “pau de óleo” não aparece no dicionário, mas sim o vocábulo “copaíba”. O vocábulo “licurizeiro” também não é dicionarizado, aparecendo como entrada apenas “licuri”, de origem tupi, que serve para designar a árvore e o fruto dessa planta.

- Subcampo Fauna

1. João congo- (Bras. zoo.) conhecido também como japu, pássaro da família dos icterídeos, de grande porte com laterais de longa cauda e bico amarelos.

“Tem esse João congo, tem canaro, passarinho tudo.” (p. 234).

2. Meridio- espécie de porco selvagem.

“Raposa tem mais que meridio, que meridio só tem de dia num carasco ali.” (p. 289).

3. Porco baé- s.m. espécie de porco selvagem de cor preta.

“Um porquinho baé assim, mas só que não é preto assim.” (p. 289).

4. Veado- s.m. mamífero ruminante selvagem muito veloz, porte médio, cauda curta, os machos com chifres simples ou ramificados, geralmente de cor parda.

“Ainda ... ainda tem muito veado aí, tanto veado paradeiro aí.” (p. 294).

5. Teiú- (tupi) s.m. grande lagarto de cor escura e com faixas transversais amarelo-escuras.

“Teiú, tem tombém.” (p. 294).

6. Carpa- s.f. Zool. Peixe de coloração cinza-prateado, de água-doce criado em tanques ou lagos.

“Esse tanharim, esse tombém, esse a caspa.” (p. 295).

7. Saruê- s.m. N.E Zool. Mesmo que gambá, também conhecido como sariguê.

“Ah, saruê! De vez em quando eles... quando vendo ovo de galinha aí, come bastante.” (p. 37).

Nesse subcampo, apenas 1 vocábulo – “porco baé” – não é dicionarizado. O vocábulo “merídio”, segundo Borba (2011, p. 911) e Aulete (2011, p. 918), se refere ao meio-dia, enquanto os informantes dizem que é uma espécie de porco selvagem. Aparece apenas um vocábulo como sendo de origem tupi, “teiú”; um vocábulo como brasileirismo, “joão congo”, e um como regionalismo (Nordeste), “saruê”. Os vocábulos “carpa” e “veado” são de origem latina. Segundo Aulete (2011, p. 290), “carpa” é um “peixe ornamental de água-doce, da família dos ciprinídeos, originário da Eurásia e da África”. Os informantes utilizam o vocábulo “caspa”, para se referirem ao peixe utilizado na pesca. Ocorreu um processo de desvozeamento da vibrante *r* pela fricativa *s*.

Campo lexical atividades laborais

No campo atividades laborais, encontram-se os subcampos instrumentos ligados ao preparo da terra, atividade de produção da farinha, do adobo e da cachaça.

Subcampo Instrumentos Ligados ao Preparo da Terra

1. Arado- s.m. instrumento para lavrar a terra.

“Hoje em dia, a gente já tem uma... uma junta de boi, tem um arado” (p. 185).

2. Junta- s.f. conjunto de dois bois, especialmente de carga.

“Hoje em dia, a gente já tem uma... uma junta de boi, tem um arado” (p. 185).

3. Garfo- s.m. instrumento agrícola de remover e colher palha, feno.

“Toma a terra e cava, o lugar pra cavar com garfo” (p. 235).

4. Parelha/ Parea- s.f. conjunto de dois animais usados para tração.

“Aí tinha uma parea de boi aí e joguei esse boi na frente e cheguei lá e fiz a roça” (p. 138).

No subcampo instrumentos ligados ao preparo da terra estão os vocábulos “arado”, “parelha”, “garfo” e “junta”, todos eles de origem latina. São instrumentos que estão ligados ao processo de colonização do Brasil, tendo sido introduzidos pelos portugueses e utilizados largamente durante o período colonial no preparo da terra e no cultivo da cana-de-açúcar e de outros produtos tropicais. Apesar do processo de mecanização agrícola no campo, as formas de cultivo e a maneira de se produzir se mantêm inalteradas em algumas áreas rurais. Com o vocábulo “parelha” ocorreu a síncope, um dos processos fonológicos que “apagam segmentos” (CALLOU; LEITE, 2000, p. 43), dentro da palavra.

- Subcampo Atividade da Produção de Adobo

1. Catucar- vt. revolver a terra;

“Catuca a terra” (p. 243).

2. Barro- s.m. argila usada na fabricação de tijolos, telhas etc.

“Massa o barro bem massadinho mó dele ficar assim liguento” (p. 80)

3. Forma- s.f. molde onde se coloca algo maleável, pastoso ou líquido, para que tome a forma desejada ao se solidificar.

“E moiar aquilo tudo e socar, ir socano na forma, socano na forma aqui” (p. 243).

4. Socar- v. amassar, premer (massa, terra etc) para achatar ou endurecer.

“E moiar aquilo tudo e socar, ir socano na forma, socano na forma aqui” (p. 243).

5. Secar-v. tirar ou ficar sem a umidade, a água ou qualquer líquido.

“É. Tem de deixar deitado, tem que secar” (p. 243).

6. Enxugar- v. fazer ficar ou ficar seco, fazer perder o líquido, umidade.

“Tem de secar o que fez hoje enquanto da manhã em diante, aquele que for enxugano...” (p. 243).

7. Raspar- v. desbastar ou alisar a superfície de (algo).

“Tem de secar o que fez hoje enquanto da manhã em diante, aquele que for enxugano, vai levantano e raspano aquelas respa de ficar toda direi... direitinha que nem antes...” (p. 243).

8. Rachar- v. abrir rachaduras; fender (se)

“Pr’aquilo não... não rachar o adobo” (p. 244).

9. Metregar- amassar o barro.

“Você tem que metregar no barro assim, massar junto, pega no barro” (p. 244).

10. Palha de arroz- aditivo colocado no barro para dar consistência ao adobo.

“Você tem aqui uma paia d’arroz... E o meu aqui, eu tinha muito arroz, naquele tempo que eu bati muito arroz, tinha um monte de paia ali dento” (p. 244).

11. Massetar- amassar o barro;

“Eu misturava no carro assim, misturado, massetava assim no meio. Eles cortava que não rachava não” (p. 244).

12. Carro- local destinado para misturar o barro na produção do adobo.

“Eu misturava no carro assim, misturado, massetava assim no meio” (p. 244).

13. Adobo/adobe- s.m tijolo cru, seco ao sol

“Massa o barro bem massadinho mó dele ficar assim liguento. Aí, põe na forma e soca tudo e forma o adobo” (p. 80).

Nesse subcampo a produção do adobe está muito ligada ao modo de vida das pessoas da comunidade, se constituindo em tradição. A fácil obtenção do material utilizado na produção do adobo na região, o barro; o isolamento da comunidade; o baixo custo da produção e a falta de condições financeiras são alguns dos motivos que levam as pessoas a construírem suas casas com esse material. A construção de casas com adobe se remete ao período de colonização do Brasil. “A utilização de construções em adobe no Brasil teve início no período da colonização. Essa técnica foi inicialmente utilizada na Europa e depois trazida pelos portugueses para o Brasil” (ARAÚJO, 2009, p. 12).

A maioria das ações relacionadas à atividade de produção do adobe é designada por vocábulos não dicionarizados, exceto “metregar” e “macetar”, ambos ligados ao processo de amassar o barro para tomar consistência.

Um dos vocábulos utilizados pelos informantes é “carro”. Os dicionários pesquisados não trazem a definição desse vocábulo segundo o uso dos informantes. De origem latina, “carro”, segundo Cunha (1997, p. 159), é “veículo de transporte terrestre”, e para os informantes é o local ou suporte para misturar o barro na produção do adobo. Sobre o vocábulo “adobe”, Cunha (1997, p. 16), apresenta duas definições: 1. Tijolo de argila misturado com palha e cozido ao sol; 2. Grilhão, algema. Borba (2011) reconhece o vocábulo “adobe”

apenas como tijolo cru seco ao sol. Aulete (2011), por sua vez, reconhece apenas a definição relacionada ao grillão. Há variação entre os informantes na utilização desse vocábulo que ora se apresenta como adobo “aí, põe na forma e soca tudo e forma o adobo”. (Inf. 7, p. 80), ora como adobão “Chama adobão”. (Inf. 7, p. 80). O vocábulo “adobe” é de origem árabe, e muitas das palavras da língua portuguesa têm essa origem devido à dominação árabe na Península Ibérica, que perdurou do século VIII ao século XV. A vinda de portugueses ao Brasil no final do século XV e início do século XVI difundiu a utilização do barro na construção de casas, já que os nativos utilizavam outros materiais como madeira e fibras na construção.

- Subcampo Atividade da Produção de Cachaça

1. Alambique- s.m. fábrica para destilar o álcool.

“Aqui mehmo, aqui atrás mehmo, pra trás tem dois lambique aí...” (p. 186).

2. Alambicar- v. destilar (aguardente) no alambique.

“Quano ela para de frever ali, já ta boa de lambicar” (p. 186).

3. Cortar- v. 1. Dividir ou partir com instrumento cortante ou com as mãos; 2. derrubar (geralmente árvore, ou qualquer coisa que se erga verticalmente) por meio de corte junto ao solo.

“Não é muito difícil não, pra cortar a cana, olhar cana” (p. 189).

4. Moer- v. extrair por meio da prensa o suco de.

“Corta, carrega o carro de boi e tira da beira do engenho, depois mói pra botar ela no cocho” (p. 189).

5. Deitar- v. Estender (se) ao comprido, mais ou menos horizontalmente.

“Ali agora, tem de deitar ela no cocho...” (p. 189).

6. Cocho- É a mesa que fica sob moendas, servindo de apoio. No centro, há um pequeno cocho em forma de calha que recebe o caldo e a escoa numa calha (corredeira), para ser depositado num cocho próprio. Logo em seguida é levada ao fogo para a fervura.

“Ali agora, tem de deitar ela no cocho...” (p. 189).

7. Ferver- vt. Cozinhar em líquido fervente.

“Ali agora, tem de deitar ela no cocho, ela, ela frever ali, né?” (p. 189).

8. Azedar-v. deixar ou ficar com sabor azedo.

“Quando ela azeda, ela começa a frever” (p. 190).

9. Garapa- s.f. caldo de cana obtido por esmagamento.

“É a garapa da cana azedar, a garapa tem que ser bem azeda” (p. 190).

10. Pinga- s.f. aguardente de cana; cachaça.

“Aí vai aquele suor que é a pinga” (p. 190).

11. Capacete- s.f. cobertura côncava do alambique.

“E vai botano água por cima do chamado capacete” (p. 190).

No que se refere ao subcampo de atividades ligadas à produção de cachaça, pode-se perceber que essa atividade vem diminuindo consideravelmente em algumas áreas rurais. Apesar das inovações tecnológicas, a produção da cachaça nessas comunidades é realizada artesanalmente, mantendo algumas características de sua produção, tal qual ocorria no período colonial. Segundo Souza (2004, p. 56):

A cachaça teve um papel de grande importância no sistema econômico ligado à produção de açúcar. [...]. A produção de aguardente deu-se, normalmente, a partir de pequenos engenhos, e seu consumo foi predominantemente vinculado às camadas mais baixas da população colonial.

As ações ligadas a essa atividade, a exemplo de “cortar”, “moer”, “deitar”, “ferver” e “azedar”, têm origem no latim; já o vocábulo “alambicar”, registrado apenas por Aulete (2011), tem origens grega e árabe. Observou-se que não há perda semântica no uso desses vocábulos pelos informantes, preservando-se o sentido básico. Os informantes pronunciaram “lambicar”, em vez de “alambicar”, ocorrendo nesse caso a aférese, o processo fonológico de supressão de fonema no início do vocábulo. Segundo Cunha (1997, p. 24), o vocábulo “alambique” vem do grego *ámbix-ikos* a partir do árabe *Al-‘anbiq*. Aulete (2011) pontua que “cocho” e “garapa” são de origem controversa, mas afirma que “garapa” e “pinga” são brasileirismos e que o vocábulo “capacete” tem origem no espanhol. Apenas Aulete (2011) traz o vocábulo “capacete” significando a cobertura do alambique, acepção utilizada pelos informantes, sendo que Borba (2011) e Cunha (1997) trazem apenas a definição como sendo a armadura para proteger a cabeça.

- Subcampo Atividade de Preparo da Farinha

1. Arrancar- v. desprender da terra.

“A gente ranca mandioca, raspa, depois vai relar” (p. 275).

2. Raspar-v. desbastar ou alisar a superfície de algo.

“A gente ranca mandioca, raspa, depois vai relar” (p. 275).

3. Ralar- v. reduzir a pequenos fragmentos por meio de ralador.

“A gente ranca mandioca, raspa, depois vai relar” (p. 275).

4. Imprensar- v. apertar na prensa.

“A gente imprensa ela, depois que a seca, a gente sessa e joga no forno e vai mexeno com rodo” (p. 275).

5. Sessar- v. td. Bras. Passar pela peneira; peneirar.

“A gente imprensa ela, depois que a seca, a gente sessa e joga no forno e vai mexeno com rodo” (p. 275).

6. Mexer-v. revolver o conteúdo para misturar ou preparar.

“A gente imprensa ela, depois que a seca, a gente sessa e joga no forno e vai mexeno com rodo” (p. 275).

7. Roda- s.f. peça de formato circular que gira em torno de um eixo ou de seu centro e serve para movimentar um maquinismo.

“Dessa que a gente rela na roda de engenho, aqui a gente rela na roda de mão” (p. 201).

8. Rodo- s.m. utensílio de madeira com que se mexe a farinha na hora de torrã-la.

“O rodo é igual a uma enxada, gente mexeno pra lá e pra cá” (p. 238).

9. Cambota- s.f. molde ou suporte de madeira, em forma de arco ou círculo, para a construção de arcos; madeira utilizada para fabricar a roda usada na produção de farinha.

“Pega as cambota assim e vai... e vai emendano nela, emendano até ficar rodinha com jeito” (p. 238).

10. Alqueire- s.m. antiga medida de capacidade para secos e líquidos, equivalente a 13, 8 litros.

“Esquece, joga no fogo e torra assim pra cima de uma quarta ou de meia. Ou de mei alqueire” (p. 237).

11. Uma quarta- É uma medida de volume equivalente a 10 litros ou 5.50 kg, é $\frac{1}{4}$ do alqueire.

“Esquece, joga no fogo e torra assim pra cima de uma quarta ou de meia” (p. 237).

No subcampo das ações relacionadas à atividade de produção da farinha, “arrancar”, “raspar”, “ralar”, “imprensar”, “sessar”

e “mexer” possuem origens diferentes. Segundo Aulete (2011), Borba (2011) e Cunha (1997), o vocábulo “arrancar” tem origem controversa, à exceção de Nascentes (1998), que diz ser tal vocábulo de origem latina “eruncare”. Os autores citados afirmam que “raspar” tem origem germânica e que “ralar”, “imprensar” e “mexer” têm origem latina. O vocábulo “sessar”, segundo Aulete (2011) e Nascentes (1998), tem origem no quimbundo *kusesa*, sendo que, para Nascentes (1998), o vocábulo se constitui como brasileiro. Borba (2011) e Cunha (1997) não trazem o vocábulo “sessar” em seus dicionários.

A produção de farinha se origina com os nativos que habitavam o Brasil, visto que a mandioca era a base da alimentação desses povos. Com a chegada dos portugueses, a utilização dessa matéria-prima se tornou mais intensa, pois era utilizada para alimentação dos escravos africanos e dos criados dos engenhos, além de servir de alimentação para os viajantes que passavam pelo Brasil.

A produção de farinha nas comunidades de Bananal e Barra dos Negros ainda acontece de forma artesanal, com a utilização de roda manual construída com a cambota para ralar a mandioca, o uso do rodo no processo de torrar a farinha e a utilização de medidas antigas para pesar a farinha, como o alqueire e uma quarta. O isolamento das comunidades favoreceu o uso de medidas utilizadas no período colonial no Brasil. É o que afirmam Luna e Klein (2001, p. 2):

Nem sempre as unidades (de medida) apresentavam valor homogêneo por todo o país, por vezes diferiam de significado em relação às mesmas medidas praticadas em Portugal e também ocorriam mudanças ao longo do tempo. O uso do alqueire [...] apresentou consistência de valor durante os séculos XVIII e XIX e cuja conversão foi claramente definida na Lei de 1862.

Cunha (1997), Nascentes (1998) e Aulete (2011) trazem a definição de “alqueire” como uma antiga medida de capacidade para secos e líquidos. Para Aulete (2011), o vocábulo se constitui em brasileiro. Os dicionários de Borba (2011) e Houaiss (2011) definem “alqueire” apenas como medida agrária variável de lugar para lugar, havendo discordância com o uso que é realizado pelas pessoas das comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas comunidades rurais de Bananal e Barra dos Negros, localizadas no município de Rio de Contas, região do sertão/semiárido baiano, o vocabulário que compõe os campos lexicais “meio ambiente” e “atividades laborais” é representativo do modo de vida das pessoas dessas comunidades, observando-se que elas convivem diariamente com as adversidades climáticas e, portanto, precisam criar estratégias para sua sobrevivência. Vivem da agricultura e da criação de animais, comercializando produtos nos povoados vizinhos e na sede do município.

A análise do léxico de uma comunidade revela informações importantes sobre sua cultura e sua história. Ao ler, selecionar e analisar os vocábulos utilizados pelas comunidades de Bananal e Barra dos Negros, pode-se perceber algumas marcas da identidade cultural e social dos sujeitos envolvidos.

Há uma carência de estudos lexicais na região do sertão/semiárido baiano, sendo que este trabalho pode contribuir para ampliar os estudos já realizados e assim poder delinear a identidade cultural e social da região do semiárido por meio do estudo do léxico. O presente texto evidenciou, como diz Aparecida Isquerdo (1998, p. 105),

[...] a importância da língua como mecanismo de registro e de divulgação de aspectos culturais. Através da análise dos diferentes campos, foi-nos possível constatar a estreita relação existente entre fatos linguísticos e fatos culturais, na medida em que o exame das unidades lexicais acopladas aos campos analisados deixou transparecer aspectos socioeconômicos e históricos relacionados a um grupo, refletidos na língua.

Os estudos que buscam analisar o léxico de uma língua pretendem compreender a sua relação com a história, pois “[...] o léxico de uma língua [...] constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo”. (BIDERMAN, 1998, p. 13). Dessa forma, fazer um recorte do estudo do léxico nas comunidades de Bananal e Barra dos Negros, em Rio de Contas-BA, possibilitou o conhecimento da realidade vivida por duas comunidades remanescentes de quilombos, que deixam transparecer, por meio de seus relatos e do seu vocabulário, uma parte importante de sua história e de sua cultura.

Referências

ABBADE, Celina Márcia de Souza. O vocabulário da atividade sisaleira em Conceição do Coité. In: QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de (Org.). **Língua, cultura e sociedade: estudos sobre o léxico**. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009. 1 CD-ROM.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforria em Rio de Contas - Bahia, século XIX**. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ARAÚJO, Herbert Gurgel. **Manualização de construções em adobe**. 2009. 39 f. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

CALDAS AULETE, Francisco Júlio de. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria P. Pires de; ISQUERDO, Aparecida N. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998.

BORBA, Francisco da Silva (Org.). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. **Iniciação à fonética e à fonologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CAPINAN, Ubiraneila. **O quilombo que remanesce**: estudo de caso acerca dos impactos da política pública de certificação e de titulação do território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes Barra e Bananal em Rio de Contas, Bahia. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

CARDOSO, Elis de Almeida. A formação histórica do léxico da língua portuguesa. In: SILVA, Luiz Antônio da (Org.). **A língua que falamos**: português: história, variação e mudança. São Paulo: Globo, 2005.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

GENOUVRIER, Emile; PEYTARD, Jean. **Linguística e ensino do português**. Coimbra: Almedina, 1985.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss conciso**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras... In: CARDOSO, Suzana A. M. et al. (Org.). **Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa**. Salvador: Edufba, 2009.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa. In: OLIVEIRA, Ana Maria P. Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Vocabulário regional na Amazônia acreana. **Alfa**, São Paulo, v. 42, n. especial, p. 93-107, 1998.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. **Boletim de História Demográfica**, v. 8, n. 21, p. 2-5, mar. 2001.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Bloch, 1998.

OLIVEIRA, Ana Maria P. Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: da colônia ao século XX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 56-75, jan./jun. 2004.

TEIXEIRA, Maria da C. R. Representações dos escravizados: o vocabulário de alguns anúncios publicados em periódicos baianos no século XIX. In: QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de (Org.). **Língua, cultura e sociedade**: estudos sobre o léxico. Feira de Santana, BA: UEFS, 2009. 1 CD-ROM.

VILELA, Mario. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Almedina, 1979.



UM ESTUDO LEXICULTUROLÓGICO DA PALAVRA “PERNAMBUCANO” EM NARRATIVAS DO SEMIÁRIDO BAIANO¹

Cosme Batista dos Santos

Este estudo é originário do projeto que tem como título *Estudos Lexicográficos do Semiárido Baiano*, realizado em rede com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), no período de setembro de 2012 a setembro de 2015. Inicialmente, a nossa meta era elaborar um dicionário intercultural com palavras em uso no semiárido baiano. Durante o levantamento, valorizando as entrevistas com vaqueiros, índios e quilombolas, fomos encontrando contextos de conversação em que determinadas palavras como “caboclo”, “chifre” e “pernambucano”, por exemplos, suportavam significados não previstos nos dicionários indicados para a rede escolar do semiárido. Por essa razão, sentimos a necessidade de buscar um conceito outro, além da lexicografia cultural ou intercultural, que nos apoiasse em novos estudos sobre o léxico, daí a *pragmática lexicocultural* (GALISSON, 2000), também nomeada de abordagem *lexicoculturológica* (SILVA E SILVA, 2013), no âmbito desta

¹ Trabalho resultante da pesquisa de Estágio Sênior realizado no Centro de Filosofia e Humanística (CEFH) da Universidade Católica Portuguesa de Braga (UCP), sob a supervisão da Dra. Marlène Fernandes da Silva e Silva e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES-MEC/Brasil).

pesquisa tornar-se um referencial de estudo central de investigação dos significados implícitos em certas palavras ditas de cultura e em uso no semiárido baiano.

PRIMEIRA MOTIVAÇÃO: a lexicografia cultural

Muito além dos estereótipos, o sertão semiárido catingueiro do nordeste brasileiro é um espaço humano. É uma espacialidade produtora de riquezas, de cultura e de conhecimentos. Uma parcela significativa de estudos sobre essa realidade indica uma ampla produção cultural sobre a convivência com as secas, mas também com seus ritmos, com suas danças, com sua culinária, com seus estereótipos e com suas crenças. No entanto, a pesquisa na área de humanidades, especialmente a que atenta para as produções cultural e sociolinguística no contexto, ainda é pouca e despercebida. Essa ausência nos desafia, porque fortalece a imagem de um território sem estudos, o que torna o sertão semiárido e os sertanejos catingueiros ainda mais estranhos ao Brasil das capitais e dos grandes centros urbanos. Em função dessa ausência, não é raro encontrarmos, principalmente em livros didáticos e em discursos midiáticos, significados distorcidos do povo e dos costumes do sertão semiárido nordestino. Normalmente, tais suportes tendem a reduzir essa realidade a uma foto de mato seco ou de chão rachado e, quase sempre, ignoram os povos do lugar como produtores de cultura e de conhecimentos. Incomodou-nos muito no início da elaboração desse projeto, por exemplo, a ausência de uma lexicografia que acolhesse dedicadamente certas palavras tão relevantes para a cultura sertaneja na Bahia, como o é, por exemplo, a palavra *Umbuzada*, a nossa mais apreciada batida de umbu com leite, e a quase total ausência de significados culturalmente partilhados sobre diversos lexemas que são

dicionarizados como regionalismos, brasileirismos, tornando invisível a dimensão cultural e pragmática.

Inicialmente, vale destacar, uma das linhas de pesquisa do projeto se voltou mais insistentemente para a investigação das culturas ativas no sertão semiárido baiano, tomando como referência as palavras em uso em diferentes grupos e comunidades. Na ocasião, atentamos para a inclusão de uma dimensão pragmática da edição de verbetes lexicográficos, por exemplo, buscando os elementos do contexto de uso, funções, explicações e exemplos. Esse exercício ficou mais evidente na edição do verbete *Ajuntamento*, a seguir, produzido para o *ABC do Vaqueiro*.

Ajuntamento

a.jun.ta.**men**.to/substantivo. Arrebanhamento de ovelhas que se encontram fora de seu pasto, para que sejam reconduzidas às fazendas de origem. No ajuntamento, todas as ovelhas que são encontradas em uma determinada área são recolhidas para uma fazenda, depois separadas (a esse processo chamam de **apartação**) e depois **retiradas** para seus locais. Embora o termo de uso mais frequente para o processo seja **ajuntamento**, usa-se também **apartação** e às vezes **retirada**, mas que fique claro que são etapas diferentes de um mesmo processo. Para ovelhas, o normal é o uso do termo **ajuntamento**. Para gado, embora o processo seja muito parecido, podemos dizer idêntico, o termo utilizado é a **retirada**, porque se refere à retirada do gado desgarrado de um pasto estranho tendo em vista o seu retorno para o pasto de seu curral (CAFÉ et al., ABC do VAQUEIRO, 2014, p.2).

O verbete anterior contém informações gramaticais, semânticas e pragmáticas. Sobre o exemplo supramencionado, a explicação do fenômeno *Ajuntamento*, na prática social do vaqueiro, no dia a dia, é o esforço do autor do verbete para verbalizar as ações que envolvem o Ajuntamento em campo; no entanto, em outros casos, as definições obedecem ao mesmo estatuto das definições denotativas tipicamente empregadas na cultura lexicográfica tradicional brasileira. Enfim, a pesquisa com o léxico da cultura do vaqueiro resultou na necessidade de dar visibilidade aos significados que certas palavras adquirem pelo uso que se faz delas, em contextos específicos de comunicação intercultural, portanto não dicionarizável nos moldes da lexicografia brasileira tradicional. Por isso, no percurso dessas reflexões, surgem questões, a saber: como podemos lexicografar palavras com significados não explícitos, porém suportados nas palavras sob a forma de uma *carga cultural partilhada* (CCP) em algumas comunidades, mas em outras não? Em determinados períodos, mas em outros não? Por certos grupos de pessoas e por outros não? E como a leitura de palavras com essa configuração semântico-pragmática, no espaço institucional pode proporcionar aos estudantes de diferentes regiões o acesso à cultura erudita ou à cultura popular prestigiadas em diferentes espaços-tempos de uma região, estado ou país?

SEGUNDA MOTIVAÇÃO: a pragmática lexicultural

Ao longo dessa pesquisa, as oficinas de lexicografia cultural tornaram-se uma referência para a descoberta de significados não dicionarizados na língua portuguesa brasileira e de relativa importância para a compreensão do funcionamento da cultura local por estudantes não nativos e mais jovens, como foi o caso da palavra *Pernambucanos* que aparece na frase “Rapaz, nós vamos embora e

você vai ficar sozinho no meio desses pernambucanos!?” no livro de *Frente pra Trás: lembranças de um catingueiro com Zé de Mariá*, do escritor Esmeraldo Lopes Gonçalves. A palavra em questão, embora não seja um léxico regional, contém um significado totalmente implícito, cujo valor somente pode ser apreendido no e pelo uso que se faz dela no sertão semiárido baiano. Entretanto, no contexto de ensino-aprendizagem a leitura dessa palavra poderá mediar o acesso à cultura local por estudantes não nativos ou estudantes de gerações mais recentes que, embora nativos, são afetados por estereótipos poucos ou mal compreendidos.

Em função dessa demanda, o nosso grupo adentrou uma busca de referência bibliográfica, para dar conta do tópico lexicografia cultural, e como resultados encontramos estudos sobre a *pragmática lexicocultural* (doravante PL), em especial a partir das contribuições de Galisson (2000, 1998), Barbosa (2008, 2009), Silva e Silva (2013), além dos estudos etnolexicográficos de Perez (2000).

A partir disso tomamos a iniciativa de solicitar à Capes uma bolsa de pesquisa, estágio sênior, tendo em vista as dificuldades que encontramos ao lidar com os pressupostos e a consequente demanda de aprofundamento dos conceitos centrais da pesquisa, sobretudo com relação à PL, e assim arriscar um deslocamento pontual da pesquisa sobre léxico e cultura, tendo em vista a ampliação da investigação sobre o léxico e a proposição de uma educação intercultural em diversas tradições do semiárido baiano. Sempre houve a expectativa de que esse aprofundamento iria potencializar as análises de lexemas com carga cultural subentendida ou implícita – uma demanda forte nos estudos lexicográficos do nordeste brasileiro – e a realização de novos estudos lexicográficos com educadores em contextos de licenciatura intercultural nas realidades já mencionadas.

TERCEIRA MOTIVAÇÃO: resultados

Na infância, em Ribeira do Pombal, no sertão semiárido baiano, mais precisamente na década de 1970, o meu pai sempre me lembrava de evitar “brigas” com os filhos dos Pernambucanos, que eventualmente residiam na cidade. Passei muitos anos da minha vida sem entender o motivo da preocupação de certos pais baianos. Na segunda metade da década de 1980, passei a morar no sertão de Pernambuco, trabalhei, casei-me e tive filhos. Durante quase três décadas, as rivalidades aparentes entre pernambucanos e baianos não existiram ou não me fizeram lembrar, por exemplo, o medo e os cuidados do meu pai na infância. O estudo das lembranças do vaqueiro Zé de Mariá, por exemplo, fez-me evocar esse “medo” que a palavra “pernambucano” suportou durante toda a minha infância.

Inicialmente a leitura foi motivada por uma investigação em lexicografia cultural, conforme já antecipamos, visando ao levantamento de palavras que compõem o acervo lexical da cultura cattingueira no sertão baiano (SANTOS, 2012). No entanto, no decorrer das leituras, fomos nos dando conta de que na entrevista do vaqueiro havia palavras que, mesmo não pertencendo ao acervo cattingueiro, continham significados que somente ali, naquele espaço histórico e cultural, era possível de existir. Em outros termos, havia palavras com *carga cultural partilhada* (CCP) e na apreciação de um pequeno trecho da entrevista, em um diálogo entre Zé de Mariá com amigos, surge a oportunidade de investigar mais profundamente a representação léxico-discursiva da palavra “pernambucano”, em especial, os significados culturais implícitos na palavra sob a forma de uma CCP.

Em princípio, a descoberta não acrescenta à investigação relativa ao acervo cattingueiro, ou seja, a palavra não pertence ao uni-

verso lexical regional e, logo, não é um dialeto da cultura catingueira baiana, porém o significado inscrito na palavra, sim, é local e culturalmente relevante, pois permite inaugurar estudos sobre a dinâmica das culturas e a capacidade que têm as palavras de suportar significados não explícitos, porém evocados na comunicação intercultural corrente. Permite, ainda, enriquecer a investigação lexicográfica, porque a dimensão pragmática e discursiva do léxico não tem sido pautada na edição dicionarística tradicional na realidade brasileira, porém a sociedade, embora necessite dos significados enciclopédicos das palavras, porque é uma demanda evidente da cultura escolar, também necessita acessar o seu passado e o seu presente mais distante. As palavras, no nosso entendimento, são um meio privilegiado de acesso à cultura, isto é, aos modos de agir e de pensar de um povo ao longo dos anos e nos diferentes lugares. Este é, portanto, um contributo dos estudos lexicoculturais para o ensino da língua e da cultura nas universidades e nas escolas.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: abordagem lexicoculturológica

As relações entre léxico e cultura não se definem apenas pelo demarque semântico e sociolinguístico, mas sobretudo porque essas relações não são dicotômicas – a língua e depois a cultura – mas diálogos lexicoculturais, nos quais o que importa é o acesso à cultura por intermédio de palavras, em que o ensino da palavra seja também o ensino da cultura, o conhecimento da cultura suportada na palavra (GALISSON, 2000). Como já informamos, nos espaços institucionais, a exemplo das licenciaturas e das práticas escolares em que as diferenças estão inevitavelmente postas, os conflitos de comunicação entre culturas, por meio da mediação pedagógica, podem ser poten-

cializados para eliminar estereótipos e construir uma educação da convivência e respeito entre os povos.

O aprofundamento proposto relativo à abordagem *lexicoturológica*, portanto, é a parte fundamental desse estudo e visa não somente incrementar as pesquisas sobre o léxico nas narrativas do sertão baiano, mas também dar suporte a intervenções na formação de educadores e estudantes, tendo em vista as oficinas de intervenção pedagógica que possibilitem a educadores e estudantes entrar nas culturas do outro, pelo viés das palavras e de conhecer mais amplamente as palavras por meio dos significados implícitos que se fazem delas em diferentes contextos culturais do sertão semiárido brasileiro.

Portanto, para o desenvolvimento de programas com essa demanda, interessa definir a *pragmática lexicocultural* como um outro modo de acesso à cultura por meio das palavras, uma vez que a lexicocultura, enquanto objeto da PL, é a cultura implícita na e sob certas palavras, ditas culturais, que convêm de referenciar, de explicitar e de interpretar (GALISSION, 2000, p. 52). Um pressuposto cuja importância, conforme nós já repetimos no texto introdutório, é evidente para o ensino da língua em contextos de educação intercultural, por exemplo, na educação escolar indígena e quilombola e na educação para a convivência com o semiárido.

A seguir, na análise da palavra “chifre”, vamos mostrar a primeira demonstração de como a *lexicocultura* tornou-se uma categoria teórica central para esta pesquisa:

Chifres

s.m. são apêndices da cabeça de alguns mamíferos. Podem ter forma pontiaguda, como no boi ou touro,

pequenos e cobertos de pele, como na girafa, ou ramificados como no alce.²

A definição dicionarística do lexema “chifre” é uma definição universal, lógica, erudita e fornecida por quase todos os dicionários da língua portuguesa brasileira. No entanto, em uma investigação de natureza lexicutorológica, cujo foco é o léxico marcado pela *carga cultural partilhada* (GALISSON, 2000), o investigador (e também o professor de línguas) deve adentrar os conflitos de comunicação intercultural e trazê-los ao estudo das palavras, cujos significados implícitos precisam ser evocados, para assim evidenciá-los e interpretá-los como contribuição no estabelecimento de uma convivência intercultural, bilíngue ou bidialetal bem-sucedida em cada contexto e território cultural.

É evidente que os dicionários tradicionais, de uso escolar, não reconhecem facilmente certos significados socialmente localizados – a exemplo de “chifre” como “recipiente onde se guarda o rapé” –, valorizados pela sociolinguística e pela dialetologia, conforme apontado nos trabalhos de Cardoso e Ferreira (2000), em *O léxico rural: glossário e comentários*. Além disso, há contextos de variação lexical no semiárido em que o lexema “chifrar” é usado no sentido de “botar ou pôr chifre”, “botar corno ou pôr corno”, como uma metáfora para o ato de infidelidade conjugal, sendo, portanto, tais usos perfeitamente apreendidos pela sociolinguística ou pela lexicografia cultural. No entanto, em certos contextos de uso ou de comunicação intercultural, podemos supor situações em que a palavra “chifre” suporta um significado totalmente implícito, logo, não percebido na lexicografia (apesar do enfoque cultural), na dialetologia (apesar do

2 Disponível em: <www.pt.wikipedia.org/wiki/Corno>. Acesso em: 10 abr. 2016.

enfoque social). É o caso do uso ordinário da referida palavra, no exemplo, abaixo, em diálogo “rotineiro” entre um brasileiro e um estrangeiro:

- *Você namorou a M.L?*

- *Amigo, não tenho cabeça de touro. Na minha cabeça jamais nasceu “chifre”. Até agora, só nasceu cabelo!*

Nessa exemplificação, trata-se de um diálogo possível entre jovens colegas, no cotidiano, contendo uma expressão irônica que a população do semiárido pode manifestar, para informar que não quer ser “traído” no namoro e, ao mesmo tempo, quando manifestam preconceitos com quem já viveu a experiência da “traição” amorosa. Nesse caso, a expressão “não tenho cabeça de touro”, associada à palavra “chifre” e a “namoro”, evoca um contexto comunicativo no qual os participantes compartilham uma carga cultural acrescida ao valor referencial, dicionarizado, da palavra “chifre”. Esse significado é implícito na comunicação e, por isso, o ouvinte que não está inserido na cultura terá dificuldade de assimilá-lo, uma vez que este interlocutor retém apenas o significado referencial, dicionarizado.

Como aponta Jean Pruvost (2005, p. 43, tradução nossa):

As definições de dicionários são certamente precisas e desencarnadas das conotações produzidas pelos falantes nativos. Em efeito, há outra definição, uma definição chamada lexicultural, preñhe e pragmática, instalada no espírito de cada nativo. Esta definição, própria da história real e verdadeira do país, da região e da sua experiência, irá complementar a definição

dos dicionários, em que a tradição faz com que elas se limitem à denotação, supostamente objetiva.³

Nos dicionários de língua, as definições tendem a ser precisas e, relativamente, dissociadas das conotações que todo falante nativo conhece desde os primeiros contatos com a língua. Tal ocorrência se dá com a palavra “chifre”, cuja definição dicionária é *apêndice na cabeça dos mamíferos* e com a palavra “pernambucano”, que designa alguém (algo) que é *natural ou do estado de Pernambuco, Brasil*. Além dessas definições, há outras qualificadas como lexicultural, pragmática, instalada na memória dos usuários nativos. Essa definição pode ser considerada, a partir desse pressuposto, como um “[...] complemento às definições fornecidas nos dicionários, cuja tradição determina que estes últimos se limitem à denotação, suposta objetiva” (PRUVOST, 2005, p. 43). Essa leitura está nos levando a insistir que a *pragmática lexicultural* ou abordagem *lexicoculturológica* acrescenta mais conforto às pesquisas lexicográficas nas culturas, não necessariamente aos projetos de lexicografia da língua, universal, mas fundamentalmente aos estudos da lexicografia direcionados para os demarques culturais específicos, por exemplo, da cultura do vaqueiro, da cultura ribeirinha e de outros. No Brasil, um país de dimensões continentais, diferentemente dos países europeus, os significados conotativos das palavras emergem com certa frequência nas práticas cotidianas de uso da língua, de modo que a lexicografia brasileira deve demandar também um apoio epistemológico da prag-

3 “Las définitions lexicographiques sont assurément précises, notamment la seconde, mais elles restent pourtant désincarnées par rapport aux connotations que tout natif a avec les mots. En effet, existe une autre définition, une définition que l’on appellera lexicoculturelle, prégnante et pragmatique, installée dans l’esprit de chaque natif. Cette définition, propre à l’histoire vécue du pays et à son expérience, vient en complément à celle donnée dans les dictionnaires, dont la tradition fait qu’ils se limitent à la dénotation, supposée objective.”

mática lexicultural, nos termos definidos por Robert Galisson, para que os elementos culturais dispersos no espaço e no tempo sejam reconhecidos nas análises lexicográficas.

Para Robert Galisson (2000, p. 55), a *carga cultural partilhada* (CCP) é o valor cultural implícito acrescentado ao sentido denotativo do lexema, sendo esse valor cultural implícito partilhado pelos membros pertencentes a uma mesma comunidade idiomático-cultural.

Carga – traz a ideia de suplemento, acréscimo ao conteúdo informacional da palavra; **Cultura** – inscreve esta carga além da denotação de que tratam os dicionários da língua, ou seja, uma dimensão semântica, isto quer dizer, em uma conotação singular, não presa à tarefa da dicionarística clássica, ou seja, a uma dimensão pragmática; **Partilhada** – é próprio da cultura (toda cultura é um produto comunitário), mas, em ocorrência, esta partilha é de interesse de um número maior de interlocutores que se alia a esta comunidade. (GALISSON, 2000, p. 55-56, tradução nossa).⁴

A *carga cultural partilhada*, em resumo, é o valor suportado por certas palavras ditas culturais no uso que se faz delas numa língua-cultura determinada. A CCP é adquirida na vida, nas práticas ordinárias, em contextos reais de interações, e assim culturas diferentes, em espaço-tempo diferente, tendem a compartilhar e acrescentar significados distintos ao sentido denotativo de uma mesma palavra cultural. A “cultura corrente” (ou melhor, a “cultura-ação”)

4 “**Charge** – renvoie à une idée de supplément, d’ajout au contenu du mot; **Culturelle** – inscrit cette charge dans l’au-delà de la dénotation dont traitent les dictionnaires de langue (cf. la dimension sémantique), c’est-à-dire dans une connotation singulière, non prise en charge par la dictionnaire classique (cf. la dimension pragmatique); **Partagée** – est le propre de l’aculture (toute culture est un produit communautaire), mais, en l’occurrence, ce partage est l’affaire du plus grand nombre des locuteurs qui se réclame de cette communauté.”

pode suportar uma CCP que se inscreve na “cultura-visão”, sendo que, como o afirma a seguir de modo apropriado, com o “tempo” e/ou com o “espaço”, o utilizador da língua-cultura pode já não ser capaz de associar a dimensão “corrente” da CCP à sua dimensão “factual histórica”: é o caso, por exemplo, dos provérbios. Como aponta Galisson (2000, p. 73, tradução nossa),

[...] a lexicultura é simultaneamente um *processo* contínuo e um *produto* em estado de transformação constante. No tempo [...] e no espaço [...], ambos decorrem do transporte pelas palavras de traços herdados em perpétuo devir. Este movimento e esta dinâmica imarcescíveis explicam a complexidade do objeto de estudo, mas também o seu misterioso atrativo, a sua notável aptidão de renovar a peregrinação às fontes.⁵

Em suas reflexões prospectivas acima, o autor aponta sobre o “transporte” no espaço e no tempo, por meio das palavras, dos traços hereditários das culturas. O dinamismo das atividades didáticas envolvendo a *lexicultura* torna-se um desafio também para o ensino, visto que o currículo escolar do ensino do léxico, na vertente *língua-cultura*, demanda, além do conhecimento sobre a lista de palavras em uso em determinado território, o trabalho formativo com os estudantes, no sentido de perceber a CCP implícita nos e sob certos termos em uso nos diferentes espaços, tempos e comunidades étnicas do semiárido, tendo em vista a efetivação de uma comunicação intercultural bem-sucedida entre os povos e entre gerações.

5 “[...] *la lexiculture est à la fois un processus ininterrompu et un produit en état de transformation constante. Dans le temps (la transmission) et dans l'espace (la communication), tous deux relèvent du transport par les mots de traces héritées en perpétuel devenir. Ce mouvement et cette dynamique imarcescibles expliquent la complexité de l'objet d'étude, mais aussi son mystérieux attrait, sa remarquable aptitude à renouveler le pèlerinage aux sources.*”

METODOLOGIA: procedimentos investigativos

O pressuposto central, como já foi apresentado anteriormente, é a PL, visando acessar, revelar e interpretar as informações pragmáticas implícitas nas palavras ditas de cultura. Particularmente, as palavras a que nos referimos são as que estão em uso em diferentes narrativas e práticas culturais do sertão semiárido baiano. Em outros termos, o que pretendemos realizar são pesquisas com a *lexicultura*, com atenção ao significado acrescido às palavras pelo uso que se faz delas em experiências culturais específicas. A entrada da *lexicultura* nos estudos do léxico e em programas de ensino-aprendizagem da educação superior no semiárido brasileiro é um caminho para o acesso, por estudantes estrangeiros e estudantes brasileiros de outros territórios, às informações implícitas nas e sob certas palavras, ou seja, uma abordagem na qual a lexicografia universal e a cultura dicionarística tradicional não estão heurísticamente interessadas.

Por conseguinte, neste capítulo investigamos, sob a perspectiva *lexiculturológica*, a realidade do semiárido brasileiro ou, em particular, o sertão semiárido baiano. Para a realização da pesquisa, pontuamos, em primeiro lugar, os procedimentos investigativos valorizados nessa perspectiva e as condições gerais de pesquisa e de análise dos dados. Inicialmente, importa dizer que a pesquisa está concentrada no estudo da palavra “pernambucanos”, ou seja, uma palavra que, no contexto do semiárido baiano, possui *carga cultural* implícita e partilhada por certas gerações, especificamente, na fronteira entre o sertão baiano e o sertão pernambucano. Na referida região, as gerações mais jovens, assim como as instituições de ensino, pouco sabem sobre essas palavras e, mais amplamente, sobre os modos de significar gerados nas fronteiras regionais e étnicas do

mesmo país ou sítio intracultural. Portanto, o estudo parte da análise *lexicoculturológica* da palavra em questão, porém não se reduz a essa metodologia. A rigor, o que necessita ser evidenciado é um debate sobre a relevância desse tipo de fenômeno para a pesquisa em lexicografia cultural e para a educação intercultural.

Os procedimentos investigativos são adaptados de um “modelo” indicado por Galisson (2000, p. 52, tradução nossa),⁶ conforme as etapas que seguem: *observação*, *descrição*, *interpretação* e *reconstituição*.

Observação é a tarefa de escolha das palavras a serem estudadas nas obras e materiais sociais diversos; a **descrição** é a tarefa de entrevistar no contexto cultural com informantes nativos, pesquisas documentais etc.; a **interpretação** é o trabalho de análise dos fatos e dos conteúdos culturais para descobrir as causas que eles produzem ou os valores que eles explicam e, finalmente, a **reconstituição** é a recomposição do espaço cultural homogêneo a partir de fragmentos dispersos.

As etapas descritas acima, portanto, foram tomadas como pontos de partida para a coleta de dados e materiais visando à realização da nossa pesquisa, a saber:

- **Etapas de Observação:** Foram selecionadas palavras com carga cultural compartilhada no contexto do semiário baiano e que se tornassem relevantes para a re-

6 “**Observation:** Choix ou repérage des mots à étudier dans des outils didactiques, des matériaux sociaux. **Description:** Enquêtes de terrain (auprès d’informateurs natifs, de spécialistes.), recherches documentaires (en bibliothèque, sur internet, ...); **Interprétation:** De l’analyse des faits et des contenus culturels à la mise au jour des causes qui les produisent ou des valeurs qui les expliquent; **Reconstitution:** Du morcellement au remembrement: recomposition d’un espace culturel homogène à partir de fragments épars.”

alização de análise lexicultural e de atividade de leitura no espaço escolar e universitário.

- **Etapla de Descrição:** Foi realizado o levantamento de palavra em *corpus* de literatura, entrevistas entre nativos e, ainda, atividades de leitura e recepção das palavras nos espaços escolares e universitários.
- **Etapla de Interpretação:** Foi feita a análise lexicoturológica da palavra “pernambucano” manifestada no *corpus* em questão, particularmente, em um trecho da entrevista com o personagem central o vaqueiro Zé de Mariá, em que a palavra em análise aparece como um fenômeno da pragmática lexicultural, portanto um objeto lexicultural.
- **Etapla de Reconstituição:** Após a análise lexicultural da palavra Pernambuco, procedeu-se à análise quantitativa da amostra coletada com os estudantes universitários e alunos do Ensino Fundamental. A referida análise é complementar ao estudo em questão, porque visa mostrar, a partir de categorias específicas, como se dá a recepção da cultura implícita nas palavras por estudantes, especificamente a partir da contribuição da investigação *lexiculturológica*.

Seleção de material

Para esta investigação, foi selecionada a palavra “**pernambucanos**” manifestada na entrevista do vaqueiro Zé de Mariá, baiano, natural do município de Curaçá (BA).⁷ A entrevista mencionada está

⁷ O município de Curaçá (Bahia, Brasil) está situado no “sertão”, às margens do Rio São Francisco, na fronteira com o município de Santa Maria da Boa Vista (Pernambuco, Brasil).

disponível no livro *De frente pra trás: lembranças de um Catingueiro*, organizado pelo escritor Esmeraldo Lopes.

[...] eu fui pra Santa Maria da Boa Vista, com Ernesto do Juá, que era cunhado de Ferreira. Fui plantar cebola. Plantamos a cebola. Deu boa, só que nessa época a cebola perdeu o valor e apodreceu na roça. Ai, os rapazes que foram comigo, trabalhar lá, vieram ‘embora’, ai eu me enraivei e disse que não vinha mais eles, até que eles falaram: - ‘mas rapaz, a gente vai embora, você vai ficar sozinho no meio desses **pernambucanos!**’ (LOPES, 2005, p. 10).

Do referido livro nós extraímos como objeto de análise o excerto acima, com a palavra “**pernambucanos**”, cujo significado cultural que ela suporta é, na nossa perspectiva, desconhecido pelos mais jovens, na cultura universitária e escolar da região. Entretanto, pode ser um meio de acesso à cultura local por estudantes não nativos ou nativos de gerações mais novas. Em virtude dessa razão, tornou-se objeto de estudo para a nossa pesquisa.

A lexia “pernambucano” é denotativamente conhecida nas enciclopédias e no espaço acadêmico como a palavra que designa a naturalidade de quem nasce no estado de Pernambuco. Na entrevista de Zé de Mariá, acima, a referida palavra está sendo empregada com uma *carga cultural* implícita, não compartilhada, *a priori*, por um universo muito grande de usuários, incluindo jovens universitários baianos e pernambucanos. A palavra em questão, associada à palavra “medo”, permite a alguns receptores, para outros não, evocar uma informação totalmente implícita no texto, ou seja, a de que os pernambucanos do sertão, diferentemente dos baianos do sertão, são “cabras machos”, “valentes”, “que não levam desaforo pra casa”.

Tais significados não estão referenciados no texto acima, nem nos manuais escolares, tampouco nos dicionários-padrão, porém o

povo do sertão baiano, aliás, certas gerações, não outras, alimentaram por vários anos – e ainda há, residualmente – o medo de pessoas nascidas no estado de Pernambuco. Neste estudo, estamos considerando que a palavra “pernambucano”, portanto, é uma palavra com *carga cultural compartilhada*, do tipo *cultura-ação*, que aponta para um tipo de comportamento situado em uma região específica, já que essa apreensão do sentido não existe em outras regiões do estado.⁸

A CCP DA PALAVRA “PERNAMBUCANOS”

No *corpus*, em questão, a palavra “pernambucanos”, relativa às pessoas que nascem no estado de Pernambuco, contém uma *carga cultural partilhada*, ou seja, uma informação da cultura totalmente implícita para muitos jovens estudantes, em especial para os que não vivem na região do semiárido baiano ou que vivem há menos de 20 anos. A referida CCP está escondida, em um comentário emitido pelos amigos de Zé de Mariá, na ocasião de sua passagem por Santa Maria da Boa Vista, município do Sertão Pernambucano, na fronteira com Curaçá, no Sertão Baiano: “mas rapaz, a gente vai embora, você vai ficar sozinho no meio desses **pernambucanos!**”.

A palavra “pernambucano”, na tradição enciclopédica, designa pessoas que nascem no estado de Pernambuco, mas no contexto do texto em questão permite ao leitor/ouvinte inferir, para além do significado referencial, o sentido de que *não é seguro ficar sozinho em companhia dos pernambucanos, em especial, no território deles* (grifo nosso). Essa interpretação é possível, por exemplo, quando leitores e estudantes associam a palavra a outros indicadores dos textos, tais

8 Em uma conversa informal com um professor universitário da cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, nós ficamos sabendo que os pernambucanos do litoral entendem que essa “representação de povo valente” não se aplica aos pernambucanos de outras regiões do estado. Para ele, os pernambucanos da Costa, em certas fases da história, também alimentaram essa crença de que o sertanejo do estado é um povo temido.

como o efeito exclamativo da frase “mas rapaz!”, que indica o estado de preocupação dos amigos de Zé de Mariá; a informação explícita “sozinho no meio”, extraindo o fato de que estar ou permanecer “no meio”, ao lado de quem não oferece segurança, é equivalente a estar só, em perigo e, portanto, o fato de que para os amigos de Zé de Mariá, não é seguro ficar sozinho com os pernambucanos, em especial no ambiente natural deles, no caso, em Santa Maria da Boa Vista, mesmo sendo um município de fronteira com a Bahia.

Além da interpretação de ordem referencial e inferencial, há um significado que o termo pernambucano no texto acima não se permite ser percebido sem que o leitor/ouvinte compartilhe essa informação na cultura, nas práticas cotidianas de outra região, de outro tempo, portanto, de outras gerações, mesmo quando o termo é associado a outros indicadores linguísticos. Trata-se, nesse caso, do significado evocado, por exemplo, o de que o sertanejo de Pernambuco é conhecido, na representação ordinária, como um povo que “não leva desaforo para casa”. E ainda a informação de que a expressão Sertão de Pernambuco, em tempos passados, suportou a fama de uma região violenta, especialmente marcada pelas rivalidades e mortes entre famílias cujos conflitos tiveram início em 1915, entre a família Ferreira, de Lampião, e a família Saturnino, em Serra Talhada, no Sertão Pernambucano.

*A evocação do cangaço*⁹

Virgulino Ferreira, o Lampião, como já foi dito, nasceu na cidade de Serra Talhada, no Sertão de Pernambuco, nordeste brasi-

⁹ Vivi 40 anos da minha vida ouvindo as histórias de Lampião, mas nunca foi possível escrever uma página sobre a história do cangaço. Para este texto, no entanto, integrei o meu conhecimento com várias informações recolhidas de dois *websites*, disponíveis em: <<http://www.e-biografias.net/lampiao/>>; <https://pt.wikipedia.org/wiki/Virgulino_Ferreira_da_Silva>; acessos em: 5 abr. 2016. As informações recolhidas, portanto, foram integradas, levando em conta a coerência informacional entre as fontes e garantindo o máximo dessa coerência no relatório.

leiro, no dia 7 de julho de 1897. Em 1915, iniciou-se uma rivalidade envolvendo a sua família (os Ferreira) e a família do vizinho (os Saturnino). O jovem Virgulino, segundo narrativas de vários historiadores brasileiros, acusou um empregado do vizinho de roubar animais de sua propriedade. A partir desse fato, começou uma forte intriga entre as duas famílias e, no auge dessa rivalidade, Virgulino e mais 02 (dois) irmãos assaltaram e mataram animais do vizinho. Os irmãos Ferreira passaram a ser perseguidos pela polícia e fugiram da sua fazenda. Durante a fuga, a mãe não resistiu e o pai foi assassinado pela polícia. A partir desse ponto da história, Virgulino Ferreira alimenta sua “sede de vingança” e passa ser Lampião, cangaceiro.

Lampião formou o seu bando, a princípio com os dois irmãos, primos e amigos, cujos integrantes variavam entre 30 e 100 membros. O bando saqueava fazendas e pequenas cidades em cinco estados do nordeste do Brasil: Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. O primeiro saque ocorreu em 1922, em Alagoas, na casa da baronesa da cidade de Água Branca, de onde os cangaceiros levaram todo o dinheiro encontrado. Os mais velhos costumam contar que, por onde Lampião passava com seu bando, “judiava” e, às vezes, matava “delatores” e inimigos, deixando no imaginário dos sertanejos, muitas vezes com acréscimos, a fama de homem violento, que não perdoava a “traição”.

Durante 20 anos (1918-1938), Lampião zombou das polícias dos estados, dos políticos e de certos poderosos, já que em suas inúmeras fugas e confrontos com as “volantes” (grupos de policiais destacados para o combate) escapava fácil das emboscadas, dos tiroteios e das armadilhas e ainda conseguia despistá-las, usando várias estratégias. Uma delas, conforme o senhor artesão Expedito Seleiro nos

lembra,¹⁰ era ordenar o bando a calçar as alpercatas ao contrário, para deixar o rastro em direção oposta e assim estariam confundindo os seus perseguidores.

Lampião e seu bando passaram vários meses perambulando pelo Sertão Baiano, mais precisamente no Raso da Catarina, sempre fugindo da polícia. Durante esse período, o governo brasileiro e, particularmente, o governo da Bahia fizeram inúmeras reportagens “demoníacas” sobre o Cangaço e sobre Lampião, para atrair o apoio da população na caçada ao “Rei do Cangaço”.

Em meados de 1938, Lampião e 9 (nove) integrantes do seu bando refugiaram-se na Grota do Angico, perto da cidade de Poço Redondo, na fronteira triple: Bahia, Sergipe e Alagoas, no Nordeste brasileiro, onde viveu as últimas horas dos seus 40 anos de vida. Na madrugada do dia 28 de julho do referido ano, em um surpreendente ataque da volante, o bando foi “dizimado” e, na tentativa de intimidar outros bandos e humilhar Lampião, todos os membros do cangaço foram decapitados e tiveram as cabeças expostas na escadaria da Prefeitura de Piranhas, no estado de Alagoas. Passados 78 anos, a morte de Lampião ainda é um assunto muito discutido pelos pesquisadores da história do cangaço, mas sua história, suas aventuras e atuações deixaram uma imagem forte no imaginário cultural do sertão, do sertanejo pernambucano “forte e valente”, que “não deixa desaforo barato”, que “mata em nome da honra”. O sertão baiano, embora sendo um território de sertanejos, tem nele uma geração de senhores que viveram parte dos tempos do cangaço, o que sustenta essa imagem do sertanejo valente. Entretanto, essa carga é destinada,

10 Expedito Seleiro, natural e residente em Santana do Cariri, no Ceará, Nordeste do Brasil, é filho do artesão, do mesmo nome, que fabricava as alpercatas de Lampião. Em uma visita que lhe fizemos, ele nos contou que o *designer* das alpercatas com o rastro invertido era feito pelo próprio Lampião, como estratégia de confundir as volantes nas fugas.

na maioria das vezes, ao sertanejo pernambucano e, não resta dúvida de que as rivalidades de famílias, a história do cangaço e de Lampião são uma fonte importante para explicar a representação social do pernambucano como um povo valente, destemido, violento.

Podemos ainda destacar outros exemplos de rivalidades entre famílias no sertão pernambucano as quais também reforçam a manutenção dessa representação do povo pernambucano, como a família Alencar e Sampaio, no município de Exu, os Novaes e Ferraz, no município de Floresta e a família Benvindo e Gonçalves, no município de Belém de São Francisco. A população dos municípios de Curaçá (Bahia) conviveu, por exemplo, na década de 1980, com notícias constantes de conflitos e rivalidades entre famílias do sertão pernambucano, com destaque para as rivalidades entre as famílias “Benvindo” e “Gonçalves” que durou anos em Belém do São Francisco, às margens do Rio São Francisco, na fronteira com a Bahia.

Dupin (2010), em sua dissertação de mestrado intitulada “A paz começa dentro da família: uma etnografia no sertão do São Francisco”, defendida na Universidade de Viçosa, Minas Gerais, Brasil, aponta que durante muitos anos o município de Belém do São Francisco (PE) foi palco de muitas brigas por motivos de vinganças entre as famílias “Benvindo” e “Gonçalves”. Muitas mortes de ambos os lados ocorreram. Em uma entrevista com membros da família, o pesquisador registrou em seu trabalho de campo que, para alguns, “o motivo de todo o confronto é o orgulho” (DUPIN, 2010, p. 85) e que esse sentimento é uma herança deixada por Lampião, configurado pela máxima que o sertanejo (o pernambucano) tem de “não levar desaforo pra casa”, “não deixar barato” e de levar a diante a fama de “ter sangue quente”. Para o autor, portanto,

Essa característica atribuída ao povo pernambucano do sertão é constantemente conclamado como motivo de honra e ainda que a honra possa ganhar uma conotação negativa, sendo chamada de orgulho, ela é sempre para os envolvidos o motivo da briga. Portanto, o que justifica a entrada das famílias na questão é evocar esse sentimento em conjunto com ícones da cultura local para afirmar pertencimento em que o “crime de honra”, em muitas circunstâncias, é valorado como uma forma de fazer justiça (DUPIN, 2010, p. 76).

Em sua análise de representações locais do sertão, o autor ainda transcreve um depoimento em que um dos entrevistados é questionado sobre como proceder em caso de ofensa, em brigas, por exemplo, se seria o caso de prestar queixa à polícia. Na resposta, o entrevistado, pernambucano do sertão, responde: “Aqui nós resolvemos de outra maneira. Sou de paz, mas em algumas situações exigem-se medidas mais fortes”.

Esses fatos, portanto, embora isolados na prática de determinadas famílias do sertão pernambucano, uma vez noticiados e transformados em uma informação pública, tendem a ser percebidos sob a forma de estereótipos que recaem sobre o povo pernambucano em geral, mas de modo particular sobre o povo sertanejo. Um exemplo é que quando os amigos de Zé de Mariá o alertam sobre ficar sozinho com os pernambucanos, a carga de povo temido recai sobre todos os pernambucanos do sertão, inclusive o povo do município de Santa Maria da Boa Vista, reconhecido na região como uma localidade de paz, de seresteiros, sem ocorrências de rivalidades entre famílias.

No entanto, em nosso estudo queremos demonstrar que essa representação local, a qual estamos chamando, na pesquisa lexicocultural, de *carga cultural partilhada* e que está subentendida na palavra

“pernambucanos”, no texto aqui analisado, tende a ser transformada ao longo dos tempos e, às vezes, no espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo trabalhamos com a hipótese de que a *lexicultura* é uma investigação em ação, em processo, portanto de um dinamismo extraordinário. Sendo assim, a *carga cultural* suportada por certas palavras se transforma no tempo e no espaço. Isso vale dizer que os significados que outrora eram compartilhados por uma geração deixam de ser em outras e assim sucessivamente. Por isso, há uma dificuldade da lexicografia (mesmo a cultural), por melhor que sejam as intenções, de universalizar esses significados e colocá-los à disposição da escola. Daí, portanto, a relevância dessa pesquisa e a emergência de projetos de intervenção pedagógica ou didática de *língua-cultura*, para que as instituições escolares do semiárido, e também aquelas que se expandem para as zonas mais longínquas do Brasil, ensinem aos seus alunos a conhecer as culturas dos lugares aonde chegam sob a mediação das palavras que estão em uso na *cultura corrente*.

Dessa forma, os modos de apreensão do sentido evocado, tal como se faz neste estudo, demonstram, portanto, o quanto a *cultura corrente* está ausente dos currículos e das intervenções didáticas nas instituições de ensino. Essa estratégia de ler o mundo, aplicado à leitura da palavra, revela mais uma demanda de formação continuada de professores em *língua-cultura*, tendo em vista a ampliação das competências leitoras e investigativas do aluno em diferentes níveis, desde o Ensino Fundamental ao Ensino Superior.

No caso específico do estudo da palavra “pernambucanos”, por exemplo, trata-se um trabalho que permite não somente revelar a *carga cultural partilhada*, suportada pela palavra, mas também, sob a mediação pedagógica ou de didaticistas, ensinar esse modo de apreender sentido, e ajudar os estudantes a acessar os nichos e os comportamentos culturais do presente e do passado da cultura. Ao final desse exercício, será possível identificar e também desfazer estereótipos e, mais do que isso, revelar a convivência pacífica e respeitosa entre os diferentes, de modo que os conflitos sejam inteligentemente compreendidos no seu devido lugar e tempo.

Mas o nosso trabalho não consistiu somente nisso. A investigação foi uma opção feliz também para a minha formação como leitor crítico das palavras. Como já foi dito nas primeiras iniciais deste artigo, eu também nasci e cresci no semiárido baiano, e cresci com essa dúvida. No exercício de análise, evoco agora uma resposta à pergunta que fiz aos meus pais, sem resposta, e que me acompanhou durante parte da minha vida: *porque era temeroso brigar com os filhos dos pernambucanos?* Os nossos pais também não sabiam, mas, no sertão baiano, era assim. Nunca entendi isso muito bem, mas procurei obedecer-lhe por toda a minha infância. Adulto, depois de conhecer a cultura pernambucana, casei-me com uma pernambucana, tenho dois filhos pernambucanos e sou residente no estado de Pernambuco desde 1990.

Essa minha formação como leitor e como pesquisador, portanto, permite-me dizer que os estudos *lexicoculturais* de “pernambucanos” ajudaram-me a evocar esse passado e, mais do que isso, a exercitar essa prática na instituição, apontando muitas outras possibilidades investigativas, por uma educação menos conteudista e

mais centrada na *práxis*, nos diálogos, estando assim a serviço do sucesso dos estudantes na comunicação intercultural.

Referências

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção. O conceito de lexicultura e suas implicações para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 10-11, p. 31-41, 2008/2009.

CAFÉ, Ana Paula et al. **O ABC do vaqueiro**. Juazeiro, BA: Departamento de Ciências Humanas, UNEB, 2014.

CARDOSO, Suzana Alice; FERREIRA, Carlota da Silveira. **O léxico rural**: glossário, comentários. Salvador: Edufba, 2000.

DUPIN, Leonardo Vilaça. **A paz começa dentro da família**: uma etnografia no sertão do São Francisco. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

GALISSON, Robert. Cultures et lexicultures : pour une approche dictionnaire de la culture partagée. **Annales des Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale – Hommage à Bernard Potier**, v. 7, p. 325-341, 1988.

GALISSON, Robert. La pragmatique lexicoculturelle pour accéder autrement, à une autre culture, par un autre lexique. **Mélanges CRAPE**, n. 25, p. 47-73, 2000. (Une Didactique des Langues pour demain / En Hommage au Professeur Henri Holec).

LOPES, Esmeraldo. **De frente para trás**: lembranças de um caatingueiro: entrevista de Esmeraldo Lopes com José de Mariá. Juazeiro, BA: edição do autor, dez. 2005.

PEREZ, Francisco Javier. **Dicionários, discursos etnográficos e universos léxicos**: propuestas teoricas para la comprension cultural de los dicionários. Caracas: Fundacion Centros de Estudios Latinoamericanos Romulo Gallego, Universidad Católica Andrés Bello, 2000.

PRUVOST, Jean. Quelques concepts lexicographiques opératoires à promouvoir au seuil du XXI^e siècle. **Ela. Études de Linguistique Appliquée**, n. 137, p. 7-37, janv./juin. 2005. Disponível em: <www.cairn.info/revue-ela-2005-1-page-7.htm>. Acesso em: 10 abr. 2016.

REIS, Ana Charlote. **ABC do Kiriri**. Juazeiro, BA: Departamento de Ciências Humanas, UNEB, 2014.

SANTOS, Cosme Batista dos et al. **Projeto Estudos Lexicográficos do Semiárido**. Salvador: UNEB; Fapesb, 2012.

SILVA E SILVA, Marlène F. La lexiculturologie... en didactologie des langues-cultures. **Synergies Portugal**, n. 1, p. 69-89, 2013.

Seção II
Lexicografia, Culturas e Formação



CAMINHOS DA GALÍCIA: o léxico no semiárido baiano¹

*Gracielli Fabres de Araújo
Norma Lucia Fernandes de Almeida*

O semiárido baiano é uma região que abarca diversas possibilidades de estudo, e uma delas se refere às influências de diversas culturas no idioma português, sinalizando uma grande riqueza linguística. As palavras estrangeiras de diversas origens são assimiladas, ao ponto de essas formas adquirirem a dita vernaculania. Vale dizer que tais empréstimos existem desde o nascimento da língua portuguesa, no oeste da Península Ibérica, mais conhecida como a Europa Ocidental, onde se situam Portugal e Espanha.

O presente estudo acerca do semiárido baiano poderá contribuir para um melhor conhecimento da realidade linguística brasileira, buscando desmistificar a ideia de que o sertanejo faz uso de um “falar errado”, e implementar a tentativa de um reconhecimento de que muitas lexias podem ser de indícios de origem da língua galega ou do português arcaico. Além disso, a pesquisa pretende contribuir para a construção de um dicionário a ser usado em escolas do semiárido baiano, cujo glossário está sendo construído por um grupo

¹ O texto é oriundo da dissertação de mestrado *Caminhos da galícia: o léxico no semiárido baiano*, de Gracielli Fabres de Araújo, defendida na UEFS, em 2015.

de pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com o projeto *Estudos lexicográficos do semiárido baiano*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Quanto ao aspecto metodológico, neste trabalho recorreu-se ao método qualiquantitativo. A pesquisa teve como objetivo realizar o levantamento do léxico sertanejo, verificando a existência de arcaísmos no semiárido baiano, baseando-se no *corpus* da Coleção *Amstras da língua falada no semi-árido baiano*, organizado pelas professoras doutoras Norma Lucia Fernandes de Almeida e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro.

CONSEQUÊNCIAS DO BILINGUISMO LUSO-ESPANHOL

Segundo Teyssier (1982), entre meados do século XV até o final do século XVII o espanhol era a segunda língua dos portugueses cultos. Nesse período houve casamentos entre portugueses e princesas espanholas, tendo como efeito uma “castelhanização” da corte.

Entre meados do século XV e fins do século XVII o espanhol serviu como segunda língua para todos os portugueses cultos. Os casamentos de soberanos portugueses com princesas espanholas tiveram como efeito uma certa “castelhanização” da corte. Ossessenta anos de dominação espanhola (1580-1640), que se situam no período mais brilhante do “Século de Ouro”, acentuaram esta impregnação lingüística. É somente depois de 1640, com a Restauração e a subida ao trono de D. João IV, que se produz uma certa reação anti-espanhola. O bilingüismo, toda via, perdurará até o desaparecimento dos últimos represen-

tantes da geração formada antes de 1640. Assim, durante aproximadamente dois séculos e meio, o espanhol foi em Portugal uma segunda língua de cultura. (TEYSSIER, 1982, p. 32).

Nessa época, grande parte dos escritores escreveu em língua espanhola, a saber: Gil Vicente, Sá de Miranda, Luís de Camões, Francisco Manoel de Meio. A maioria dos escritores não vê como nenhuma traição à escrita em espanhol, porém Antônio Ferreira (1528-1569) manifesta certo receio e prefere dar continuidade dos seus escritos em português. O espanhol pronunciado pelos portugueses tinha características bem diferentes. A fala era sinalizada com um sotaque diferente e, além disso, a morfologia e a sintaxe afastavam-se da língua portuguesa.

De acordo com Teyssier (1982), o infinitivo flexionado do português era introduzido em castelhano, ou seja, como o exemplo mostra: “Penitencia será harta/ pensares em mi tormento”, fala de um personagem de Gil Vicente. O castelhano de Portugal encontrava-se, também, no vocabulário. Os escritores bilíngues, sem saber como exprimir em espanhol o sentimento “saudades”, forjavam como uma nova palavra “saludad”.

É impossível não observar que dois séculos e meio de bilinguismo luso-espanhol tenham tido consequências na língua portuguesa (entre os séculos da metade do XV até o fim do século XVII). Contudo, estudos e pesquisadores definem esses efeitos como algo difícil de pesquisar. Tanto em Portugal quanto na Espanha o bilinguismo não é tão estudado, dificultando as pesquisas sobre o tema. De acordo com Teyssier (1982), o que chamou bastante atenção dos filólogos foi a utilização do espanhol por portugueses bilíngues, visto que existia um castelhano português, em que o lusismo se manifestava

de várias formas. Porém, existe um grande problema: a influência que o espanhol teve em Portugal na época do bilinguismo é quase desconhecida entre pesquisadores, talvez por questões políticas, econômicas e históricas, dificultando a pesquisa sobre as influências ibéricas no semiárido baiano. Poucas são as informações obtidas, mas as circunstâncias levam a aprofundar esse estudo, haja vista as evidências e indícios de galegos, espanhóis no território do semiárido.

O GALEGO NA BAHIA

Na tentativa de encontrar algumas pistas sobre uma possível influência ou não do galego no português brasileiro, precisamos voltar um pouco na história. No século XII houve a conhecida Reconquista Cristã, numa época em que Portugal ganhava território pelo Sul, expandindo cada vez mais a língua portuguesa.

A Galícia adentrou a Coroa Leonesa, com Afonso VII, em 1112, e depois se juntou com Leão, na denominada Coroa Castelã. Em 1250 e 1550, a língua galega foi utilizada na escrita. A partir de 1550 até 1850, a língua espanhola se expandiu para a Galícia, sendo uma língua oficial da região. No entanto, a língua galega tem o seu declínio, começando a hegemonia do espanhol. O galego passou a ser algo pitoresco, desencadeando assim um problema, pois os próprios falantes acabavam por ocultar ou dissimular sua identidade.

Apesar do pouco prestígio, em meados do século XIX a maioria da população ainda falava a língua galega. À proporção que a Galícia rural ia se enfraquecendo, a Galícia urbana ganhava espaço, tornando-se uma Galícia voltada para a língua espanhola. Com o tempo, a única língua utilizada era a língua castelhana.

De acordo com Rocha (1997), não é muito comum ouvir dizer que no Brasil se falava a língua galega, mas acredita-se que foi muito utilizada na época da colonização. Em Minas Gerais, por exemplo, parece que na época do ouro houve muitas influências galegas. O tema ‘galego no Brasil’ não é algo novo; ao contrário, é um tema já discutido, mas pouco difundido entre os estudiosos do português brasileiro. Há setecentos anos que alguns pesquisadores já suscitam esse questionamento sobre a origem do português, principalmente entre pesquisadores galegos.

Muito por certo são contrários de antemão a nomear de ‘galego’ à língua comum atual empregada por brasileiros, portugueses e galegos, valendo-se de artifícios pseudo-sociolinguísticos para isolar as várias faces do idioma. (ROCHA, 1997, p. 2).

Em diversas discussões sobre o tema, o que interessa, neste momento, é a fala, não a escrita. A primazia do estudo se centra na língua como veículo de comunicação, a realização oral. No texto “Posición do galego entre as línguas românicas”, de Fernández Rei, esse autor escreveu um maravilhoso trabalho sobre a história e, ao final, concluiu querendo distanciar a língua galega da portuguesa, quando confundiu uma língua com uma variedade de fala pela citação de Pedrayo (1996, p. 4):

O galego é moito mais fermoso que o portugues. Tem menos dificultades de pronunciación: é unha lingua românica, latina, ampla, simpática, aberta. Hai que conservala así.

O texto acima demonstra não um preconceito, mas a total confusão que isolou o povo português dos seus “pais” galegos.

Claro que, no caso em tela, é o ‘pai linguístico’ que se rebela, pela voz de Otero Pedrayo em boca de Fernández Rei, contra o ‘filho linguístico’, que herdou a língua galega, quando se constitui em Estado soberano no século XII. (ROCHA, 1997, p. 3).

O tema central da discussão obviamente não é sobre os questionamentos de Portugal, mas a dúvida e a inquietação sobre o tema de que a língua portuguesa não é propriamente portuguesa. Acredita-se que a língua falada em Portugal teve origem “do que veio de fora”, sendo anterior aos Cancioneiros galego-portugueses, sendo também anterior ao Estado português. “[...] nasceu numa terra que constitui o que ontem era a Gallaecia e ainda hoje é Galiza”. (ROCHA, 1997, p. 3)

Existe um grande questionamento sobre o porquê dessa omissão histórica em relação ao galego, à Galícia. Por que este é um fato tão distante dos livros? A Galícia tem uma concreta nação que constitui o Estado Espanhol. A Galícia é, em tudo, algo como ‘um país dentro de outro’, tendo uma história, e principalmente uma tradição. Portugal conseguiu manter “o mito” de que a língua portuguesa foi originária exclusiva de seu território, do seu povo (primeiros lusitanos), podendo, assim, vangloriar-se de serem portadores do idioma que Camões utilizava, e também a forte ideia de levar “seu” idioma para outras terras.

De acordo com Bacelar (1991), a imigração pretendida nessa fase seria para o campo, jamais para a cidade de Salvador. O pensamento girava em torno não mais de trabalhadores brancos, para provocar sublevações, mas sobretudo pelas ideias revolucionárias que poderiam chegar até a massa negra. A ideia vinculada nesse momen-

to seria seguir a postura de São Paulo, ou seja, agir como os italianos que trabalhavam em lavouras.

Com tantos problemas gerados pelas mudanças na Espanha, a Galícia se enfraqueceu cada vez mais e a emigração se tornou uma saída por todas as dificuldades encontradas no momento.

Consideremos que esta corrente emigratória de especial importância permanece toda a primeira metade do século XIX porque temos como hipótese que é por intermédio dela que os galegos vislumbrarão as possibilidades no paraíso baiano. (BACELAR, 1991, p. 41).

Reiterando e lembrando com bastante atenção que os galegos já haviam descoberto a América desde o século XVI, observa-se nitidamente tal evidência no relato de Prado (1945, p. 195): “A filha bastarda do Capitão de Coa e Brasil, rio Itáipe, em Ilhéus, casou-se com João de Araújo Souza, fidalgo galego da casa de alcaides mores de Sindoso de Cela Nova”.

Com essa informação, pode-se suscitar a hipótese de que os galegos habitavam o interior da Bahia desde o século XVI, e não somente tempos depois, dando continuidade à emigração para Salvador. Calcula-se que em 1850/1950 a emigração galega ficava entre 40% a 70% do total dos espanhóis a caminho da América. Os galegos foram para a Argentina, Cuba, Brasil, México, Uruguai e Venezuela. No Brasil, as cidades foram São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Manaus, Salvador e Recife.² Observa-se a situação secular da sociedade galega nas Américas, podendo notar a intenção de pensar as influências da língua galega no Brasil, na Bahia, no interior e na capital. Essa é uma grande possibilidade, principalmente quando se observa

2 O interior não é muito citado nos livros consultados. Além disso, falta bibliografia, o que dificulta a pesquisa.

o *corpus* oral da Coleção *Amostras da língua falada no semi-árido baiano*, ou seja, palavras encontradas igualmente sinalizadas com a oralidade galega.

TRANSCRIÇÃO DA FALA DE GALEGOS

Tendo como base de estudo o trabalho do pesquisador Vázquez (1998), mais especificamente *Memoria oral e identidade étnica da inmigración española a Latinoamérica no século xx: os galegos en Brasil, 1880-1970*, serão aqui mostradas algumas transcrições das falas de galegos (a palavra “transcrições” é assim utilizada, pois no trabalho estudado optou-se por essa definição), mostrando que algumas das palavras encontradas são usadas no semiárido baiano, fornecendo conhecimento sobre vários detalhes importantes para um melhor entendimento do galego no Brasil. A pesquisa traz relatos sobre fotos e memórias, a indústria dos pobres (os camponeses do Norte da Península Ibérica), a emigração galega no Brasil, o Conselho Nacional de Emigração 1910, a mulher galega, a chegada dos galegos na Bahia, entre outros episódios.

Pontos importantes são encontrados no trabalho. Sabe-se que em Minas Gerais ocorrem algumas influências como acontece no semiárido. Um exemplo mais comum é a palavra “tamén”, muito utilizada na fala galega. Vázquez (1998) relata que os galegos foram para Minas Gerais motivados pela “época do ouro”. Isso ajuda a entender um pouco algumas questões históricas, mas principalmente questões de influências linguísticas.

A seguir serão mostradas as transcrições das falas de galegos. No decorrer da fala, são destacadas palavras as quais podem ser empréstimos no português brasileiro, e que são encontradas no

semiárido baiano. Esses empréstimos podem ter sido tomados tanto diretamente do galego, quanto a partir de portugueses que as usavam. Somente um estudo sócio-histórico bastante aprofundado daria conta de traçar melhor os caminhos dessas lexias.

Entonces túvonos a nós (catro rapaces: tres rapazas e un rapaz) e el **tamén** volveu marchar para Cuba pra non ter máis familia. Transcrição p. 43. (VÁZQUEZ, 1998, p. 104).

O papá **despois** reclamounos e **despois** foron todos... Fixo catro viaxes a Cuba, no primeiro viaxe botou seis anos e veu de vinte ou vintedous anos, e **entonces** reclamou un irmau que tiña e levouno pr'alá e **despois** así que puderon viñeron cada um con mil pesos, ¡que xa eran cartos! Chegaron a Tamallancos onda os pais e dixerónlles. Transcrição p. 56. (VÁZQUEZ, 1998, p. 105).

[...] non facía nada, collemos un barciño pero a **xente** non tiña plata e non daba nada... Unha amiga miña marchou pra Venezuela, entrou de cociñeira na casa dunha señora [...] e **despois** víñenme outra vez, pero volvíase acabar a plata e volvín pra xunto desa señora... A rapaza **despois** creceu [...] **Entonces** vendían esa casa que ten agora meu fillo e mandáronmo decir, cando chegou a carta eu acababa de vir do médico que estaba diabética. Transcrição fonética pp. 8-10. (VÁZQUEZ, 1998, p. 108).

[...] estivo eiquí no Brasil antes de nós nacer; **despois** ele foise pr'alá, criar ós fillos porque miña nai morreu nova [...] **Despois** d'alí a cinco ou seis anos [...] **Despois** ele mandou vir o Antonio e xunto co Antonio pediu a meu pai pra que **viñesen** xuntos... Mais aínda quedou alá o Pedro que era o máis novo... mais **despois** que ele saíu do ejército **tamén** o mandaron vir pr'aquí. Transcrição fonética p. 5 (VÁZQUEZ, 1998, p. 109).

[...] dábanche un salario fixo, pero eu empecei **barrendo** as oficinas e d'alí a facer paquetes, **despois** a encargado do depósito... [...] ximnasio que é coma eiquí o bachiller e **despois** fixen contabilidade. Transcrição p. 8. (VÁZQUEZ, 1998, p. 110).

[...] e o que non, era unha padaría e o que non era padaría era un bar... Eu primeiro traballei no pesado, **despois** me arrumaron emprego [...] e viñen pra São Paulo pra comprar un bar, **mais** encontrei cuns veciños [...] chamado Enrique, fillo de españois **tambén**. Traballamos [...]. Transcrição p. 12. (VÁZQUEZ, 1998, p. 111).

Pode-se observar que no decorrer das falas (apenas algumas, na dissertação existem mais transcrições) destacam-se algumas palavras galegas encontradas também na fala de pessoas do semiárido baiano. Um fato não tratado diretamente neste artigo, mas que chama a atenção, é o uso do /b/ em vez do /v/. Sabe-se que em algumas comunidades rurais as pessoas mais velhas usam o /b/ no lugar do /v/, como ocorre no vocábulo *bassoura* ~ *vassoura*. Não podemos afirmar que esse fato seja uma influência galega. No entanto, Almeida (1997) comparou processos fonético-fonológicos no crioulo da Guiné Bissau e em falas de crianças brasileiras aprendendo a língua. A autora mostrou que mesmo no crioulo essa troca de /b/ por /v/ é um processo fonético-fonológico que ocorre somente na fala de poucos informantes, aqueles que usam o crioulo tradicional. Isso demonstra, então, que não se trata de um processo comum, como é o da ditongação ou monotongação, o que pode levar à hipótese do arcaísmo.

Outra questão interessante, no que diz respeito a essas entrevistas, é que as falas foram gravadas com o intuito de os informan-

tes contarem histórias passadas. Com isso, observa-se a Bahia como ponto de chegada dos galegos, cujo maior objetivo era o de trabalhar, numa demonstração de que o galego era extremamente habilidoso no campo, mas veio para a cidade com ajuda de amigos e familiares, disposto a trabalhar em padarias, açougues etc. Nas falas ficou revelado que, se não dessem certo viver e trabalhar na cidade, os galegos teriam que ir para o interior (para o campo), pois era uma forma de desenvolver sua habilidade inata. Como não poderia deixar de ser, levavam consigo toda a sua língua, a sua forma de falar, a sua escrita, a sua cultura e, principalmente, a sua influência.

METODOLOGIA

Conforme já observado no decorrer do estudo, a pesquisa insere-se nos estudos do léxico, mais especificamente o léxico voltado para detectar possíveis influências do português arcaico, do galego/espanhol. Sabe-se que nos últimos anos os estudos lexicais cresceram muito. Neste estudo, partimos das influências ibéricas, utilizando-se os conceitos da dialetologia e da sociolinguística.

Para os conceitos de dialetologia e sociolinguística adotamos Cardoso (1994) e Labov (2008), respectivamente. No processo de análise dos dados adotam-se as concepções da linguística histórica e da sociolinguística. O objetivo geral da pesquisa centra-se em realizar o levantamento do léxico sertanejo, verificando se há influências da língua espanhola, do português arcaico e do galego, baseando-se, inicialmente no *corpus* da coleção *Amostras da língua falada no semi-árido baiano*.

Esta coleção é composta de 4 volumes, quais sejam: Volume I – *Amostras da língua falada na zona rural de Anselino da Fonseca (Piemonte da Diamantina)*; Volume II – *Amostras da língua falada na zona rural de Rio de Contas (Chapada Diamantina)*; Volume III

– *Amostras da língua falada na zona rural de Feira de Santana (Paraguaçu)* e; Volume IV – *Amostras da língua falada na zona rural de Jeremoabo (Nordeste)*.

Realizamos, em primeiro momento, a leitura da coleção *Amostras da língua falada no semi-árido baiano* e o levantamento das unidades lexicais que contemplam as influências ibéricas, a partir de um conhecimento prévio sobre a fala dos galegos e também um conhecimento acerca do espanhol.

Partimos para um *corpus* dicionarístico, referente à terminologia ibérica e, posteriormente, organizamos um *corpus* com dezessete unidades lexicais as quais, depois da recolha, foram organizadas em fichas lexicográficas. Chamamos a atenção para o fato de que no semiárido existem outras palavras que poderiam ser consideradas arcaísmos, como *bassoura*, por exemplo, mas trabalhamos apenas com as que apareceram nas entrevistas.

Para analisar os dados, criamos um fichamento lexicográfico, de modo que cada unidade lexical possui uma ficha (Figura 1).

DESPOIS
➤ Bluteau (1728): ➤ Moraes Silva (1789): ➤ Pinto (1832): ➤ Houaiss (2001): ➤ Aurélio (2004): ➤ Machado Filho (2013): ➤ Hipótese da Pesquisa:
Corpus Piemonte da Diamantina – Comunidade de Piabas
P. 115 Circ 1: “Já tá certo em seu carro, fique em seu carro, amanhã, eu... Despois o dono do carro vem: áh porque você tirou passageiro...”

Figura 1 – Exemplo de ficha lexicográfica

Fonte: Elaborado pelas autoras (2015).

A ficha é constituída de alguns elementos. Na parte superior, destaca-se a unidade lexical que será estudada. Logo abaixo destacam-se os seis dicionários consultados para a análise. A última parte é composta pelos exemplos da unidade lexical, encontrada no *corpus* da coleção *Amostras da língua falada no semi-árido baiano*.

Com as fichas, observamos o período de cada autor, entendendo se a unidade lexical estudada é/ou não dicionarizada, podendo reconhecer até mesmo sua origem.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O *corpus* foi organizado em unidades lexicais com 17 verbetes, constituído de 6 substantivos, 3 advérbios, 2 conjunções, 4 interjeições e 2 verbos, de acordo com o *Dicionário Aurélio*. Observa-se que os substantivos se destacam no decorrer do estudo. A seguir apresentamos a distribuição conforme a classificação de cada verbete.

Depois: Advérbio. É conhecido como uma variante sertaneja do advérbio de tempo. É falado também no sul de Minas e em outras regiões brasileiras. Nesse momento, observa-se a exclusão dos conhecimentos acerca do semiárido baiano e de variantes desprestigiadas, já que a variante está presente há muitos séculos, mas infelizmente os livros, os *links* dificilmente informam sobre tais regiões, focando apenas variantes de prestígio e variantes mais usadas no sul/sudeste. Atestamos também essa palavra nas transcrições. Acredita-se ser um galeguismo.

Apois: Conjunção. Seria explicativa, mas em sentido de fala, poderia ter o conhecimento de acordo com “não é mesmo, isso”. O *apois* está sendo, por sinal, resgatado nas redes sociais. Observa-se grande uso desse *apois* por nordestinos escolarizados usuários de redes sociais.

Entonces: Advérbio. Tem o significado de “então”, “em seguida”, um termo muito antigo, mas infelizmente é conhecido como uma variante sul/sudeste, mais precisamente do Rio Grande do Sul. Mas é comprovado que no semiárido a variante existe e seu uso é entendido na fala do sertanejo. Há variações na forma de pronunciar entonces ~ antonce ~ ontonce.

Menhã: É um substantivo feminino, como “manhã”. Houaiss (2001) e Aurélio (2004) dizem que é um arcaísmo e acreditamos ser um galeguismo.

Luita: É um substantivo feminino, “luta”, (assim como *fruta* e o seu equivalente “fruta”). Para Houaiss (2001), é um arcaísmo; para Aurélio (2004) também.

Proque: Conjunção, variante informal de séculos. Mas hoje pode ser apenas uma variante fonética, já que esse é um processo muito comum, a metátese, na fala de pessoas com baixa escolaridade. Não há como sabermos se foi a manutenção de um arcaísmo ou se foi um processo recente. Não há menção a esse termo nos dicionários consultados.

Esprito: Substantivo masculino (mesmo que proque). Palavra utilizada há décadas. A palavra apresenta as mesmas características do “proque”, mas sendo uma redução da proparoxítona. Essa palavra é tratada por vários dos lexicógrafos consultados. Moraes e Silva (1789), Pinto (1832) e Aurélio (2004) já falam em processo fonético: “ESPRITO: por espírito. Camões, Ferreira, Bernades” (MORAES SILVA, 1789). Houaiss (2001) diz ser de uso antigo e informal, um regionalismo do Nordeste.

Tamén: Advérbio (“também”). Muito sinalizada, novamente, em Minas Gerais, mas comprova-se que no semiárido é muito utilizada, podendo ser definida como um vocábulo de origem galega. Essa palavra também aparece várias vezes nas transcrições.

Vixe: Interjeição. Corruptela fonética de “virgem”. Muito utilizada no Nordeste. Pode-se pensar a palavra como de origem galega. De acordo com o mesmo pensamento de “ó gentes”, “ó gente” pronunciado por galego “ó xente”.

Vige: Interjeição. Corruptela fonética de “virgem”. Muito utilizada no Nordeste.

Dixe: verbo (dizer – “disse”) fala em Galícia “dize algo”. Citada por dois dos autores consultados: para Aurélio (2004), do espanhol Dije, do pret. Perf. Do v. decir; dicionários e textos (escrita e fala) a palavra galegos é encontrada, de origem galega.

Vinhesse: verbo vir (“viesse”). Tem o mesmo sentido atribuído na Galícia.

Oxe: Interjeição. Muito utilizado no Nordeste, é uma abreviação de “oxente”.

Oxente: Interjeição. Muito utilizado no Nordeste. A expressão tem origem da frase “ó gente”. Pode-se inferir que é uma palavra de origem galega de “ó xente”, já que o “g” na Galícia se representa como “x”.

Cabra: substantivo masculino. É mais utilizado em frases vinculadas com o nordestino, daí tomar a forma de adjetivo. “Esse cabra da peste”. Advém da origem espanhola de cabra. Cabrão.

Painho: Substantivo masculino. Diminutivo de Pai. Muito utilizado na Bahia e estados do Nordeste (Conforme comunicação pessoal feita por Alvarez, durante evento na UFBA 2014, “Painho é um vocábulo de origem galega - *Paiño*).

Mainha: Substantivo Feminino. Diminutivo de Mãe. Muito utilizado na Bahia e em estados do Nordeste. (Conforme comunicação pessoal feita por Alvarez, durante evento na UFBA 2014, Mainha é um vocábulo de origem galega - *Maiña*).

Portanto, das 17 unidades lexicais analisadas, percebeu-se que várias delas estão dicionarizadas por, pelo menos, um dos lexicógrafos ou como galeguismos ou como arcaísmos, a saber:

Bluteau: *despois, menhã, cabra*; **Moraes Silva:** *despois, entonces, esprito, cabra*; **Pinto:** *esprito, oxe, cabra*; **Houaiss:** *despois, apois, entonces, menhã, luita, esprito, vixe/vige, oxe, oxente, cabra*; **Aurélio:** *despois, apois, entonces, menhã, luita, esprito, dixé, oxe, oxente, cabra*; **Dicionário Etimológico do Português Arcaico:** *cabra, despois*.

A partir da análise das entrevistas, observou-se o uso das palavras *despois, apois, entonces, menhã, luita, proque, esprito, tamén, vixe, vige, dixé, vinhesse, oxe, oxente, cabra, painho e mainha*, as quais podem ser consideradas arcaísmos.

O senso comum pensa que tais usos são “erros” na fala do informante, mas o que não se pode ignorar é que essas palavras existem e que estão presentes no semiárido, fazem parte do vocabulário local, podendo ser ou não arcaísmos. A localidade na qual as ocorrências mais aconteceram foi em Rio de Contas – Chapada (mais antiga). Bases históricas comprovam a trajetória de galegos pela Chapada Diamantina, desde o século XVI, assim como no interior por

Ilhéus. Foram também observadas muitas ocorrências em Piemonte da Diamantina.

As palavras anteriormente mencionadas, por sinal, estão conhecidas pela academia que rege a língua galega. Pode-se lembrar também de “ocho”, “mucho”, “bassora”, palavras sinalizadas na linha fonética e fonológica, mas muito comum no Nordeste e, de certo modo, discriminadas (não utilizamos no *corpus* devido à insuficiência do verbete). Ao ouvi-las, normalmente o receptor pensa que o indivíduo “fala errado”, sem talvez entender que influências ali existiram em tal comunidade e localidade.

No interior do Brasil muitas expressões sinalizam a grande herança linguística deixada na fala de brasileiros, a exemplo do simples “cabra”, vindo de “cabrão”, “cabrón” (na Espanha cabrão tem o significado de safado); na Galiza, as palavras “ferruge”, “tresantonte”, “saluçó”, “num” (sendo o “não”, na Galiza “nom”); e nas formas verbais como “vinhesse”, visto como “viñese” na Galiza, e “dixe”, em vez de “disse”.

No interior do Nordeste é muito comum ouvir “oxente” (“oxe” é ainda mais comum na Bahia), conforme estudado no *corpus*. Sabe-se que o “g” em galego é “x”, como “gente – xente”, o que leva a pensar, dessa forma, em alguma possibilidade de o “oxente” ser originário de uma interjeição galega como “ó xente” (ó gente). Acredita-se que em virtude de esses lugares ficarem mais isolados/afastados, mantiveram os sotaques, palavras, expressões. Vale lembrar que outras palavras de origem ibérica, como “polo/pola” (pelo, pela), “prumode” (por amor de), “fruta” (fruta), “cramor” (clamor), não foram encontradas no *corpus* da pesquisa, porém existem e estão mais vivas do que nunca, a exemplo de palavras como “peneirinha”, “esfarelou”, “alcatra”, “pica-pau”, ouvidas pelo Brasil. Quanto às palavras “Painho” e “Mainha”, amplamente utilizadas no Nordeste, acredita-se que são de

origem galega, de acordo com as afirmações da pesquisadora galega Rosário Álvarez (em comunicação pessoal).

Todos esses exemplos tentam comprovar a influência de povos ibéricos, em especial dos galegos, na língua falada na Bahia, principalmente nas variedades rurais e, mais especificamente, no léxico. Muito ainda deve ser feito sobre essa parte da história do português do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que algumas palavras foram bem produtivas no semiárido, sobremaneira na região da Chapada, a exemplo de *despois*, *apois*, *entonces*, *tamén*. Acreditamos que essas palavras têm indícios de origem galega, já que ocorriam e ocorrem no galego, e que é notória a entrada de muitos galegos no Brasil, a maioria em determinadas regiões, desde o século XVI, notadamente em Ilhéus – BA (Cf. PRADO, 1945).

A Bahia foi e é uma porta de entrada para espanhóis, de modo especial os galegos, há muitos séculos. Entretanto, a chegada dos galegos na Bahia, em Salvador, mostra outra realidade. Uma história de portas fechadas para esses indivíduos não desejados na época, discriminação, desigualdade. Uma sociedade que chega, mas sem ter rumo e possibilidade de mudança. Tudo era muito novo para cada galego que chegava às terras baianas. De acordo com Bacelar (1991, p. 177), “[...] a imigração sempre pretendida de mão-de-obra estrangeira deve ser para o campo, jamais para Salvador”.

O encontro de palavras na fala de moradores do semiárido baiano e o entendimento dos caminhos dos galegos na Bahia trouxeram mais e mais inquietações, e a tentativa de reconhecer que esse povo esteve e está se engrandecendo enquanto povo. Esperamos que,

ao concluir essa discussão, possamos ter contribuído com os estudos galegos na Bahia e com os estudos sobre o semiárido baiano, uma região rica, mas às vezes um pouco esquecida nos trabalhos acadêmicos.

Referências

ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de. **Processos fonológicos aquisicionais e processos fonológicos no crioulo da Guiné Bissau**: algumas relações. 1997. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

AURÉLIO, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positiva, 2004.

BACELAR, Jeferson. **Galegos no paraíso racial**. Salvador: CED, 1991.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez e latino**. Coimbra: Companhia de Jesus, 1712.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; FERREIRA, Carlota. **A dialectologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FABRES-ARAÚJO, Gracielli. **Caminhos da Galícia**: o léxico no semiárido baiano. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Departamento de Letras, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**: documentos 2: projeto atlas linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2001.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

MORAES E SILVA, Antonio de. **Diccionario da lingua portugueza**. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.

OLIVEIRA, Ana Maria P. Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998.

PEDRAYO, Otero. **Colóquio sobre Otero Pedrayo**. Faculdade de Filologia. Universidade de Santiago de Compostela, out. 1996.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da lingua portuguesa brasileira**. Ouro Preto, MG: Typographia de Silva, 1832.

PRADO, João Fernando de Almeida. **A Bahia e as capitanias do Centro do Brasil (1530-1626)**: história da formação da sociedade brasileira. São Paulo: Nacional, 1945. 3 v.

ROCHA, Júlio César Barreto. **O Brasil fala a língua galega**. Corunha, Galiza: Copyright 44, 28 jul. 1997. Disponível em: <<http://www.udc.gal/dep/lx/cac/sopirrait/sr044.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: 1982.

VÁZQUEZ, Raúl Soutelo. Memoria oral e identidade étnica da inmigración española a latinoamérica no século XX: os galegos em Brasil, 1880-1970. **Estudios Migratorios**, n. 6, p. 99-124, Dec. 1998.



A PRODUÇÃO DE IMAGENS PARA/NA EDIÇÃO LEXICOGRÁFICA

Márcia Guena Santos

A utilização de imagens nas ciências ainda é um tópico que demanda bastante reflexão, até porque as análises teóricas sobre a fotografia e seu papel na sociedade contemporânea são relativamente recentes, frente às discussões acumuladas em relação aos diferentes gêneros textuais. Assim, este capítulo discute a utilização de fotografias pelo projeto Lexiss – Lexicografia Intercultural do Sertão Semiárido, elaborado pelo projeto Estudos Lexicográficos do Semiárido, que consiste em um dicionário interativo *on-line*, cujos verbetes referem-se ao acervo lexical do semiárido e associam-se a uma imagem.

Como pano de fundo percebe-se ainda em muitas pesquisas ancoradas na produção textual uma forte ligação da imagem com seu caráter documental, quando não ilustrativo, e pouca atribuição de independência a elas, no que se refere às possibilidades de produção de novos sentidos. É desse lugar que o presente capítulo é escrito, discutindo então a produção de imagens de objetos em seu lugar cultural ou de uso; a importância da autoria das imagens; e por fim, a relação entre textos e imagens.

No *website* do Projeto Lexiss (2014)¹ estão relacionadas as fontes utilizadas na pesquisa:

1 <www.lexiss.uneb.br>.

1. Acervo lexicográfico da região do Uauá, organizado por Elisângela Cardoso da Escola Senhor do Bonfim, Uauá-Ba; (ii) Amostras da Língua Falada na Região de Jeremoabo, organizado por Zenaide Carneiro e Norma Lúcia Almeida da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); (iii) Acervo lexical do livro *Vozes do Mato* do autor Esmeraldo Lopes; (iv) Acervo lexical das comunidades quilombolas do sertão semi-árido e, finalmente, (v) o acervo lexical das comunidades indígenas do sertão semiárido.

A relação acima aponta para uma variedade de autores – tanto dos verbetes quanto das imagens –, inclusive nas formas de coleta desses verbetes. Essa metodologia multifacetada requer uma reflexão cuidadosa quando nos referimos à produção de imagens, pois temos que nos reportar a cada situação específica. Por isso, neste capítulo optamos por criar categorias autorais.

Este é um texto que se arvora a discutir um projeto cujo principal argumento é a produção textual. Assim, para não cair em nenhuma incoerência, procuramos realizar a discussão no campo da fotografia, com autores que vem perseguindo as discussões sobre a imagem. Entre eles estão Rouille (2009), Dubois (2003), Flusser (2011), Boni (2007) e Achutti (2007), sendo os três primeiros acadêmicos do campo da imagem e os dois últimos, da Antropologia, com uma importante discussão sobre fotoetnografia.

AS IMAGENS EM SEUS CONTEXTOS CULTURAIS

A imagem do pavio (Figura 1) foi realizada em uma feira, na cidade de Juazeiro, mas poderia ter sido feita em qualquer outro lugar. O pavio poderia ter sido deslocado para outros contextos em que aspectos técnicos mais favoráveis dariam maior qualidade à ima-

gem: um estúdio, na própria feira, com outro fundo, para uma cena construída. Ou seja, poderíamos criar um conceito a partir da construção de um cenário que favorecesse a articulação texto e objeto? Ou será que somente os contextos culturais esgotam as possibilidades dos objetos? Tais questões remetem a um debate tradicional sobre verdade e representação das imagens, que exploraremos a seguir.



Figura 1 – Lamparina, Feira de Juazeiro, 2016

Fonte: Foto de Márcia Guena (2016).

Nas duas imagens temos o mesmo pavio (Figura 2), trabalhando em um programa de edição de imagens, o *Photoshop*, com o objetivo de produzir novos sentidos. No primeiro, que traz a imagem com um fundo azul, a leitura permitida é de uma representação direta com o objeto, sem que apareçam interferências ou dê margem

a novas leituras. Uma imagem que poderia compor um dicionário tradicional. Na segunda imagem o pavio é editado em um terreiro de umbanda. O pavio aí adquire novos sentidos, dialogando com a cena: é o que ilumina e se sobrepõe. É a luz, talvez aquela procurada pela senhora da cena. Aqui as leituras se multiplicam e apontam para um outro uso do pavio, passando a ser um elemento da cena. Ajudaria, por exemplo a compor um novo léxico: “um pavio serve como fonte de iluminação nas cerimônias das religiões de matriz africana”. Ou seja, o contexto da imagem nos remete a outro texto, como diria Flusser (2011). Se voltarmos à primeira imagem do pavio, aquele contexto nos conduzirá a novos elementos da composição textual: o seu lugar de venda.



Figura 2 – Bico de candeeiro.
Fonte: Fotos de Márcia Guena (2016).

Na pesquisa em questão adotou-se como metodologia fotografar os objetos em seus contextos, com o objetivo de manter a sua relação cultural e de uso, como já foi dito anteriormente. Entretanto, ao fazer essa opção, emergem vários questionamentos: Os objetos deixam de sê-lo quando os deslocamos para diferentes cenários? Caso a imagem seja realizada no contexto cultural, é possível esgotar todos os usos de um objeto dentro de seu contexto por meio da imagem? De que uso estamos falando? O uso explicitado pelo verbete não pode ser transposto para a imagem? Ou mesmo, o verbete é capaz de abarcar todos os usos culturais daquele objeto, numa determinada região? Pensando nessas questões, texto e imagem podem relacionar-se, de forma que cada um narre uma dimensão do objeto. A imagem não precisa repetir o texto e vice-versa. Se isso não for feito, pode-se correr o risco de esvaziar de sentido a imagem.

Para pensar essas mudanças de contextos das imagens devemos então retomar o debate acerca da ligação entre fotografia e verdade, uma condição que lhe foi dada em função do uso de um aparelho mecânico (digital): “[...] o automatismo de sua gênese técnica. [...] A foto é percebida como uma espécie de prova, ao mesmo tempo necessária e suficiente” (DUBOIS, 2003, p. 5). Essa foi a visão predominante desde o surgimento da fotografia e durante todo o século XIX. Dubois (2003) sistematiza o pensamento fotográfico em três momentos. No primeiro deles, as teorias iniciais colocaram o objeto da fotografia no lugar de ícone (representação por semelhança) e toda uma geração de fotógrafos passou a relacionar-se com a imagem como espelho do real, um documento verdade. Apesar de ter sido superada do ponto de vista teórico e acadêmico, no senso comum essa é a visão prevalente sobre a fotografia e também em algumas áreas do conhecimento, sobretudo quando ela surge apenas

com o seu caráter documental. Ao olharmos para a metodologia da pesquisa, devemos ter cuidado com essa visão, sabendo que representar os objetos em seus espaços culturais pode nos levar a uma armadilha. Isso porque essa prática não pode remeter à ideia de uma representação verdadeira e inquestionável, tampouco nos dá as diversas possibilidades de uso do objeto naquele território. Portanto, é necessário considerar de forma relativa o que significa a representação do objeto em seu espaço cultural, levando-se em conta todos os aspectos que fazem parte da produção da imagem: a autoria, a escrita fotográfica e o equipamento, discussões presentes nos textos de Rouillé (2009) e Flusser (2011), assuntos que vamos discutir melhor ao longo deste texto.

No segundo momento, “[...] as teorias posicionaram a fotografia na ordem do símbolo (representação por convenção geral)” (DUBOIS, 2003, p. 5). Assim, já no século XX a ideia da fotografia como transformação do real é discutida, com forte influência do pensamento estruturalista. “Em todos esses casos vai se tratar de discursos que se insurgem contra o discurso da mimese e da transparência e sublinham que a foto é eminentemente codificada (sob todos os tipos de ponto de vista: técnico, cultural, sociológico, estético etc.)” (DUBOIS, 2003, p. 37). Passou-se então, salienta o autor, a se falar do princípio da verdade interior da imagem. Esse princípio leva a intervenções dos fotógrafos e artistas nos cenários e nas imagens, com a composição de cenários, as poses, colagens e as mais diversificadas formas de busca dessa verdade interior (ROUILLÉ, 2009).

O terceiro momento, compactuado por muitos autores, a fotografia opera na ordem do índice (representação por contiguidade física do signo com seu referente). Ali há apenas um traço do real (DUBOIS, 2003, p. 26). Barthes (apud DUBOIS, 2003), antecedido

por alguns nomes importantes como Walter Benjamin e o próprio Pierce ainda no século XIX, é o precursor de uma reflexão sistemática no campo da Fotografia:

[...] o referente da fotografia não é o mesmo que o dos outros sistemas de representação. Chamo de 'referene fotográfico' não a coisa facultativamente a que uma imagem ou um signo remete mas a coisa necessariamente real que foi colocada diante da objetiva, na falta do que não haveria fotografia. Já a pintura pode fingir a realidade sem tê-la visto. [...] Ao contrário, na fotografia, jamais posso negar que a coisa esteve ali. Há dupla posição conjunta: realidade de passado. E como essa coerção só parece existir por si mesma, deve-se considerá-la, por redução, a própria essência, a noema da fotografia [...] O nome da noema da fotografia será, portanto, isso foi. (BARTHES 1980, p. 119 apud DUBOIS, 2003, p. 48).

No entanto, essa vertente do pensamento levou a um aprisionamento do referente, resvalando no discurso da mimese. E a linha que foi capaz de dar respostas mais sutis à fotografia foi aquela inspirada no conceito de índice, desenvolvido por Pierce, por meio da qual ele afirma que há uma conexão física com o objeto fotografado e que a imagem parece com ele.

Foto da Barriguda

Na foto da barriguda (Figura 3) a surpresa do fotógrafo, estrangeiro àquela vegetação, determina o *click*. Inclui os bois no enquadramento e privilegia um plano geral. Mas, como seria feita a foto por um nativo? O que ele privilegiaria? Como seria a sua barriguda?



Figura 3 – Árvore barriguda
Fonte: Foto de Márcia Guena (2014).

Conforme lembra Dubois (2003), o princípio do traço marca apenas um momento da fotografia. Circundando esse traço existem diversos outros gestos, gestos culturais, codificados, que dependem de decisões humanas: escolha do sujeito, dos ângulos, dos enquadramentos, do tipo do aparelho. “É apenas no instante da exposição que a foto pode ser considerada puro traço” (DUBOIS, 2003, p. 52). Mas se reduzirmos a discussão ao índice, perderemos os sentidos das imagens e as possibilidades de criar novos sentidos.

Na produção das imagens do dicionário de lexicografia cultural partimos de um referente dado pelo texto, e algumas vezes relacionando-o com outros espaços e objetos. O diálogo texto-imagem será mais rico quanto mais elementos o leitor tiver para estabelecer laços entre esse objeto com sua cultura. Assim, tendo consciência de

que a imagem produzida carrega traços desse objeto, ou seja, uma de suas dimensões, podemos trabalhar todas as outras para possibilitar a produção de sentidos. Isso significa dizer, metodologicamente, a expansão das possibilidades de produção dessa imagem, privilegiando-se os locais de uso, o deslocamento para cenas que permitam uma composição, de modo que atenda aos objetivos do projeto. Isso nos permite deslocar o pavio para uma casa de taipa, por exemplo, ou realizar a imagem em uma feira, como efetivamente foi feito na imagem original do pavio. A realização dessa imagem exige algum conhecimento contextual. O que de fato não interessa para esse projeto é realizar a foto de um pavio em um museu, na estante de um antropólogo curioso ou mesmo em um estúdio asséptico com o fundo azul. Em suma, ou se realiza a escrita fotográfica, de acordo com o conceito de Rouillé (2009), ou se produzem essas imagens em seus territórios culturais.

Porém, também poderíamos pensar em outra tese, defendida por Rouillé (2009): a escrita fotográfica na qual o conceito antecede à realização da imagem e permite a intervenção do autor para a criação de sentidos. Ele denomina isso de fotografia expressão, na qual operam três elementos: a imagem com suas formas e sua escrita; o autor, com sua subjetividade; e o outro, enquanto dialogicamente implicado no processo fotográfico.

Assim, levar o pavio para outro cenário, produzido, inventado e que tenha uma relação mais direta com o verbete é o que propõe Rouillé (2009). Isso validaria levar o pavio para um cenário com o objetivo de aproximar-se da definição de um determinado grupo. Porém essa ação teria que ser realizada pelo grupo do qual o conceito se origina, para que esse cenário ganhe um sentido que dialogue com o texto e com a cultura. Na foto da Figura 4, Alvina dos Santos, uma

quilombola da Comunidade do Alagadiço, é sobreposta à paisagem do local onde vive. A imagem ainda permite ver a entrevistadora. Ambas as ações têm o objetivo de falar do lugar, da personagem e da situação em uma única imagem, propositalmente manipulada (SANTOS, 2014).



Figura 4 – Alvina dos Santos. Entrevista realizada em 2014

Fonte: Foto de Raryana Cardoso (2014).

Para Kossoy (2002, p. 55 apud LOMBARDI, 2007, p. 117) quando um conteúdo é transferido de contexto,

[...] um novo documento é criado a partir do original visando gerar uma diferente compreensão dos fatos, os quais passam a ter uma nova trama, uma nova realidade, *uma outra verdade*. Mais uma *ficção documental*.

Contudo, o trabalho não perde o seu caráter documental, já que as fotografias mantêm uma relação indicial com os objetos fotografados. Aquelas cenas aconteceram, aquelas pessoas estavam ali naquele

momento, as imagens resultam de um material de existência concreta. (LOMBARDI, 2007, p. 117).

O conceito de fotografia expressão em oposição/diálogo com a fotografia documento é o que pode colaborar na construção de conceitos do projeto do dicionário lexicográfico.

A ‘fotografia-documento’, termo usado por Rouillé (2009), cujas regras se apoiam no valor referencial da imagem fotográfica, na sua objetividade, na sua função de representação e espelho da realidade, começa a dar lugar à “fotografia-expressão”, na qual as convenções da estética documental clássica são substituídas por imagens fluidas, enigmáticas, com visão introspectiva do autor que muitas vezes opta por enquadramentos assimétricos e composições incomuns. (MORAES, 2014, p. 58).

Ao se destacar as imagens com enfoque em sua cultura deve-se levar em conta “as relações sociais ou subjetivas do fotógrafo com as coisas ou pessoas e as subjetividades do fotógrafo e da própria escrita fotográfica” (MORAES, 2014), bem como o diálogo com o seu modelo. A fotografia expressão pode proporcionar essa forma de ler o documento.

[...] a fotografia-expressão não recusa totalmente a finalidade documental e propõe outras vias, aparentemente indiretas, de acesso às coisas, aos fatos, aos acontecimentos. Tais vias são aquelas que a fotografia-documento rejeita: a escrita, logo, a imagem; o conteúdo, logo, o autor; o dialogismo, logo, o outro. (ROUILLÉ, 2009, p. 161).

Não se pode perder de vista que a construção dessas imagens representa também um trabalho fotoetnográfico, entendendo a fotoetnografia como uma metodologia inserida no campo da antropologia visual e que privilegia a imagem como principal discurso de acesso àquela cultura, nas pesquisas etnográficas (BONI; MORESCHI, 2007). Assim, embora tenhamos um texto, a busca das imagens está relacionada com os elementos da cultura, portanto de caráter etnográfico e fotoetnográfico.

[...] incapacitada de ultrapassar o real sob a ontologia positivista, a fotografia etnográfica encontra no campo da arte um lugar para a elevação da imagem fotográfica como ilusão espetacular rumo ao mágico. Ao nos apresentar o invisível e o indizível, as luzes e o onírico, Claudia Andujar, ao menos assim, nos permite participar desse universo. A separação entre o etnográfico e a possibilidade realística da fotografia, nas imagens de Claudia Andujar, revela uma poética sobre o outro muito distante do cerco imagético realístico da antropologia, e a ideia do índio tradicional ganha outra dimensão, agora contemplando a complexidade dessas culturas próprias. (TACCA, 2011, p. 220 apud MORAES, 2014).

No campo da Fotografia, um autor que pode nos ajudar a pensar essa questão é o Flusser (2011), com a sua Filosofia da Caixa Preta. Uma das preocupações centrais dele é que as imagens tenham sentido, que os homens sejam capazes de lê-las e vê-las além do descritivo, a despeito da profusão de fotografias que existem no mundo. A inserção do pávio em seu contexto permite uma leitura para além do objeto e desse modo suscita questões tanto evocadas pelo texto lexical quanto pela cena. As imagens hoje produzidas são, no en-

tender de Flusser (2011), imagens técnicas cujas possibilidades são determinadas pelos aparelhos.

Trata-se de imagem produzida por aparelhos. Aparelhos são produtos de técnica que, por sua vez, é texto científico aplicado. Imagens técnicas são, portanto, produtos indiretos de textos – o que lhes confere posição histórica e ontológica diferente das imagens tradicionais. Historicamente, as imagens tradicionais precedem os textos, por milhares de anos, as imagens técnicas sucedem aos textos altamente evoluídos. (FLUSSER, 2011, p. 29).

Como diria Flusser (2011, p. 30), seriam, portanto, imagens técnicas “[...] as imagens imaginam textos que concebem imagens que imaginam o mundo. Essa posição das imagens técnicas é decisiva para o seu deciframento”. “O caráter aparentemente não-simbólico, objetivo, das imagens técnicas fazem com que seu observador as olhe como se fossem janelas e não imagens” (FLUSSER, 2011, p. 30). Assim, na construção das imagens dos objetos já descritos textualmente, é necessário perceber que ali se estabelece outra linguagem simbólica, que permite novas conexões com o espaço da cultura pretendido. Flusser (2011) vai ainda afirmar o seguinte sobre as imagens técnicas:

Imagem de Dona Vinô

Com efeito são elas símbolos extremamente abstratos: codificam textos em imagens, são metacódigos de textos. A imaginação, à qual devem sua origem, é a capacidade de codificar textos em imagens. Decifrá-las é reconstituir os textos que tais imagens significam. Quando as imagens técnicas são corretamente decifradas, surge o mundo conceitual como sendo o

seu universo de significado. O que vemos ao contemplar as imagens técnicas não é o “mundo”, mas determinados conceitos relativos ao mundo, a despeito da automaticidade da impressão do mundo, a despeito da automaticidade da impressão do mundo sobre a superfície da imagem. (FLUSSER, 2011, p. 31).

Esse aspecto se amplifica quando pensamos na produção do dicionário lexicultural cuja metodologia principal é a produção de textos a partir dos quais são produzidas imagens. Essas imagens partem de conceitos e geram a produção de novos textos, diferentes dos primeiros que a geraram, quando são lidas simbolicamente, numa relação infinita de textos e imagens. Portanto teremos textos diferentes a partir de contextos diferentes para os quais são deslocados os objetos, e estes, nos seus espaços, proporcionarão a escrita de textos culturalmente localizados.

OS PESQUISADORES E OS BOLSISTAS – O OLHAR DOCUMENTAL TRADICIONAL E O CAMINHO DA RUPTURA

Neste tópico pretendemos discutir o papel da autoria na produção das imagens para o dicionário lexicográfico cultural. Um dos importantes aspectos da fotografia diz respeito a quem a produz, do ponto de vista do fotógrafo e do aparelho, levando em conta a afirmação de Flusser (2011), de que em “fotografia não pode haver ingenuidade”.

Nem mesmo turistas ou crianças fotografam ingenuamente. Agem conceitualmente, porque tecnicamente. Toda intenção estética, política ou epistemológica deve, necessariamente, passar pelo crivo da concei-

tuação, antes de resultar em imagem. O aparelho foi programado para isto. Fotografias são imagens de conceitos, são conceitos transcodificados em cenas. (FLUSSER, 2011, p. 53).

Discutir a autoria das imagens produzidas para o dicionário lexicográfico cultural é pensar nela como parte importante e inseparável da imagem, indispensável para o seu desvendamento. Se nesta pesquisa os fotógrafos partem do léxico para a produção das imagens, farão leituras diferenciadas a partir de suas referências culturais, produzindo diferentes leituras imagéticas do mesmo objeto. A pesquisa tem trabalhado com diferentes autores na produção do léxico e, conseqüentemente, da imagem. Não há uma uniformidade nisso, mas podemos classificá-los em duas grandes tipologias: as imagens criadas pelos pesquisadores e as imagens criadas pelos sujeitos dos territórios culturais estudados. Na primeira modalidade, o verbete e as imagens são produzidos por bolsistas, debruçados em textos da literatura, e no contato dos pesquisadores e bolsistas com outras culturas, como os Kiriri ou os quilombolas. No segundo caso, o verbete e a imagem são produzidos por sujeitos daqueles territórios culturais em questão, estabelecendo uma relação muito especial entre texto e imagem.

Então, o que representam as imagens produzidas por pesquisadores e bolsistas dentro de uma proposta de produção de linguagens no campo da cultura? Será que temos aí comprometida a relação cultural entre texto e imagem? Antes de responder é preciso levantar alguns pontos: esse grupo leva para as duas produções um olhar estrangeiro; produz novos conceitos sobre os objetos inventariados; faz uma releitura do léxico a partir de seus referenciais culturais e; por fim, cria novos sentidos na articulação texto e imagem.

Quando o produtor do léxico é um sujeito pertencente ao espaço cultural estudado e também é o produtor da imagem, obtém-se um olhar nativo, de modo que aí se estabelece uma relação entre texto e imagem bastante consciente e um sentido profundamente dialógico. São os sujeitos escrevendo e fotografando eles mesmos. E para a pesquisa isso representa a culminância da pesquisa-ação, pois para se chegar a esse ponto é necessário um trabalho formativo que inclui oficina de lexicografia e de fotografia. Assim, são esses autores que conseguem estabelecer um sentido profundo entre texto e imagem.

Tais observações permitem pensar na adoção de um só autor das imagens e de um só autor dos textos: os sujeitos culturais. Obviamente que esse é um complicador, pois representa uma redução das possibilidades de fontes, como livros, por exemplo. Mas certamente possui um grande valor, se pensarmos que se está fazendo uma etnografia da região estudada e também uma fotoetnografia, com a descoberta de palavras entre os sujeitos.

Como alerta Rouillé (2009), a subjetividade do fotógrafo e a relação subjetiva com as coisas devem estar presentes ao se pensar a fotografia. Certamente que esses dois aspectos são potencializados quando o fotógrafo pertence àquele espaço cultural. Assim sendo, ele é capaz de tecer subjetividades localizadas no âmbito da cultura, sob o olhar de quem a vivenciou, e pode estabelecer inter-relações todo o tempo.

LINGUAGEM ESCRITA E LINGUAGEM IMAGÉTICA

Esse é o último ponto a ser discutido neste artigo. É importante salientar que partiremos da imagem para falar de sua relação com a escrita. Na proposta do dicionário lexicográfico cultural, o verbete tem sido o gatilho para a produção de imagens. Porém as imagens, ao serem criadas e incluídas no dicionário, adquirem sentido e personalidade próprios. A ideia da fotografia como ilustração para a ciência foi superada, como já discutimos acima, e mesmo em áreas nas quais essa foi uma das fortes características da imagem, como a Antropologia, ela já adquiriu *status* próprio (RIBEIRO, 2005). Um sentido que dificilmente repetirá o do texto, pela própria natureza da imagem. Poderá sim complementá-lo de forma dialógica. O leitor poderá transitar de um para o outro e descobrir sentidos distintos do mesmo objeto. Quando se descreve uma imagem para alguém, este alguém fatalmente imaginará o seu objeto, o que nunca corresponderá ao de outro leitor.

A subjetividade da imagem, muitas vezes criticada por teóricos, torna a fotografia mais flexível do que o texto, pela especificidade de sua linguagem. Novaes (1998) defende que a fotografia, por sua estrutura narrativa e caráter polissêmico, constitui um elemento essencial para que se possa analisar como os significados são construídos, incutidos e veiculados pelos meios sociais.

A recepção da imagem pelo espectador depende de uma negociação de sentido que transgride a própria imagem e que se realiza no contexto cultural – e com os textos culturais – com o qual ele convive. A imagem, assim, aponta para esses textos e pode, inclusi-

ve, ser lida com o mesmo peso de um texto. Segundo Kossoy (2001, p. 32), as fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tenta sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou. (BONI; MORESCHI, 2007, p. 19).

Na construção de um dicionário imagético se estabelece uma disputa de campos do conhecimento. Para um diálogo profícuo é fundamental o reconhecimento do poder simbólico de cada um deles e de sua independência e potencialidades frente aos leitores. Restringir unicamente a imagem ao seu papel documental pode ser um problema, pois retira todas as suas potencialidades com o risco de volta aos parâmetros do século XIX. Na área da Antropologia esse é um debate bastante amadurecido:

A imagem, hoje, não pode mais estar separada do saber científico. A Antropologia não dispensa os recursos visuais – e não são recursos apenas como um suporte de pesquisa, mas imagens que agem como um meio de comunicação e expressão do comportamento cultural. A Antropologia Visual não almeja, dentro dos novos padrões de pesquisa, apenas esclarecer o saber científico, mas humanisticamente compreender melhor o que o outro tem a dizer para outros que querem ver, ouvir e sentir. (ANDRADE, 2002, p. 110-111 apud BONI; MORESCHI, 2007, p. 139-140).

Para Boni e Moreschi (2007) a “[...] linguagem escrita e a fotográfica devem ser usadas de forma independente e complementar”. Independente porque uma não deve se subordinar à outra. E complementar porque os sentidos criados por elas são distintos e se com-

pletam ao mesmo tempo. Logo, o discurso que uma não foi capaz de construir, para a outra pode ser bastante evidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens no dicionário eletrônico LEXISS vão aos poucos conquistando independência e um lugar dialógico importante. Predominantemente são feitas em seus contextos culturais, porém é necessário associar uma reflexão do que isso representa. Uma das fotografias realizadas pelos pesquisadores trazia uma casa indígena com uma moto na frente, o que gerou uma grande discussão no grupo: eliminar ou não a moto por meio de um programa de edição. Mas o conceito de interculturalidade nos apontou para a permanência da moto na imagem: a moto nos fala de um outro índio, que vive e interage com vários aspectos da vida da sociedade contemporânea.

A autoria é diversa e complexa e deve ser discutida a partir de suas subjetividades e de sua capacidade de produção de sentidos. E o terceiro aspecto, no que concerne à articulação entre linguagem escrita e linguagem imagética, deve primar pela independência das linguagens, como já foi acentuado, sem subordinações e de forma complementar.

Referências

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Tomo Editorial, 2004. 319 p.

BONI, Paulo César; MORESCHI, Bruna Maria. Fotoetnografia: a importância da fotografia para o resgate etnográfico. **Doc Online**, n. 3, p. 137-157, dez. 2007. Disponível em: <www.doc.ubi.pt>. Acesso em: 8 nov. 2014.

DUBOIS, Philipe. **O ato fotográfico**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FLUSSER, Villem. **A filosofia da caixa preta**. São Paulo: Annablume, 2011.

LEXISS. Disponível em: <<http://www.lexiss.uneb.br/>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

LOMBARDI, Kátia Hallak. **Documentário imaginário**: novas potencialidades na fotografia documental contemporânea. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lombardi-katia-documentario-imaginario.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.

MORAES, Rafael Castanheira Pedrosa de. Rupturas na fotografia documental brasileira: Cláudia Andujar e a poética do (in)visível. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 10, n. 16, p. 53-84, jan./jun. 2014.

RIBEIRO, José da Silva. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 613-648, 2005.

ROUILLÉ, André. **A fotografia**: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

SANTOS, Márcia Guena. Perfil da quilombola do Alagadiço: entre textos e imagens. (Juazeiro-Ba). In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 16., 2014, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-1751-1.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.



LEXICOGRAFIA, CULTURAS DO SEMIÁRIDO E FORMAÇÃO DE EDUCADORES

*Cosme Batista dos Santos
(e colaboradores)¹*

A lexicografia ainda é um conceito pouco estudado na formação do professor, portanto é cada vez mais frequente a dificuldade dos estudantes – especificamente em relação à pesquisa em dicionários – e dos educadores em relação ao estudo lexicográfico dos textos e das culturas em que situam a educação escolar. Há, evidentemente, avanços em relação à análise, escolha e produção dos livros didáticos na educação brasileira, no entanto esses avanços ainda não se concretizam quando se trata de estudos dos dicionários enquanto material didático e lexicográfico a serviço da leitura e da formação cultural e linguística. Assim, este capítulo aponta para uma dupla relevância nesse sentido: em primeiro lugar, a inserção da lexicografia na prática docente e, em segundo lugar, o desenvolvimento de práticas

¹ Este trabalho contou com a colaboração dos discentes de iniciação científica Anna Charlotte Reis, Alexandre Borges Cavalcanti, professores em formação pela Plataforma Freire (PARFOR) Ana Paula Café, Dorgival Torquato, Josenita Aquino Freire Sá, Josiclêa Silva Souza e dos professores em formação pela Licenciatura Intercultural de Educação Escolar Indígena (LICEEI), as indígenas América Batista Kiriri, Edivânia Almeida Kiriri e Leonardo Panta Kiriri, além da professora Elisângela Cardoso da Escola Estadual Senhor do Bonfim, localizada no município de Uauá-BA.

formativas com ênfase na pesquisa-formação, ou seja, um jeito de formar que vise ao fazer com o professor, à realização de pesquisas com o professor em seu local de trabalho, e que o espaço da formação seja, a rigor, um laboratório de produção do conhecimento, por exemplo, a pesquisa lexicográfica e a edição de verbetes da cultura para uso na escola.

É central para este capítulo, portanto, explorar os resultados da oficina – que chamamos de lexicografia cultural destinada à professores em formação –, tendo por metas a introdução da lexicografia como uma ferramenta de estudo da cultura e a produção de verbetes culturalmente relevantes nas comunidades rurais e urbanas do sertão semiárido baiano, incluindo a cultura catingueira. A oficina foi realizada durante a execução do projeto Estudos Lexicográficos do Semiárido e teve apoio direto do Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador (LIFE/Capes/UNEB).

A nossa perspectiva central no projeto da oficina é a de que a formação do professor é um espaço de intervenção, de produção de saberes novos. E o pesquisador, qualificado em sua área de conhecimento, mais do que um transmissor de informações e conceitos, é também orientador, provocador, que pode ensinar procedimentos de pesquisa úteis no exercício da profissão docente. Há um processo de exclusão dos sujeitos educacionais que atuam nesses contextos marginalizados e, por isso, estamos sinalizando que há uma emergência de instrumentalização letrada de educadores para o fazer científico, minimamente, e para que se possa estudar, questionar e descobrir novos conhecimentos relacionados para sua disciplina e ocupar novos espaços como profissional.

As oficinas de lexicografia foram, sem dúvida, esse instrumento de aproximação da pesquisa com a escola. Durante a sua realiza-

ção, constatamos as dificuldades dos educadores de trazer a dimensão pragmática das palavras para a edição de verbetes lexicográficos, por isso a proposta de trabalho apontou para essa necessidade de conhecer os fundamentos básicos da lexicografia e as bases da lexicografia cultural. Por meio de fichas, os participantes fizeram os registros de palavras em uso no semiárido, utilizando como base os textos de língua falada, textos literários e documentários. Ao final de cada oficina os professores em formação editaram os seguintes dicionários: *Dicionário Regional do Uauá*, organizado por Elisângela Cardoso, em parceria com estudantes de Ensino Médio; *ABC do Vaqueiro*, organizado por um grupo de educadores da Plataforma Freire e; *ABC do Artesanato Kiriri*, elaborado por um grupo de Educadores da Licenciatura Inter-cultural de Educação Escolar Indígena.

O presente capítulo, conforme já mencionado, tem o intuito de explorar essa experiência de formação e, para tanto, está organizado da seguinte forma: A primeira parte aborda os referenciais teóricos da lexicografia, com um esforço de situar também o nosso entendimento sobre a lexicografia cultural. Nessa parte, o apoio na pragmática lexicultural (GALISSON, 2000) está posto para os exercícios de desterritorialização da palavra e, embora não se trate de uma pesquisa lexicultural, tem sido graças a esse suporte que a lexicografia se tornou uma orientação mais contextual e dinâmica para uma entrada nas culturas. Na segunda parte, há um desenvolvimento do conceito da pesquisa-formação, tal como o desenvolveu Nazarete Mariano em sua dissertação sobre as professoras inventoras (MARIANO, 2014). Finalmente, na terceira parte, são apresentados os produtos gerados ao longo da execução da oficina com as reflexões a propósito de uma lexicografia cultural de interesses não hegemônicos.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: da abordagem sócio-histórica à abordagem cultural da lexicografia

Os estudos sobre o léxico, numa vertente sócio-histórica, valorizam a relação entre as diferentes lexias, os povos e as comunidades que eles se manifestam. A rigor, não é apenas o conhecimento da estrutura linguística da palavra que interessa, mas fundamentalmente o que as pessoas manifestam e como se manifestam por meio dela. Qual é a identidade cultural que o léxico revela e qual é a identidade lexical que nos faz conhecer certo grupo ou região de usuários da língua? Em outros termos, o léxico de uma língua não pode ser reduzido a uma lista de palavras. As palavras revelam a identidade cognitiva, sociolinguística e cultural dos utilizadores ou grupo social que as usam e das condições sociais e históricas em que são usadas (ISQUERDO, 1998; MARCUSCHI, 2004; QUEIROZ, 2013).

A abordagem sócio-histórica

A trajetória lexical é reveladora do percurso histórico seguido pelos agrupamentos comunitários, marca as relações de identidade ao mesmo tempo em que nomeia o meio circundante. A construção de palavras, mais que uma escolha simples, insinua a relação com o contexto social e a recepção de mudanças, quase sempre chegadas por intermédio das transformações tecnológicas. Além disso, o léxico pode indicar ritos, celebrações, relações laborais ou, por outro lado, silêncios, interdições, tabus. Na prática de edição lexicográfica, em especial, nas suas tentativas de definir a língua nacional, regional ou baiana, há da mesma forma, sérios riscos de invisibilidade cultural e na produção de estereótipos, quando se tenta desvincular

o *corpus* linguístico das práticas culturais específicas ou das motivações sócio-históricas e culturais das significações lexicográficas.

A investigação aqui pretendida, portanto, visa dar igual valor a esses elementos, sendo que o risco de deixar os usos em segundo plano é sempre uma possibilidade real. Efetivamente, o abandono dos desenhos relacionados à lexicografia regional não são por mero esquecimento de sua existência conceitual, mas por uma opção de iniciar a formulação de caminhos para a pesquisa da relação entre o léxico e a cultura considerando que o léxico é um modo privilegiado de acesso à cultura e a lexicografia que se funda nessa orientação não poderá ser outra, senão a área de estudos que incorpora interdisciplinarmente estudos culturais, históricos, sociolinguísticos, etnográficos, discursivos, enfim, pragmáticos. A lexicografia não se reduz a um problema semântico, embora o acolha, uma vez que o sentido que interessa à lexicografia é definido nos usos socioculturais das palavras, ou seja, não deriva apenas da interpretação das palavras pelos linguistas ou pelos lexicógrafos ou das definições estabilizadas em dicionários hegemônicos. O sentido é interculturalmente situado em seus usos e, por isso, o que interessa para esta pesquisa, que é também uma produção lexicográfica, é o sentido manifestado em *corpus*, tal como pressupõem muitos estudos linguísticos na lexicologia e na lexicografia, porém, mais amplamente, a proposta desse trabalho é difundir o sentido da palavra que está nas comunidades, nas periferias, nas aldeias e que, fundamentalmente, está apropriado nas práticas culturais que definem uma comunidade linguística e um território de identidade. Em termos mais claro, nas nossas propostas de trabalho o usuário é parte e, por isso, não corremos o risco de resgatar o sentido das palavras, fazendo desaparecer o seu usuário ou grupos de usuários.

Alguns estudos, seguindo a orientação sócio-histórica, tem se dedicado mais amplamente a pesquisas sobre a lexicografia regional, por exemplo, mapeando, através de *corpus* o léxico dos lugares e estudando a influência cultural e geográfica na configuração da identidade lexical de regiões e estados brasileiros (ISQUERDO, 1998; CARDOSO, 2012).

Aparecida Negri Isquerdo (1998) realizou uma pesquisa vasta sobre o “vocabulário regional na Amazônia acreana”. Trata-se de um estudo sobre o vocabulário do seringueiro do estado do Acre que objetivou inventariar, descrever e analisar aspectos do léxico utilizado pelo grupo com vistas a verificar em que medida esse nível da língua pode retratar a realidade física, social e cultural da região acreana e do grupo de seringueiros em particular. Em seu estudo, Isquerdo (1998) concluiu que.

[...] o predomínio de lexias não dicionarizadas e de emprego específico do grupo recai no campo referente à atividade da seringa [...]. Por integrarem o vocabulário básico do grupo com significação já cristalizada no âmbito dos seringais, essas lexias são próprias e específicas de um subsistema regional. Dessa forma, essa parcela significativa de unidades lexicais enriquece sobremaneira o universo lexical da língua portuguesa do Brasil com regionalismos característicos de uma região notadamente marcada pelas suas peculiaridades físico-culturais, econômicas e linguísticas” (ISQUERDO, 1998, p. 103).

Outra conclusão importante relativa à lexicografia regional da “Amazônia acreana” é que ela acrescenta a esta pesquisa os modos de investigação sobre a identidade lexical regional, por exemplo, quando aponta que o isolamento em termos geográficos e sociais e,

inclusive, as dificuldades de acesso aos meios de comunicação de massa, motivam a estabilidade lexical na língua falada que, por sua vez, é passada de geração para geração sem significativas alterações.

No nosso estudo, embora a vertente do regionalismo pareça ser forte, uma vez que a pesquisa abrange um território específico, o semiárido baiano, nós optamos por um aprofundamento da investigação indo na direção das culturas e das comunidades que ocupam o referido território. A abrangência regional, portanto, não é o foco desse projeto, embora seja no interior de uma região específica que o estudo da relação entre palavras e culturas está sendo desenvolvido. Nesse sentido, afirmamos que as questões de identidade cultural estão pautadas em vários campos de pesquisa em nosso contexto e que o semiárido é um território de convivência entre culturas: indígena, quilombola, catingueiros, vaqueiros e outras.

As nossas pesquisas consideram que os usos lexicais nas referidas comunidades sejam levantados, através de diferentes *corpora* e que a investigação tenha uma forte atenção aos significados dados às palavras em cada cultura e as relações semântico-pragmáticas possíveis de se estabelecer entre as definições dadas, o que sugere para nós o revelamento da realidade intercultural mediada pela língua e pelo léxico. Em alguns casos, fica muito evidente uma percepção da cultura através do léxico, ou seja, é possível dizer que palavras como “gibão”, “perneira” e “roló” são palavras pertencentes ao universo léxico-semântico-pragmático da cultura do vaqueiro, assim como “paiosca”, “toré”, “flecha” e “paú” são palavras pertencentes ao universo léxico-semântico-pragmático da cultura indígena no sertão semiárido. No entanto, há, em muitos casos, em que uma mesma palavra representa diferentes práticas culturais e há casos em que uma mesma palavra representa experiências culturais distintas e há ca-

sos em que diferentes palavras representam uma mesma experiência cultural para diferentes povos em diferentes sítios.

A palavra “terreiro” pode significar a “área ao redor da casa”. No entanto, na prática cotidiana, essa acepção incorpora informações pragmáticas distintas, já que no cotidiano do povo quilombola, o terreiro, “o terreiro de candomblé”, é o lugar de manifestação de culto de religião afro-brasileira, isto é, uma informação que a representação de “terreiro” na cultura indígena não comporta. Há ainda situações em que um mesmo objeto cultural recebe nomeações e funções distintas, por exemplo, “aió” e “bocapiu”, respectivamente na cultura indígena e na cultura do vaqueiro. O povo Kiriri utiliza o objeto que define o “aió” como “uma sacola pequena, feita de fibra de caroá ou imbé que serve como bolsa. É utilizado na comunidade no dia a dia como utensílio de caça” (REIS, 2014). Os Kiriri pendura o “aió” no pescoço ou no ombro, coloca estilingue e balas de estilingue e segue pelo mato à procura de alguma caça pequena. Na cultura do vaqueiro, esse mesmo objeto “aió”, possui sinônimo de “bocapiu” e se define como “uma sacola que serve para dar milho aos cavalos” (CAFÉ, 2014).

Esta complexidade, portanto, tem se tornando um constante desafio para nós pesquisadores em encontrar conceitos que nos permitam adentrar com mais propriedade nessas análises e organizar procedimentos de entrada nesse universo léxico-semântico-pragmático. Dai que os nossos interesses pela pragmática tem se ampliado, tendo a busca de uma abordagem em que as relações entre léxico e cultura não se definem apenas pelo demarque territorial, mas, sobretudo, por uma prática social e cultural que dão identidade às culturas e às colocam em diálogo, da mesma forma que as distanciam em alguns aspectos (cf. SANTOS, neste volume).

A lexicografia cultural

A lexicografia cultural (LC) é o estudo lexicográfico de uma determinada cultura ou de várias culturas de um certo território. O que é um estudo lexicográfico da cultura? Na tradição lexicográfica, os especialistas visam estudar e dicionarizar as lexias da língua de uma nação, de uma região ou de um estado. A perspectiva da LC não exclui essa orientação, na medida em que o nosso ponto de apoio é sempre a língua (particularmente, as palavras), no entanto, para a recolha e o conhecimento das palavras é relevante a significação culturalmente situada das palavras. Em função disso, o léxico que está na cultura é mais uma passagem com retorno claro para um estudo das práticas culturais específicas de certas realidades culturais. A edição lexicográfica por sua vez é enriquecida, interdisciplinarmente, pelas contribuições da etnografia, do discurso e da etnologia. A pesquisa em lexicografia cultural é, a rigor, uma modo de revelar os sentidos culturais suportados nas palavras e, ao mesmo tempo, um modo de revelar e de acessar diferentes práticas sociais, modos de vida, comportamentos e atitudes de um povo em certos espaços e tempos. O objetivo final da lexicografia cultural não é dicionarizar o léxico da língua de uma cultura, porque essa relação é sempre dinâmica, mas fundamentalmente, dicionarizar as práticas culturais por intermédio dos significados suportados em certas palavras que estão em uso nas comunidades ou nas realidades culturais.

Há várias justificativas para se fazer uma lexicografia cultural do sertão semiárido, no entanto, neste trabalho, a primeira parte do estudo exploratório tinha como objetivo conhecer como certas palavras em uso no cotidiano das comunidades tradicionais do se-

miárido estavam sendo lexicografadas nos dicionários mais tradicionais e, em alguns casos, disponíveis nas escolas. Podemos começar com uma análise da definição da palavra “caboclo”, especificamente, como uma ilustração da transformação do significado da referida palavra em diferentes espaços e estágios das culturas indígenas e quilombolas no sertão semiárido brasileiro.

Caboclo

s.m. 1. Mestiço de índio com branco. 2. Sertanejo, caipira. Adj.3. Relativo a ou ao próprio de caboclo; 4. Indígena; nacional, nativo. (LUFT, 2000, p.131.).

Caboclo

Ca.**bo.clo**/substantivo. Diz-se do espírito que se manifesta durante práticas religiosas, como a do Samba de Véio. Acredita-se que é o espírito de um índio que vem durante a manifestação não com intuito de assustar ou fazer mal a ninguém, mas com o intuito de ajudar, dar conselhos de sabedoria, curar enfermidades e celebrar a vida.

Uso: Desceu o caboclo nele. (ABC QUILOMBOLA, 2014).

A palavra “caboclo”, tal como é definida no Minidicionário Luft, está em desuso nas comunidades indígenas do sertão baiano em função da carga cultural racista que ela agrega e que foi durante as retomadas dos territórios muito empregada pelo povo branco, como estratégia de enfraquecer a identidade indígena. Durante uma visita, em meados de 2014, ao território Kiriri, no semiárido baiano, o índio Bernardino, vice-cacique da Aldeia Kiriri Mirandela, confessou-nos, em uma entrevista, que já processou e rompeu com um amigo branco, por tê-lo chamado de “caboclo”. A luta pela retomada do território, segundo os índios, é permanente, logo a luta contra a

discriminação, da mesma forma, não pode cessar e uma parte dessa luta é a defesa de seus nomes.

A palavra “caboclo”, tal como é definida no ABC Quilombola, por outro lado, ainda está em uso em comunidades quilombolas e, além da sua definição universal “mestiço de negro com índios” a ela é somado um significado cultural partilhado entre o povo negro dessas comunidades, por exemplo, “o espírito que se manifesta nas práticas religiosas do candomblé”. Além disso, vale notar, que o processo de certificação das comunidades remanescentes de quilombos, no sertão semiárido baiano, cada vez novas gerações passam a compartilhar esses sentidos que haviam se estabilizado entre os mais velhos, especialmente, os mais próximos das religiões de matriz africanas como o candomblé.

O dinamismo das atividades léxico-culturais, ou seja, de inscrição de valores culturais às palavras é um desafio também para o ensino, uma vez que o currículo escolar do ensino do léxico, na vertente língua-cultura, demanda, além do conhecimento cartográfico das palavras de um território, o trabalho formativo com os estudantes no sentido de perceber aos significados construídos nas culturas, nos diferentes espaços, tempos e comunidades étnicas do semiárido, tendo em vista a efetivação de uma comunicação intercultural bem sucedida entre os povos e entre gerações.

Do nosso ponto de vista, portanto, a complexidade do léxico em uso, na sua relação intrínseca com as práticas culturais, requer outro modo de acessar e dicionarizar as palavras de um língua e de uma cultura. A atenção à abordagem sociocultural do léxico e a produção de uma lexicografia da cultura na formação docente são, portanto, o nosso ponto de partida para ampliar as possibilidades de ações da linguística e da linguística aplicada, tendo em vista esse

objetivo de fazer uma lexicografia cultural do sertão semiárido com os temas da convivência, da cultura catingueira e das tradições indígenas e, em especial, com a colaboração de estudantes, educadores e membros das comunidades.

METODOLOGIA: a pesquisa-formação em lexicografia cultural

A lexicologia é uma disciplina teórica que nos fornece modelos de investigação sobre a estrutura, a diversidade e sobre os significados do léxico em variados contextos de uso (ISQUERDO, 1998). Em outras palavras, a lexicologia realiza pesquisas sobre o léxico, a partir de abordagem quantitativa, com ênfase nas quantificações de ocorrências e formalização lógico-semânticas do léxico de uma determinada língua, e a partir de uma abordagem qualitativa, sempre enfatizando as relações entre as palavras e as culturas, por meio de cartografias de palavras que podem ser associadas, por interpretação das suas ocorrências em *corpora*, a um determinado contexto geográfico: “o léxico do semiárido”, “o léxico rural”, “o léxico acreano” etc. Na abordagem qualitativa, é fundamental a associação entre o estudo linguístico do léxico e o estudo do contexto sociocultural do qual as palavras fazem parte. Por exemplo, o estudo da unidade lexical “umbuzada” sendo realizado fora do contexto cultural, histórico, geográfico ou ambiental pode nos fornecer informações já previstas nos estudos léxico-semânticos, já que quando é conhecida a composição da palavra como uma derivação da palavra “umbu”, logo é possível situá-la no *campo semântico* do alimento ou, para ser mais preciso, de um alimento derivado do fruto umbu.

O mesmo raciocínio lógico-semântico descrito anteriormente pode ser repetido para o exame de outras palavras compostas, por

exemplo “laranjada”, “feijoadá” etc. No entanto, quando a sua realidade extralinguística e cultural é potencializada, a unidade lexical “umbuzada” precisa necessariamente traduzir em seus significados o contexto geográfico: Em que? Para quem? Como?

As palavras fazem sentido. Por isso, a definição de palavras e das palavras em verbetes lexicográficos que tem interessado a esta pesquisa deve, fundamentalmente, incluir uma orientação qualitativa, e também pragmática, como parte da investigação lexical e lexicográfica. Nesse caso, o nosso foco é, além do sentido imediatamente pressuposto nas palavras, a realização de pesquisas nas e para as culturas. Esse processo requer, porém, o estudo dos significados em ação, a significação, quando o que está em evidência não é a palavra em si, mas as interações sociais e interculturais mediadas pelo léxico.

A pesquisa sobre o léxico

A pesquisa sobre o léxico numa abordagem qualitativa e pragmática, sem dúvida, é complexa. Os dados não estão postos ou estabilizados em documentos escritos e, por isso, é preciso gerá-los, a partir de fontes variadas. Nessa busca, podemos incluir os textos escritos, mas também textos de língua falada e, fundamentalmente, as práticas sociais e culturais dos povos. Os dados que interessam ao pesquisador da relação entre o léxico e a cultura não é apenas o léxico, enquanto unidade da língua, nem o *campo* e o *subcampo*, enquanto conjunto de palavras ou rede de sentido de uma área. Estudos publicados neste volume partem da linguística histórica e investigam o léxico e a cultura de determinadas épocas, cujo foco privilegiado é o *campo semântico* dos léxicos textualizados nos documentos históricos (QUEIROZ, 2013).

Para as demandas deste capítulo, o *campo semântico* é um conceito útil, por exemplo, para o agrupamento das palavras que compõem a rede de signos e significados da cultura do vaqueiro, porém os sentidos que compõem o universo lexical do vaqueiro são redimensionados a partir da significação, ou seja, dos significados que emergem da ação e interlocuções no curso da vida, nas culturas. Assim, a partir de pressupostos da pragmática, entendemos que o dinamismo dos usos lexicais assume igual importância na lexicografia e na definição da metodologia qualitativa para a pesquisa sobre o léxico e as culturas. Isso que mostramos, por exemplo, na complexidade das definições da palavra “bocapiu”, mas também de “aió” – cuja investigação necessariamente requer o apoio em uma abordagem qualitativa, ou seja, na interpretação e dimensão pragmática ou discursiva dos dados –, denota que sem esse viés etnográfico o trabalho investigativo acerca da relação palavras e culturas perde os sujeitos. Nesse caso, o nosso objeto de pesquisa não se define como uma pesquisa sobre o léxico ou sobre uma lista de palavras de *campos e subcampos lexicais*, mas sobretudo como uma pesquisa com o léxico que inscreve uma realidade cultural implícita, além da sua definição semântica e universal, portanto, uma pesquisa com o léxico nas e das culturas.

A pesquisa com o léxico das culturas

O objeto de estudo desta proposta de investigação com as palavras das culturas, com base na lexicografia social e cultural e, de alguma forma, a pragmática, visa acessar, revelar e interpretar as palavras que têm relevância para o cotidiano no presente, no passado e no futuro dos povos. Particularmente, as palavras que buscamos acessar são as que estão em uso nas diferentes práticas culturais e nas

atividades de ensino-aprendizagem, incluindo a formação de educadores em contextos de educação intercultural. Em outros termos, o que pretendemos realizar são pesquisas com as palavras ditas culturais, com atenção ao significado acrescido às palavras pelo uso que se faz delas em experiências culturais específicas.

A entrada da lexicologia e da lexicografia cultural em programas de ensino-aprendizagem no semiárido brasileiro, sem dúvida, é uma alternativa de acesso, por estudantes estrangeiros e estudantes brasileiros de outros territórios, às informações pressupostas nas palavras, ou seja, nisso que a lexicografia universal e a cultura dicionária tradicional não estão heurísticamente interessadas. É o que nos afirma Pruvost (2005, p. 43, tradução nossa):

[...] as definições dos dicionários de língua são precisas, mas elas ficam desencarnadas relativamente às conotações que todo falante nativo tem conhecimento desde os primeiros contatos com a língua. Com efeito, há outra definição qualificada como lexicultural, preñhe e pragmática, instalada no espírito de cada nativo. Essa definição, própria de cada país e de sua experiência, emerge como complemento às definições fornecidas nos dicionários, cuja tradição determina que estes últimos se limitem à denotação, suposta objetiva.²

O “chapéu de couro” do vaqueiro pertence ao conjunto de palavras e à rede de significados do *campo semântico* das vestimentas e do *subcampo semântico* dos chapéus, porém, em sua dimensão pragmática interessa-nos o fato de ser um tipo de chapéu central na definição da cultura do vaqueiro e, como tal, contém pressupostos culturais

2 “[...] *las définitions lexicographiques sont assurément précises, notamment la seconde, mais elles restent pourtant désincarnées par rapport aux connotations que tout native a avec les mots. En effet, existe une autre définition, une définition que l’on appellera lexiculturelle, prégnante et pragmatique, installée dans l’esprit de chaque native. Cette définition, propre à l’histoire vécue du pays et à son expérience, vient en complément à celle donnée dans les dictionnaires, dont la tradition fait qu’ils se limitent à la dénotation, supposée objective.*”

implícitos da arte do couro compartilhados e amplamente conhecidos nas comunidades catingueiras do sertão semiárido nordestino. Sem contar, obviamente, com as imensas variações do significante e das motivações icônicas que essas variações podem ter, em função dos usos que se fazem nas comunidades específicas. Nos locais onde as atividades do vaqueiro estão extintas as vestimentas são utilizadas em outras práticas, por exemplo, nas missas e em datas festivas.

Assim, passada a etapa de problematização do conceito de *campo* e *subcampos semânticos*, tornou-se muito interessante trazer para o projeto o conceito de comunidade linguística. Mas é importante não perder de vista que, assim como o conceito de cultura é pouco explorado pela maioria dos linguistas que pesquisam a relação língua e cultura, o problema central que se traz à noção de comunidade linguística é que, em geral, os linguistas sempre exaltam a língua e apenas tangenciam a comunidade ou o aspecto social a ela inerente. Para Calvet (2002, p. 120-121),

A única maneira de ir até o fim da concepção da língua como fato social não é perguntar quais os efeitos da sociedade sobre a língua, pois isso seria, uma vez mais, fazer o problema sociolinguístico derivar do problema linguístico, como um problema diferente, sucessivo ou ulterior. Trata-se, bem ao contrário, de dizer que o objeto de estudo da linguística não é apenas a língua ou as línguas, mas a comunidade social em seu aspecto linguístico.

No nosso entendimento, a noção de comunidade linguística, tal como é expandida por Calvet (2002), pode ser equivalente para efeitos metodológicos em estudos do léxico em uso, do mesmo modo como é pressuposto na pragmática. Essa equivalência se deve

ao fato de o objeto da pesquisa, além das palavras, ser aquilo que elas fazem lembrar ou fazem ressurgir do universo extralinguístico, isto é, as informações implícitas, subentendidas nas e pelas palavras ditas culturais. De acordo com o que pontua Certeau (1987), o que nos interessa, enquanto pesquisadores, não é o sentido literal que as palavras denotam em dicionários, mas especialmente os sentidos que estão além delas, os valores que lhe são acrescentados, a partir do concreto, enfim, o uso que se faz dos léxicos nas práticas culturais correntes.

É, portanto, esse deslocamento de estudo sobre o léxico – inicialmente orientado por uma abordagem sócio-histórica – e a certeza de que os estudos lexicográficos do semiárido nada acrescentariam ao que já vinha sendo feito na sociolinguística e na dialetologia, que nos convocam a ampliar as pesquisas sobre o léxico e a lexicografia, ao que chamamos de lexicografia intercultural do semiárido. Os procedimentos da pesquisa sobre as definições situadas na cultura têm em vista as informações pragmáticas comportadas ou fixadas nas palavras pesquisadas nos projetos e subprojetos da pesquisa e edição de verbetes culturalmente relevantes, o que ocorre, por exemplo, por intermédio das oficinas de lexicografia cultural desenvolvidas com professores na Universidade do Estado da Bahia.

Pesquisa-formação

As pesquisas que estamos realizando no contexto do semiárido baiano, brasileiro, adotam o pressuposto da lexicografia cultural, como um modo de acesso e de revelação dos significados culturais e, além das observações de diferentes documentos de língua falada e escrita, utilizam os registros lexicográficos como ponto de partida da pesquisa nas comunidades. Assim, quando escolhemos uma

comunidade, por exemplo, a cultura do vaqueiro, a entrada dos pesquisadores na cultura é acompanhada de um roteiro, tal como é descrito no Quadro 1.

Comunidade	Corpus	Palavras	Informações semânticas	Informações pragmáticas e culturais
Contextos de cultura em que serão explorados, sob o ponto de vista lexicocultural: territórios indígenas, quilombolas, vaqueiro, catingueiros, pescadores etc.	Materiais linguísticos de onde serão extraídas as palavras: narrativas e entrevistas orais, obras literárias, cartas pessoais, documentários etc.	Itens lexicais em uso nos materiais linguísticos. Aqui se procede à recolha de palavras nomeadamente da cultura, ou seja, palavras culturalmente relevantes na comunicação intercultural.	O sentido referencial, denotativo, universalizado e encontrado em dicionários da língua, em geral, nos dicionários escolares ou aprovados pelo Ministério da Educação do País.	Os significados locais e, às vezes, implícitos, acrescidos ao sentido referencial e partilhados em usos nos variados contextos culturais.

Quadro 1 – Registros lexicográficos

Fonte: Elaborado pelo autor.

As pesquisas realizadas por meio dessa ficha permitem mostrar várias dimensões das palavras para o pesquisador e, além disso, fazem com que estudantes e professores envolvidos no trabalho de campo aprendam a entrar na cultura com as palavras e, ao mesmo tempo, a voltar para as palavras após a imersão na realidade em visitas de campo, entrevistas etc. A edição de pequenos glossários envolvendo os povos dos sítios pesquisados constitui a última etapa do trabalho e está relacionada à técnica da “pesquisa-formação” ou “pesquisa-ação-formação” (MARIANO, 2014).

O objetivo da pesquisa-formação é, portanto, fazer com que os povos, em especial os educadores, que vivem ou atuam nos territórios culturais, além de nos fornecer informações do contexto, possam conhecer os procedimentos e desdobramentos de uma pesquisa sobre e com o léxico em sua comunidade. Assim, um educador ou um estudante residente nessas comunidades tornam-se também atores da pesquisa e não apenas fornecedores de palavras e dos seus sentidos, enquanto objetos de investigação. Esse desenho de pesquisa está sendo motivado também pela necessidade que tem a linguística aplicada de cunho antropológico de aprimorar os desdobramentos éticos nas pesquisas com a língua em uso, tal como estamos experimentando em lexicografia intercultural e em *lexiculturalidade*.

RESULTADOS: da produção de dicionários na formação docente

O projeto em geral possui duas linhas de resultados, a saber: o resultado retrospectivo, que está relacionado à produção lexicográfica de professores e estudantes, durante a execução do projeto Estudos Lexicográficos do Semiárido, no período de 2012 a 2015, e o resultado prospectivo, que será a análise lexical e dos discursos nas palavras culturalmente relevantes para a educação intercultural e para a convivência com o semiárido baiano.

Os professores, sujeitos das culturas e participantes dos projetos de lexicografia no âmbito da licenciatura intercultural, foram encorajados, durante várias oficinas, para a realização de pesquisas com o léxico relevante e em uso nas aldeias, nos povoados e nas pequenas cidades do semiárido de que fazem parte. Como resultados dessa atividade, foram elaborados, sob a forma de produtos experimentais de lexicografia intercultural, os seguintes “dicionários”: *Dicionário Regional de Uauá - Bahia*, *ABC do Vaqueiro* e *ABC do Kiriri: artesanato*.

Dicionário Regional de Uauá - Bahia

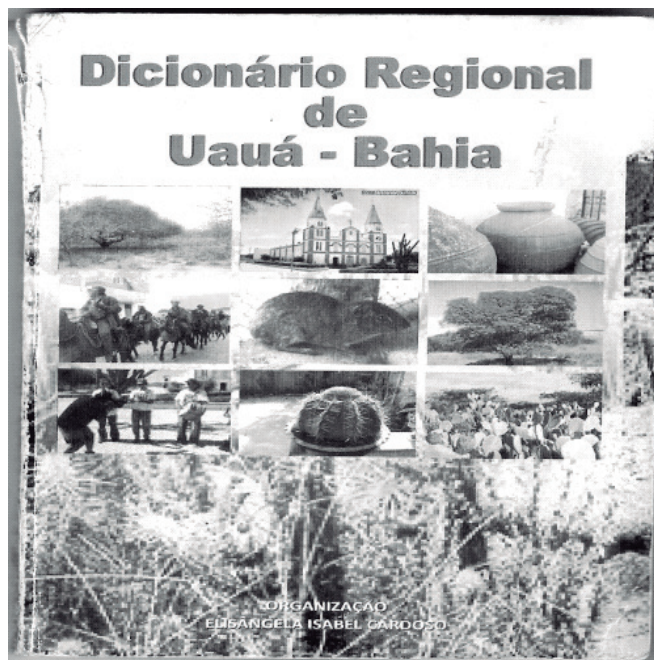


Figura 1 – Capa do Dicionário Regional de Uauá - Bahia
Fonte: CARDOSO (2012).

Elizângela Cardoso realizou com um grupo de estudantes do Ensino Médio um exaustivo levantamento de palavras em uso na região de Canudos, mais especificamente no município de Uauá, no sertão baiano. Em seu estudo, o grupo coletou aproximadamente 500 palavras nas zonas rural e urbana da referida localidade. As palavras que julgávamos ser de uso regional foram transformadas em verbetes nas oficinas de edição lexicográfica, a exemplo do lexema “bacuri”.

Bacuri

ba.cu.ri/substantivo. 1. Porco pequeno, filhote do porco. 2. Criança, menino. **Usos:** 1. Os bacuris de Afonso são castrados. 2. Ainda é um bacuri, mas já fala que nem homem feito.

O trabalho do grupo tinha como pressuposto a visão socio-cultural do léxico, por isso a estruturação dos verbetes contém as seguintes informações do léxico: entrada, categoria gramatical, fonte, área, definição e, por fim, o contexto (DIONISIO, 2007).

Nesse processo, Elisângela Cardoso envolveu estudantes e professores de língua portuguesa da cidade, os quais foram, entre outras atividades, entrevistar moradores antigos das áreas das comunidades, transcrever os itens lexicais mais estáveis nas narrativas populares e, finalmente, editar verbetes que, em conjunto, foram transformados no *Dicionário Regional do Uauá*. Um conflito marcante na edição dos verbetes foi o estudo da lexia “umbuzeiro”. Uma parte deste estudo mostra que o léxico “umbu” é dicionarizado, porém a lexia “umbuzada” não faz parte dos dicionários escolares, por exemplo.

A ausência de certas palavras marcadamente das culturas do semiárido, como é o caso do substantivo “umbuzada”, foi o resultado empírico motivador para elaboração da proposta de pesquisa sobre o léxico do semiárido, iniciada em 2012, cujo objetivo central era tornar visível, em outros dicionários, as palavras do sertão semiárido. Por um lado, a dificuldade da cultura letrada e dos dicionários universais em nomear e definir as palavras esbarra nas dificuldades que essa cultura tem de adentrar os campos, de conviver com outras culturas não urbanas e, portanto, de perceber as paisagens rurais da caatinga brasileira e nordestina de outro modo, senão pela grande mídia.

ABC do Vaqueiro

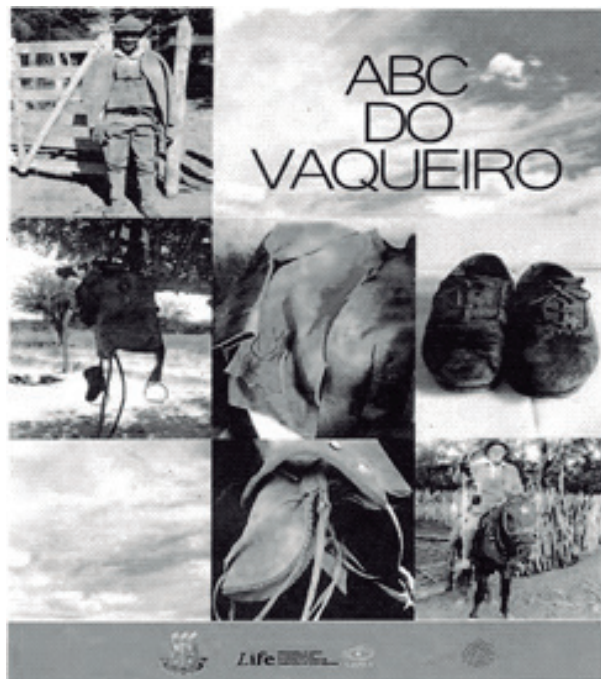


Figura 2 – Capa do Glossário “ABC do Vaqueiro”

Fonte: CAFÉ et al. (2014).

O glossário intitulado *ABC do Vaqueiro* foi a segunda experiência de pesquisa em lexicografia e léxico da cultura, com ênfase na formação de educadores da Plataforma Freire: Ana Paula Café, Dorgival Torquato, Josenita Aquino Freire Sá e Josiclêa Souza. Nesse projeto a pesquisa envolveu professores de escolas rurais e da educação básica nas atividades de campo, ou seja, a imersão no seu passado, para resgatar palavras e experiências relevantes na tradição, por exemplo, a formação do verbete “ajuntamento”. O levantamen-

to foi feito a partir de visitas a vaqueiros antigos e da realização de entrevistas para a formação de *corpus*, levantamento de documentos escritos, audiovisuais e pesquisa em museus.

O dicionário foi editado, inicialmente, a partir do fichamento de palavras e dos significados mais antigos e mais atuais nas práticas dos Vaqueiros – por exemplo, o **Vestuário**: *gibão, chapéu-de-couro, roló, perneira* e os **Instrumentos**: *alforje, bocapiu, berrante, bride, sela, cambão* etc. As definições foram editadas sempre considerando, por extensão, a dimensão pragmática do verbete, tendo em vista que algumas palavras, *a priori*, não pertencem ao acervo lexical da cultura do vaqueiro, porém são apropriados como tal, a partir de práticas culturais reais de cada contexto geográfico. Ou seja, os vaqueiros de certo território dão sentidos diferentes para alguns instrumentos, e assim as definições do tipo função tendem a ser diferentes. Isso fica mais evidente na definição de **Berrante** que, na atividade de campo, tem a função de guiar ou localizar a boiada, mas nas reuniões ou nas festas de vaqueiro tem função meramente alegórica.

O conhecimento da dimensão pragmática e cultural das definições lexicográficas foi uma oportunidade de conhecimento muito produtiva para os educadores em geral. Os alfabetizadores em atuação nas regiões pesquisadas passaram a conhecer melhor a sua realidade, conquistaram a autoestima de pesquisadores do seu meio e passaram a experimentar um modo de acesso à cultura por meio das palavras. Finalmente eles experimentaram a produção de material didático visando ao uso em sala de aula, e também para atender, de modo mais profundo e enriquecedor, a uma demanda urgente, que é a aproximação da escola com a língua, com a cultura e com a sociedade.

ABC do Kiriri: artesanato



Figura 3 – Capa do ABC do Kiriri: artesanato

Fonte: REIS (2014).

O glossário intitulado *ABC do Kiriri: artesanato* foi a terceira experiência de pesquisa em lexicografia envolvendo a formação de educadores. A pesquisa contou com a participação de Anna Charlotte Reis, bolsista de iniciação científica, e com um grupo de educadores da etnia Kiriri, em formação pela Licenciatura Intercultural de Educação Escolar Indígena (LICEEI/UNEB). As professoras Edvânia Kiriri, América Kiriri e Leonardo Panta participaram do projeto como colaboradores, orientando a formação do *corpus* de entre-

vistas com as lideranças indígenas e com os demais educadores das aldeias de Marcação e Mirandela, situadas ao norte da Bahia - Brasil.

A comunidade indígena Kiriri está localizada no norte da Bahia e foi escolhida para realizar esse trabalho, devido à necessidade de se registrar o maior número de palavras possíveis, palavras estas que vêm se perdendo ao longo do tempo, por não haver os devidos registros escritos. O campo semântico escolhido para a realização do levantamento e da edição do dicionário foi o artesanato Kiriri, por se tratar de um traço muito importante da identidade cultural desse povo.

A produção do dicionário de bolso, assim como as experiências anteriores, trouxe para a lexicografia, conforme descreve Reis (2014, p. 7), os nomes de objetos tão comuns às práticas culturais indígenas, como é o caso de *abano*, *aió* e *prochô*:

Quem já viu um abano sabe que ele serve para abanar o fogo, muito usado em lugares onde ainda existem fogões de lenha, por exemplo. E o *aió*, que é uma bolsa feita de fibra crauá ou imbé? Já *prochô*, na língua Kiriri é uma simples pulseira, daquelas que se usa para enfeitar o braço, sim para enfeitar o braço apenas, aquele adereço que as mulheres gostam e alguns homens também.

A demanda de realização de uma lexicografia da cultura indígena com a participação dos educadores é muito visível. O dicionário do artesanato Kiriri é uma pequena contribuição para tornar conhecida uma parte relevante do universo lexical e os sentidos das palavras que, apesar da grande importância para a vida desse povo, ainda estão ausentes nos dicionários gerais da língua portuguesa brasileira. Nas poucas situações, quando aparecem, em diversos casos, trazem definições vagas, superficiais e estereotipadas.

Portanto, o estudo do léxico Kiriri e a formatação desse dicionário constitui-se em uma experiência que atende a uma demanda de visibilidade lexicográfica muito requerida pela cultura indígena do Nordeste brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa ora delineado apresenta duas linhas de resultados, a saber: uma demanda forte da lexicografia cultural como uma linha de estudos no campo aplicado dos estudos lexicais e, ainda, os desdobramentos de pesquisa-formação ou de uma pesquisa-ação orientada para a formação continuada de educadores em seu local de trabalho. O centro do estudo é, sem dúvida, a oficina de lexicografia cultural, cuja ênfase é a edição lexicográfica de palavras culturalmente relevantes nas comunidades rurais e urbanas do sertão semiárido baiano, incluindo a cultura catingueira.

No entanto, há uma tradição de pesquisas com os educadores e sobre as práticas docentes no âmbito da linguística aplicada brasileira que não pode ficar à margem da intervenção educacional ou linguística nas comunidades tradicionais, tendo em vista o processo de exclusão dos sujeitos educacionais que atuam nesses contextos, de modo que estamos sinalizando a emergência de instrumentalização letrada de educadores para o fazer científico minimamente e para que se possa inovar e descobrir novos conhecimentos na escola.

As oficinas de lexicografia foram, evidentemente, esse instrumento de aproximação da pesquisa com a escola. Durante a realização das oficinas, constatamos as dificuldades dos educadores de trazer a dimensão pragmática das palavras para a edição de verbetes lexicográficos. Por isso a proposta de trabalho foi motivada por essa

necessidade de conhecer os fundamentos da lexicografia (PONTES, 2009) e da lexicografia sociocultural (ISQUERDO, 1998). No trabalho realizado com fichas de levantamento de registros lexicográficos, foram emergindo as palavras em *corpus* de língua falada, textos literários e documentários e, no final de cada oficina, os professores em formação editaram os seguintes dicionários: o *Dicionário Regional do Uauá*, organizado por uma educadora, em parceria com estudantes de Ensino Médio, o *ABC do Vaqueiro*, organizado por um grupo de educadores da Plataforma Freire e o *ABC do Kiriri: artesanato*, desenvolvido por um grupo de educadores da Licenciatura Intercultural de Educação Escolar Indígena.

Os resultados apontam desafios éticos da pesquisa com a língua nas comunidades, sendo a lexicografia cultural um valioso instrumento de coleta lexical, respeitando as interfaces com a cultura em cada comunidade. Por outro lado, um pesquisador, por mais bem intencionado que possa ser e por mais bem amparado teoricamente que possa estar, sempre estará desprovido da autoridade suficiente para se apropriar de significados tão bem sedimentados na tradição das famílias e dos grupos étnicos do semiárido.

Nesse sentido, uma pesquisa em formação e uma pesquisa para a formação é o mínimo que podemos fazer para instrumentalizar e potencializar a população, em especial os educadores, para formatar parcerias entre universidade e comunidade, entre teoria e prática, no intuito de apontar algum horizonte de modo que a pesquisa e a presença da ciência nos territórios possibilitem um fortalecimento tal que a nossa tradição científica exageradamente grafocêntrica não alcançaria, ao menos, tão imediatamente.

Referências

ALMEIDA, Norma Lúcia; CARNEIRO, Zenaide. **Amstras da língua falada no semiárido baiano**. Feira de Santana, BA: UEFS, 2009.

CAFÉ, Ana Paula et al. **ABC do vaqueiro**. Juazeiro, BA: Departamento de Ciências Humanas, UNEB, 2014.

CARDOSO, Elisângela Isabel. **A sociolinguística sertaneja: uma experiência lexicográfica em escola pública de Uauá-Ba**. Juazeiro, BA: Departamento de Ciências Humanas, UNEB, 2012.

CARDOSO, Elisângela Isabel. **Dicionário regional de Uauá - Bahia**. Juazeiro, Juazeiro, BA: Departamento de Ciências Humanas, UNEB, 2012.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. São Paulo: Vozes, 1987.

DIONÍSIO, Ângela Paiva. **Gêneros textuais e ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GALISSION, Robert. La pragmatique lexiculturelle pour acceder autrement, a une autre culture, par un autre lexique. **Mélanges CRAPE**, n. 25, p. 47-73, 2000.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Vocabulário regional da Amazônia acreana. **ALFA**, São Paulo, São Paulo, v. 42, Número Especial, p. 93-107, 1998.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2006.

MARCUSHI, Luiz Antônio. O léxico: lista, rede ou cognição social. In: NEGRI, Lígia; FOLTRAN, Maria José; OLIVEIRA, Roberta (Org.). **Sentido e significação**: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

MARIANO, Nazarete. **Professora inventora**: um estudo sobre as práticas inventivas nas escolas públicas do vale do são francisco. Alagoinhas, BA: Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural, UNEB, 2014.

PONTES, Luciano Antônio. **Dicionário para o uso escolar**: o que é e como se lê. Fortaleza: EdUECE, 2009.

PRUVOST, Jean. Quelques concepts lexicographiques opératoires à promouvoir au seuil du XXI^e siècle. **Ela. Études de Linguistique Appliquée**, n. 137, p. 7-37, janv./juin. 2005.

QUEIROZ, Rita C. R. “Arte de cozinha”: estudo léxico-semântico de um documento português do século XVII. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 186-195, 2013.

REIS, Ana Charlote. **ABC do Kiriri**. Juazeiro, BA: Departamento de Ciências Humanas, UNEB, 2014



SOBRE OS AUTORES

Cosme Batista dos Santos

Doutor e Mestre em Linguística Aplicada pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduado em Letras pela Universidade de Pernambuco (UPE). Especialista em Programação de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade de Pernambuco (UPE) e em Língua Falada e Ensino pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC). Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pós-doutor em Ciência da Informação pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e Pós-doutor em Lexicosturologia pela Universidade Católica Portuguesa (UCP) de Braga, Portugal. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), atuando como professor das disciplinas Sociolinguística e Políticas de Letramento.

CV: <http://lattes.cnpq.br/6911447761779216>

E-mail: cosmebs.santos@gmail.com

Daianna Quelle da S. Santos da Silva

Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER / IBPEX (2011). Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Participa

do grupo de pesquisa de Edição de Textos (GET-UEFS). Coordena o Clube de Linguagens (CLICEL-Colégio Adventista da Bahia). Membro do Conselho Editorial da Revista Graduando (Revista da Graduação em Letras - UEFS). Professora do Colégio Adventista da Bahia e da Faculdade Adventista da Bahia.

CV: <http://lattes.cnpq.br/6994564416405863>

E-mail: daiannaquelle@gmail.com

Gracielli Fabres de Araújo

Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutoranda em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade da Cidade de Salvador (FCS). Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no curso de Letras com Espanhol e Coordenadora de Tutoria do Ensino a Distância EAD/UNEB. Graduada em Letras com Espanhol pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Integrante do Projeto - ALiB/ UFBA - Fraseologia - Lexicografia / CAPES - COFEBUC. Integrante do Projeto “A lexicografia no Semiárido Baiano” com o Subprojeto “Caminhos da Galícia: o léxico no semiárido baiano”. Colaboradora do Dicionário Sertanejo Escolar 2015 (UNEB). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística (Lexicologia, Lexicografia, Etimologia, Sociolinguística, Linguística Histórica, Cultura), Metodologias em Língua Portuguesa e Língua Espanhola e Ensino de Língua Espanhola. CV: <http://lattes.cnpq.br/3944600759547113>

Lécia de Almeida Pena Silva

Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Márcia Guena

Doutora em Sociedade e Estado pelo Programa de História da América pela Universidad Complutense de Madrid. Mestre pelo Programa de Pós- Graduação em Integração da América pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Comunicação (USP). Professora do curso de Comunicação Social - Jornalismo em Multimeios da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus de Juazeiro. É pesquisadora do projeto “Perfis Etnofotográficos de Comunidades Quilombolas do Sertão Semiárido”.

CV: <http://lattes.cnpq.br/3326086315712780>

E-mail: marciaguena@gmail.com

Norma Lucia Fernandes de Almeida

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Linguística Histórica e Dialetoлогия. Membro do Programa para a História do Português (PROHPOR), criado por Rosa Virgínia Mattos e Silva, e também do Programa para a História do Português Brasileiro (PHPB). Participou da comissão que implantou o Mestrado em estudos linguísticos da UEFS. Coordenadora de Iniciação Científica da UEFS (2009-2012). Membro da Câmara de Assessoramento das áreas de Linguagens e Artes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Atualmente é Vice-Reitora da UEFS (Gestão 2015-2019).

CV: <http://lattes.cnpq.br/0369000710579780>

E-mail: norma.uefs@gmail.com

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa (2002) pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Letras e Linguística (1995) e Graduada em Letras Vernáculas (1989) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. Coordena o Grupo de Edição de Textos e o Núcleo de Estudos do Manuscrito (Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq). Autora dos seguintes livros: *Designações toponímicas em Terras do Sem Fim, de Jorge Amado* (Novas Edições Acadêmicas, 2015); *Ensaio de crítica textual acerca de autores baianos* (Quarteto, 2011); *Língua, cultura e sociedade: estudos sobre o léxico* (Editora da UEFS, 2009); *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão: edição semidiplomática* (Editora da UEFS, 2007); *Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX - vol. 1* (Quarteto, 2007); *Coletânea de textos românicos* (Quarteto, 2007); e *A Escrita autobiográfica de Doutor Remédios Monteiro: edição de suas memórias* (Quarteto, 2006). Organizadora do livro *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos* (Quarteto/Fapesb, 2006).

CV: <http://lattes.cnpq.br/5409685591381466>

E-mail: rcrqueiroz@uol.com.br

Formato: 150 mm x 210 mm
Fonte: Minion Pro
Papel miolo: Pólen Soft, 80 g/m²
Papel capa: Cartão Supremo, 300 g/m²
Impressão: Dezembro / 2016
CIAN - Gráfica & Editora

SOBRE OS ORGANIZADORES

Cosme Batista dos Santos

Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduado em Letras pela Universidade de Pernambuco (UPE). Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus de Juazeiro. Pós-doutor em Lexicoturologia pela Universidade Católica de Braga (UCB-PT) e em Ciência da Informação pela Universidade do Porto (UP-PT).

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Letras e Linguística e Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Pós-doutorado em andamento pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na área de Lexicologia.

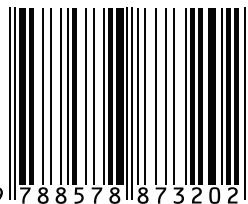


O livro *As palavras e as culturas: estudos da relação entre léxico e a cultura na realidade baiana* reúne trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras de diferentes Universidades que tratam do modo como as culturas se manifestam nas palavras e do modo como as palavras suportam certos discursos culturais do e no estado da Bahia. Há trabalhos centrados na lexicologia que, por meio de estudos minuciosos dos campos léxico-semânticos, fazem evocar as práticas culturais passadas e presentes; há trabalhos relacionados à cultura sertaneja inscrita nas palavras de obras literárias e, finalmente, há trabalhos circunscritos na lexicografia cultural, com ênfase nas variações lexicais do semiárido, edição lexicográfica e formação docente. Os leitores desta obra – em especial os educadores e pesquisadores de língua e cultura – saberão, sem dúvida, integrar os referenciais teóricos e metodológicos privilegiados em cada trabalho, para ampliar conhecimentos sobre os estudos lexicológicos e lexicográficos e, ao mesmo tempo, para desenvolver projetos sobre a diversidade cultural e lexical na realidade brasileira.



<http://eduneb.uneb.br>

ISBN 978-85-7887-320-2



9 788578 873202